

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ALINE DE VIEIRA SOUZA**

**JOVENS COTISTAS E CIDADE: TECENDO NOVAS ESPACIALIDADES A PARTIR  
DO INGRESSO NA UFJF**

JUIZ DE FORA  
AGOSTO DE 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**JOVENS COTISTAS E CIDADE: TECENDO NOVAS ESPACIALIDADES A PARTIR  
DO INGRESSO NA UFJF**

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
da Universidade Federal de Juiz de Fora  
como requisito parcial para obtenção do  
título de mestra em Geografia

Orientadora: Profa. Dra. Clarice Cassab

JUIZ DE FORA  
AGOSTO DE 2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de Vieira Souza, Aline.

Jovens Cotistas e Cidade : Tecendo novas espacialidades a partir do ingresso na UFJF / Aline de Vieira Souza. -- 2023.

114 p.

Orientadora: Clarice Cassab

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.

1. Jovem. 2. Juventude. 3. Espaço. 4. Política de Cotas. I. Cassab, Clarice, orient. II. Título.

**Aline de Vieira Souza**

**Jovens Cotistas e Cidade:** Tecendo novas espacialidades a partir do ingresso na UFJF

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Geografia. Área de concentração: Geografia

Aprovada em 29 de setembro de 2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dra. Clarice Cassab - Orientador  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Dr. Mário Pires Simão  
Universidade Federal Fluminense

---

Dr. Francione Oliveira Carvalho  
Universidade Federal de Juiz de Fora

A todos aqueles que se engajam na  
construção de um país justo e democrático  
em que os jovens possam ser e sonhar.

## AGRADECIMENTOS

Como jovem cotista que fui durante a graduação, em muitos momentos me vi nas falas dos sujeitos que, generosamente, compartilharam suas histórias conosco. Mesmo fazendo um exercício consciente de ouvi-los, e não colocar em suas palavras o que eu responderia às questões, é surpreendente como todos nós, eles e eu, compartilhamos muito em nossas trajetórias.

Ser a primeira geração da família a ter acesso ao nível superior só foi possível para mim e para muitos deles devido ao apoio e sacrifício de nossas famílias. Por isso, agradeço primeiramente à minha mãe Andréia e ao meu pai Maurilo, que desde sempre me incentivaram a estudar e fizeram todos os esforços possíveis para que eu pudesse fazer uma graduação e concluísse meu mestrado. Agradeço também a minha madrastra Claudia, a minha avó Maura e a minha avó Maria (em memória), que junto dos meus pais foram minhas principais apoiadoras e entusiastas.

Agradeço imensamente a meus muitos amigos que estiveram comigo todos esses anos, sobretudo a Geoesquerda. Nas salas de aula, no movimento estudantil, no movimento de área, nos bares, nas viagens, nos trabalhos de campo e nos muitos congressos eles encheram minha vida de uma geografia crítica e engajada, mas, sobretudo, uma geografia de afetos. Muito obrigada Albert, Alice, Amanda, Daniel, Daniel Pinto, Diego, Flávio, Guilherme, Guizão, Jader, Janaína, João, Lucão, Mahalia, Raquel, Thales, Thânia, Trackinas, Verônica e Vitor. Amo vocês!

Agradeço também a Milena, Ana Paula, Cristina e Paula que mais do que colegas de trabalho são amigas que estenderam os braços para mim inúmeras vezes, ouviram minhas muitas angústias e me incentivaram sempre a continuar.

Essa pesquisa não teria sido possível sem a parceria da minha orientadora. Clarice foi minha orientadora desde a iniciação científica na graduação, nesses anos em suas aulas e nos vários projetos em que estivemos juntas eu aprendi muito sobre os jovens, a pesquisa geográfica e o papel da universidade pública. Nas vezes em que

eu me distanciava completamente da pesquisa para atender às tantas demandas da vida, eram suas mensagens que me estimulavam a continuar. Obrigada pelo compromisso, pela paciência e por toda a partilha que guiou os caminhos dessa pesquisa.

Agradeço também ao NuGea, em suas diferentes formações de bolsistas e professores. Fazer parte desse núcleo de pesquisa foi essencial na minha formação acadêmica.

Agradeço à CAPES, que possibilitou materialmente o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço aos jovens que participaram dessa pesquisa através dos questionários eletrônicos e das entrevistas. Sem eles, obviamente, nada disso seria possível.

A todos que direta e indiretamente contribuíram para essa pesquisa, meu muito obrigada!

## RESUMO

Nesta pesquisa apresenta-se uma discussão sobre os desdobramentos socioespaciais nas trajetórias de alunos cotistas da Universidade Federal de Juiz de Fora. Utilizando de revisão bibliográfica, aplicação de questionários online e entrevistas semiestruturadas, buscamos entender como o ingresso na universidade a partir da política de cotas irá se desdobrar em novas relações socioespaciais e novas possibilidades de experimentação da própria condição juvenil dos sujeitos. Para isso, dividimos o texto em três partes, na primeira trabalhamos centralmente as categorias jovem e juventude em sua relação imbricada com o espaço, o que nos possibilita a abordagem da dimensão espacial da experiência universitária desses sujeitos. No segundo capítulo abordamos a política de cotas na interseção com a condição juvenil. No terceiro e último capítulo, dando sequência às discussões, trazemos centralmente as falas dos sujeitos que nos permitem apreender as novas espacialidades tecidas após o ingresso na universidade, e como esse conjunto de experiências socioespaciais se desdobra em seus projetos de vida.

**Palavras-chave:** jovem, juventude, espaço, política de cotas.



## RESUMEN

Esta investigación presenta una discusión sobre los desarrollos socioespaciales en las trayectorias de los estudiantes ingresantes a través de la política de cuotas en la Universidad Federal de Juiz de Fora. Mediante una revisión bibliográfica, la aplicación de cuestionarios y entrevistas semiestructuradas, buscamos comprender cómo el ingreso a la universidad basado en la política de cuotas se desenvolverá en nuevas relaciones socioespaciales y nuevas posibilidades de experimentar la propia condición juvenil de los sujetos. Para ello dividimos el texto en tres partes, en la primera trabajamos centralmente las categorías joven y juventud en su relación entrelazada con el espacio, lo que nos permite acercarnos a la dimensión espacial de la experiencia universitaria de estos sujetos. En el segundo capítulo abordamos la política de cuotas en la intersección con las condiciones de la juventud. En el tercer y último capítulo, continuando con las discusiones, traemos centralmente los discursos de los sujetos que nos permiten comprender las nuevas espacialidades tejidas después de ingresar a la universidad, y cómo este conjunto de experiencias socioespaciales se despliega en sus proyectos de vida.

**Palabras clave:** joven, juventud, espacio, política de cuotas.

## Sumário:

INTRODUÇÃO.....	1
1. JUVENTUDES E ESPACIALIDADES: DO QUE FALAMOS?.....	5
1.1. Jovem e Juventude: de quem se fala?.....	6
1.2. A Dialética entre Sociedade e Espaço: os jovens como produtores de espacialidades.....	13
1.3- Os Jovens Coisas e suas Espacialidades: metodologia e caracterização dos sujeitos da pesquisa.....	23
2. A POLÍTICA DE COTAS NA UNIVERSIDADE E A CONDIÇÃO JUVENIL.....	31
2.1 - A Política de Cotas no Brasil: contexto de aprovação e impactos nas universidades.....	33
2.2 - A política de cotas na UFJF.....	45
2.3- Juventude como Direito e a Política de Cotas.....	56
3- UNIVERSIDADE E CIDADE: NOVAS ESPACIALIDADES E POSSIBILIDADES DE FUTURO....	76
3.1. Novos Caminhos na Cidade: moradia, lazer, estudo e trabalho.....	79
3.2. Novos Horizontes Possíveis: As cotas e os projetos de vida.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110

## **LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS, FIGURAS E MAPAS**

Gráfico 1 - Grupos de ingresso na UFJF dos sujeitos da primeira etapa dos questionários

Gráfico 2 - Evolução do número de cotistas em relação ao total de alunos ingressantes na UFJF – Campus Juiz de Fora – entre 2007 e 2019.

Gráfico 3 - IES credenciadas (polos e sedes) na microrregião de Juiz de Fora-MG

Tabela 1 - Participação (%) dos jovens de 18-24 anos, por cor/raça e renda familiar, na população e nas ifes – brasil e grandes regiões – 2012/2016

Tabela 2 - Ingressantes na UFJF por grupo de ingresso entre 2006 e 2012

Figura 1 - Distribuição das vagas após implementação da Política de Cotas

Figura 2 - Resumo dos grupos de Cotas para o PISM de 2021

Mapa 1 - Regiões Administrativas do perímetro urbano de Juiz de Fora/MG e localização da UFJF.

# JOVENS COTISTAS E CIDADE: TECENDO NOVAS ESPACIALIDADES A PARTIR DO INGRESSO NA UFJF

## INTRODUÇÃO

A educação superior no Brasil historicamente não é um horizonte possível para todos. Durante muito tempo o acesso à universidade pública foi extremamente restrito aos jovens oriundos dos estratos economicamente mais abastados da sociedade, se apresentando como um patrimônio de direito quase exclusivo dessa camada social. Em um cenário em que o capital social e intelectual acumulado a partir do percurso educacional se desdobra em uma melhor ou pior localização no mercado de trabalho, a exclusão dos setores pauperizados dos bancos universitários é uma ferramenta de manutenção e aprofundamento das nossas desigualdades sociais e raciais.

Em consonância com um movimento transnacional pautado pelas políticas identitárias, e, sobretudo, a partir da atuação no Movimento Negro Unificado- MNU, fundado em 1978, e depois de outros coletivos filiados e dissidentes, o debate da desigualdade racial ganha fôlego no Brasil (FERES JÚNIOR *et al*, 2018). Essencialmente o movimento negro, mas também a articulação dos povos indígenas passa a questionar no cenário nacional a discriminação negativa vivenciada por tais populações. Essa discriminação, herança profunda dos mais de três séculos de escravidão no Brasil, promove uma sociedade racialmente injusta e assimétrica, na qual negros e indígenas, apesar de comporem majoritariamente a população, são a minoria nas Universidades, nos cargos de poder, nos empregos de prestígio social, na política, na mídia etc.

A partir de meados da década de 1990, e com maior intensidade depois dos anos 2000, vivenciamos no país um ciclo de expansão do ensino superior. Com o aumento do número de matrículas nas Universidades Públicas através de programas como o REUNI, e, sobretudo nas instituições de ensino superior privadas estimuladas

por políticas como o ProUni e o FIES. No bojo deste último ciclo de expansão de vagas do ensino superior, acontece também um processo amplo de mobilização social de movimentos, grupos e partidos que pleiteiam a democratização do ingresso nas Universidades Públicas. Todo esse processo culmina na promulgação da Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, que determina a reserva de vagas em Universidades e Institutos Federais para candidatos pretos, pardos, indígenas, socioeconomicamente vulneráveis e oriundos da escola pública. O referido instrumento jurídico estabelece que 50% das vagas das Universidades e Institutos Federais devem ser destinadas a alunos que integralizaram o ensino médio nas escolas da rede pública, oriundos de famílias com renda *per capita* igual ou inferior a um salário-mínimo e meio e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (BRASIL, 2012). A Universidade Federal de Juiz de Fora possui desde 2004 um sistema de cotas próprio, mas é a partir da aprovação da Lei de Cotas que o ingresso de estudantes pretos, pardos, indígenas e oriundos das escolas públicas se torna mais expressivo<sup>1</sup>.

Durante a graduação tivemos a oportunidade de participar do projeto de Iniciação Científica intitulado *Os jovens Cotistas e suas mediações espaço temporais*

---

<sup>1</sup> Os grupos de ingresso da Política de Cotas da UFJF sofreram algumas alterações ao longo dos anos. No presente momento a Universidade trabalha com os seguintes grupos:

Grupo A: candidatos com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita familiar mensal, que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública e que se declarem pretos, pardos ou indígenas;

Grupo A1: candidatos com deficiência com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita familiar mensal, que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública e que se declarem pretos, pardos ou indígenas;

Grupo B: candidatos com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita familiar mensal, que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública, independentemente de outra declaração;

Grupo B1: candidatos com deficiência com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita familiar mensal, que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública, independentemente de outra declaração;

Grupo C: vagas de ampla concorrência, independentemente de renda ou de escola;

Grupo D: candidatos que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública e que se declarem pretos, pardos ou indígenas, independentemente de renda;

Grupo D1: candidatos com deficiência que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública e que se declarem pretos, pardos ou indígenas, independentemente de renda;

Grupo E: candidatos que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública, independentemente de renda ou autodeclaração;

Grupo E1: candidatos com deficiência que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública, independentemente de renda ou autodeclaração.

*na cidade*, desenvolvido no Núcleo de Pesquisa Geografia Espaço e Ação (NuGEA) sob a coordenação da professora Clarice Cassab. A partir da pesquisa desenvolvida no projeto, observamos que o ingresso na Universidade se desdobra em uma modificação e ampliação das espacialidades juvenis. Em vista disso, a trajetória desses jovens será constituída na relação com as oportunidades que a cidade oferece de educação, emprego e lazer, e as suas condições materiais de reprodução da existência. É nessa relação com a cidade, o bairro, a casa, a escola, com as suas diferentes territorialidades, que esses jovens tomam consciência de si e do mundo, atribuindo significado e sentido às suas vidas. Nesta pesquisa, que parte do acúmulo de questões elencadas na iniciação científica acima referida, pretendemos compreender como o ingresso na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) a partir do sistema de cotas irá impactar as trajetórias espaciais dos jovens.

Para isso, a opção metodológica da pesquisa circunscreve-se no campo da dialética. Acreditamos que ela é a que mais se adequa ao desenvolvimento do trabalho, pois nos ajuda a entender as contradições existentes nas relações a serem estudadas. Permite-nos observar o objeto de estudo, a relação dos diferentes agentes, os conflitos de interesses. A relação sociedade-espço é tida de forma que o espaço, produto da sociedade, também interfere na produção da mesma, sendo simultaneamente condicionante e condicionado, e em profunda e constante transformação. Em termos metodológicos, durante o período de Ensino Remoto Emergencial (ERE) da Universidade, realizamos em um primeiro momento a aplicação de questionários online destinados aos jovens cotistas. Nos questionários elencamos questões que nos aproximaram de maneira mais geral da realidade dos sujeitos. Em um segundo momento, foi selecionado um grupo de sujeitos para a individualização das questões. Com este grupo mais reduzido foram realizadas entrevistas semiestruturadas que nos permitiram ouvir suas falas, recuperar a história de vida dos participantes e suas experiências na cidade, com ênfase nos impactos nas suas espacialidades provocados pelo ingresso na UFJF pela política de cotas.

Importante destacar já nesta introdução que a UFJF situa-se em Juiz de Fora, cidade média da mesorregião da Zona da Mata mineira. Com população estimada de 577.535 habitantes em 2021 segundo o IBGE, Juiz de Fora se constitui historicamente

como a principal cidade da mesorregião, polarizando fluxos migratórios e de serviços, dentre eles, destaca-se a educação. A UFJF recebe tanto alunos oriundos da própria cidade quanto de cidades menores da região da Zona da Mata, Campos das Vertentes e interior do estado do Rio de Janeiro. Não raro encontramos também alunos vindos de outras regiões de Minas Gerais e até mesmo de outros estados, mas em menor quantidade. Dessa forma, buscamos na pesquisa ouvir de diferentes relações com a cidade, sendo elas: jovens residentes em Juiz de Fora antes do ingresso na UFJF; jovens que se mudaram para Juiz de Fora para cursarem a graduação; jovens que são oriundos de cidades próximas e que continuam residindo nos municípios de origem, tecendo uma migração pendular diária para assistirem às aulas. Nos preocupamos também em privilegiar a diversidade de gênero e de áreas de conhecimento entre o grupo de jovens entrevistados.

A redação da nossa pesquisa divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo pretendemos apresentar um resgate histórico e epistemológico das categorias que nos são centrais nesta pesquisa: jovem, juventude e espaço. Além disso, nos colocamos a tarefa de traçar relações entre juventude e espaço, dentro da perspectiva da produção das espacialidades. Por fim, apresentamos o desenvolvimento metodológico de nossa pesquisa, bem como a caracterização dos sujeitos que dela fazem parte. No segundo capítulo abordamos a política de cotas na interseção com a condição juvenil. Inicialmente, apresentamos um panorama do histórico da implementação das ações afirmativas no Brasil e no mundo. Na sequência, tratamos do processo de implementação das diferentes políticas de cotas que a UFJF adotou desde 2006, bem como a consolidação do seu sistema de cotas a partir da aprovação da Lei nº 12.711/2012. Na relação com as falas de nossos sujeitos, destacamos os impactos da política de cotas em suas trajetórias educacionais e na própria experimentação da sua condição juvenil. No terceiro e último capítulo, dando sequência às discussões, trazemos centralmente as falas dos sujeitos que nos permitem apreender as novas espacialidades tecidas após o ingresso na universidade, e como esse conjunto de experiências socioespaciais se desdobra em seus projetos de vida.

## 1. JUVENTUDES E ESPACIALIDADES: DO QUE FALAMOS?

*Jovem, juventude e espaço* são palavras familiares aos nossos ouvidos. É muito recorrente seu emprego nas conversas informais, que usam mão de uma compreensão do senso comum. Em seu uso corriqueiro e muitas vezes irrefletido, essas palavras acabam por adquirir características polissêmicas. Muitas vezes utilizamos *jovem* e *juventude* para nos referirmos a sujeitos de uma determinada faixa etária, que embora não seja um consenso entre todos, costuma abranger pessoas entre 18 e 29 anos. Entretanto, além dessa delimitação etária, as palavras *jovem* e *juventude* também são mobilizadas para nos referirmos a comportamentos que entendemos ser próprios dos sujeitos jovens como rebeldia, irreverência, criatividade. Outros usos das palavras *jovem* e *juventude* remetem a inexperiência, a inabilidade, a imaturidade. Falamos também em *juventude* recorrentemente como um valor que perpassa a vitalidade e o dinamismo, e como tal, deve ser almejado por todos independentemente da sua idade cronológica. Já o *espaço* aparece em seu uso corriqueiro como um vocábulo sinônimo de distâncias, áreas, um espaço material que pode ser apreendido em suas dimensões e quantificado. Em aparente contraposição com essa ideia de espaço material, fixo, quantificável, ele também surge nas conversas com uma dimensão imaterial, como espaço mental, das ideias, do “eu”, das subjetividades.

Todos esses sentidos atribuídos nos diálogos cotidianos a essas palavras traduzem e sintetizam distintas compreensões desenvolvidas na Modernidade sobre o que é ser jovem e o que é o espaço. No desenvolvimento desta pesquisa nos aparece como uma primeira tarefa a delimitação de nossa compreensão acerca dessas categorias que são centrais. Dessa forma, com este capítulo pretendemos construir uma aproximação teórico-conceitual de *juventude* e *espaço*. Para isso, o primeiro tópico apresenta um breve resgate histórico das representações sobre os jovens e a *juventude*, no segundo tópico buscamos relacioná-las ao *espaço* a partir da produção das espacialidades juvenis e no terceiro trazemos a ideia da *juventude* enquanto um direito, buscando entender como o ingresso na Universidade pode se traduzir em um ampliador da condição juvenil de jovens das camadas populares.



## 1.1. Jovem e Juventude: de quem se fala?

Nos alinhamos neste trabalho com autoras e autores como Luís Antônio Groppo, Juarez Dayrell, Clarice Cassab e Nécio Turra Neto que apresentam jovem e juventude como categorias social, histórica e espacialmente construídas. Entretanto, esta não é a única compreensão relevante sobre os jovens e a juventude. Os estudos a respeito da juventude têm seus primeiros registros localizados no Iluminismo europeu no século XVIII, entretanto, é no final do século XIX e no início do século XX que eles aparecem de forma mais sistematizada. A delinquência juvenil, que passa a fazer parte do contexto urbano das grandes e médias cidades, torna-se uma importante questão de investigação para as Ciências Sociais, a Psicologia e a Medicina. Algumas dessas abordagens pautam-se em critérios exclusivamente biológicos a fim de fixarem as características físicas típicas desse momento da vida que explicariam os traços do comportamento juvenil. A partir dessa concepção, a juventude seria demarcada como uma etapa natural do desenvolvimento humano, que, tomada de uma ebulição hormonal e ainda limitada pela sua imaturidade psicológica, deveria ser orientada pelo mundo adulto. (GROPPO, 2017)

Ainda que esses fatores de amadurecimento físico não possam ser ignorados, compreendemos que eles não são os únicos a moldarem a forma como os sujeitos irão experienciar as suas juventudes. No avanço dos estudos sobre essa temática, Stanley Hall publica em 1904 sua obra intitulada “Adolescence: its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and education”. Neste texto seminal, além de cunhar o termo “adolescência” pela primeira vez para se referir aos jovens, Hall busca explicar o comportamento e a delinquência juvenil acrescentando à condição hormonal da puberdade os impactos psicológicos das pressões que a sociedade industrial exerce sobre os indivíduos. O autor, em estreita influência das teorias darwinistas, assume o conceito de *recapitulação*, pelo qual explica as fases da vida humana a partir da relação com a repetição das ações e comportamentos das distintas fases evolutivas de nossa espécie. Assim, a adolescência seria um momento de transição no qual o sujeito se afasta de uma condição mais natural e se prepara

para o ingresso na fase racional. Hall, ao mesmo tempo que apresenta a adolescência como um momento de potencial desvio, a coloca como esperança da construção de um futuro melhor. Para o combate dos riscos da delinquência e promiscuidade juvenil, Hall propõe o que seria os primórdios da moratória social, com o aumento dos anos de escolarização e preparo para uma entrada tardia no mercado de trabalho. (GROPPO, 2017)

Na primeira metade do século XX se consolida um campo na sociologia que vai destacar o caráter transitório da juventude. O estrutural-funcionalismo, que ancora a concepção mais tradicional de juventude, concebe essa categoria como uma faixa etária, definida e precisa, na qual irá acontecer a transição do sujeito para a vida adulta. Os autores dessa matriz de pensamento destacam o papel da socialização na constituição das juventudes, com a qual na interação com o mundo adulto os jovens deveriam assimilar os valores, aspirações e comportamentos dos mais velhos no sentido de uma continuidade geracional. Os que resistem a esse processo são tidos como anormais, desviantes, que precisam ser corrigidos. (GROPPO, 2017)

Essas diversas concepções constroem um repertório de representações que se traduzem em um modelo do que é ser jovem. As representações criam um perfil mais ou menos homogêneo e universal de jovem típico, definindo características que seriam comuns a todos os sujeitos. São os jovens definidos pelo que não são, nem crianças e nem adultos. São eles sujeitos perigosos, possivelmente desviantes, para os quais precisamos destinar cuidados. São eles, pela sua criatividade e engajamento nas coletividades, os responsáveis pela construção de um futuro melhor para todos. Entretanto, com o desenvolvimento dos estudos sobre as juventudes, percebe-se que essa concepção tradicional desconsidera o caráter heterogêneo das experiências juvenis.

Segundo Groppo (2015) em meados do século XX as teorias críticas passam a ganhar maior visibilidade nos estudos da sociologia da juventude. Essas teorias, ainda que englobem um conjunto vasto de perspectivas, de forma geral irão travar um debate com os estrutural-funcionalistas sobre os sentidos tradicionais de adequação do jovem à estrutura social vigente. As primeiras teorias críticas formuladas irão combinar os

conceitos de *moratória social e geração* nos estudos sobre juventude. E alguns de seus autores, sobretudo após a década de 1960, inseriram em seus estudos a preocupação com a posição dos sujeitos jovens na estrutura social capitalista, aproximando a sociologia da juventude do debate de *classe social*.

Um autor que se destaca na teorização a respeito da juventude neste momento é Karl Mannheim. O sociólogo húngaro, posteriormente radicado na Inglaterra, irá se aproximar dos estudos sobre a juventude a partir de seu interesse nos processos sociais de produção e transmissão do conhecimento. Assim, Mannheim em debate com as abordagens positivistas e histórico-romântica alemã apresenta uma seminal compreensão sobre o conceito de *geração*. Os positivistas, influenciados por Augusto Comte, partiam de uma noção de tempo mecânico, linear, externalizado e quantificável. Objetivando o progresso social, que dependeria da continuidade de esforços dos sujeitos de diferentes gerações, se preocupavam com o ritmo de revezamento dessas gerações na vida social. As gerações seriam delimitadas objetivamente, baseando-se no cálculo da quantidade de tempo necessário para que uma geração substituísse a outra na vida pública (cerca de 30 anos segundo Comte).

Mannheim propõe uma outra reflexão sobre o tempo e os momentos de desenvolvimento da vida, adotando *geração* como uma categoria analítica que permite compreender os processos de mudanças sociais. Se distanciando das objetivas prerrogativas iluministas sobre a formulação das gerações e, também se diferenciando do subjetivismo do pensamento histórico-romântico, Mannheim entende que a contemporaneidade faz com que os jovens tenham uma série de experiências e influências em comum. Essa contemporaneidade se traduz em um laço geracional que os fazem experimentar de um modo particular os fatos e marcadores que se apresentam como discontinuidades históricas (delimitam o antes e o depois) e a divisão geracional. Assim, os marcadores geracionais não são reduzidos à esfera biológica, mas são sobretudo histórico-sociais. Tomando emprestado o conceito de *situação social* de Weber, Mannheim nos diz que a juventude é uma situação social que potencialmente pode vir a se constituir em grupos sociais concretos. Para o autor,

Enquanto a mera “situação” comum em uma geração é de uma significação apenas potencial, uma geração enquanto uma realidade é constituída quando contemporâneos similarmente “situados” participam de um destino comum e das ideias e conceitos de algum modo vinculados ao seu desdobramento. Dentro dessa comunidade de pessoas com um destino comum podem então surgir *unidades de geração* particulares. Elas se caracterizam pelo fato de que não envolvem apenas a livre participação de vários indivíduos em um padrão de acontecimentos partilhado igualmente por todos (embora interpretado diferentemente por indivíduos diferentes), mas também uma identidade de reações, uma certa afinidade no modo pelo qual todos se relacionam com suas experiências comuns e são formados por elas. (MANNHEIM, 1982: 89)

Além do seu interesse particular nos processos de construção de conhecimento, Mannheim se dedica aos estudos de juventude por apostar que esses sujeitos são fundamentais no processo de renovação social. Nesse momento da vida os jovens teriam o “contato original” com toda herança civilizacional acumulada na história. Como ainda não estão completamente imersos na estrutura social vigente, caberia a eles serem um elemento crítico e revitalizador da sociedade, comunicando às outras gerações o quê no tecido social deve ser suprimido ou superado. (MANNHEIM, 1982; WELLER, 2010; FEIXA e LECCARDI, 2010; GROPPPO, 2015)

Ainda que a noção de moratória social esteja presente nos escritos de autores estruturais-funcionalistas e até mesmo de Mannheim, é com a contribuição da psicanálise que ela se desdobra em um elemento importante nos estudos sobre a juventude. Nesse sentido, é possível destacar as obras do psicanalista teuto-americano Erik Erikson. Erikson (1972) tinha como questão em seus estudos o processo de criação de identidade, que para o autor seria o grande dilema de nossos tempos. A partir de uma perspectiva epigenética, Erikson apontou o que seriam as oito fases de desenvolvimento humano, cada uma com seus conflitos típicos e qualidades a serem adquiridas com eles. Vale ressaltar que Erikson mobiliza fortemente uma compreensão linear das fases da vida, que irão se suceder no tempo e suas experiências serão acumuladas pelos indivíduos. Segundo o autor, é na adolescência (entre 12 e 18 anos) que o sujeito experienciaria com mais veemência os conflitos a respeito da sua identidade e dos papéis sociais que ele deve desempenhar. Combinando elementos biopsicológicos e sociais, Erikson postula a moratória psicossocial como um direito do

adolescente, o que se traduz em um tempo destinado aos jovens para a experimentação e erro. Ao fim desse tempo de moratória objetiva-se que o sujeito tenha estabelecido uma identidade que o permita definir em linhas gerais quem é e com o que irá se comprometer. A ideia de moratória social, amplamente difundida e aceita socialmente, acaba por destacar a condição de liminaridade da juventude. A juventude torna-se o momento de experimentação e preparação para o futuro, o que retira dos jovens a possibilidade de atuarem ativa e conscientemente no presente. (ERIKSON, 1972, 1987; GROPPPO, 2015; ALVES, 2020)

De acordo com Pais (1990), outra matriz de pensamento importante das teorias críticas acerca dos estudos de juventude é a *corrente classista*. Podemos ressaltar aqui as contribuições dos pesquisadores do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, da Universidade de Birmingham, que liderados por Stuart Hall, construíram um importante debate nas Ciências Sociais acerca da cultura na sua intersecção com a luta de classes. Na tentativa de romper com uma compreensão universalista da cultura juvenil, como se fosse comum a todos, os pesquisadores dessa corrente elaboram o entendimento de *subculturas juvenis*. Estudando diversos grupos juvenis britânicos, como os skinheads e os punks, filhos do operariado, os hippies e os participantes do movimento da contracultura, oriundos das classes médias, os autores classistas, em uma leitura cultural do marxismo, apontam que as subculturas juvenis são derivadas da cultura da classe a qual os jovens pertencem. As subculturas juvenis seriam respostas culturais dos jovens que não são sujeitos no vazio, mas sim socialmente posicionados em uma classe social concreta e que, portanto, experimentam sua condição juvenil atravessada pela sua condição de classe. Além disso, as subculturas são “meios para negociar espaços e sentidos no campo da luta pela hegemonia cultural” (GROPPPO, 2015: 22). Assim, as subculturas são meios de elaboração dos jovens e resistência à cultura dominante. (PAIS, 1990; GROPPPO, 2015)

Em 1990 José Machado Pais já apontava a direção que a sociologia da juventude e os estudos sobre juventude em geral começaram a percorrer:

Com efeito, a juventude começa por ser uma categoria socialmente manipulada e manipulável e, como refere Bourdieu, o facto de se falar dos jovens como uma «unidade social», um grupo dotado de «interesses comuns» e de se referirem esses interesses a uma faixa de idades constitui, já de si, uma evidente manipulação. Na verdade, nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil «unitária». No entanto, a questão central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas *similaridades* entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também—e principalmente— as *diferenças sociais* que entre eles existem. (PAIS, 1990: 139)

Em estreito diálogo com o autor percebemos que no desenvolver dos estudos sobre juventude houve, em um primeiro momento, o desejo de traçar uma unidade conceitual que nos permitisse definir de pronto o que era afinal a juventude. Nesse percurso, a *doxa* dominante tomava a juventude como um todo homogêneo, delimitado etariamente, com características comuns de uma fase da vida transitória, ora vista como perigo, ora vista como potencialidade. Entretanto, de certo a juventude não é socialmente homogênea. A partir dos anos de 1980, sobretudo dos anos de 1990, cresce na sociologia o apreço pelos estudos de juventude em uma perspectiva da diversidade. Mais do que a atribuição de características genéricas à essa ou àquela geração, os pesquisadores passam a se interessar pelos sujeitos concretos em seus contextos vivenciais cotidianos. Como os diferentes jovens vão experimentar a sua condição juvenil entrecortada pela diversidade de realidades sociais em que ela se realiza passa a ser o foco dos estudos sobre as juventudes, agora no plural. (PAIS, 1990)

Nesse sentido, Cassab (2010) nos diz que, muito mais que um recorte cronológico, devemos compreender a juventude como um momento que abrange um conjunto de relações socioespaciais e, por sua vez, devemos entender o jovem como um sujeito social produto e produtor da realidade socioespacial em que vive. Essas concepções implicam em tratar tais categorias como históricas e socialmente construídas, e, portanto, passíveis de desnaturalização. Como nos atenta Juarez Dayrell:

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta. (DAYRELL, 2003:42)

A constituição dos jovens se dá de maneira individual e coletiva, no compartilhar de experiências e vivências com outros sujeitos sociais. Com isso, percebe-se que além de uma categoria cujas representações, características e expectativas se inscrevem em contextos históricos específicos e se transformam de acordo com a mudança das relações sociais ao longo do tempo, a condição juvenil é também atravessada por uma série de mediações. Podemos compreender enquanto mediadores as circunstâncias biológicas, econômicas, territoriais, psicológicas, de gênero, de raça em que cada sujeito vai efetivamente realizar a sua juventude.

Jovem e juventude, portanto, se apresentam como categorias social e historicamente construídas, e os jovens como sujeitos sociais produto e produtores da sociedade em que vivem. Como nos diz Flávia Maria de Assis Paula:

Ainda que esses aspectos [do desenvolvimento biológico] não possam ser desconsiderados, é preciso destacar que a juventude, longe de ser apenas um recorte cronológico ou uma fase de transição, constitui-se também como uma das categorias essenciais para a compreensão da própria sociedade: sua composição e estruturação, suas transformações e diferenças, seus anseios e preocupações etc. (PAULA, 2016: 22)

Assim sendo, como defendido pela autora, o entendimento dessas categorias é essencial para o conhecimento da própria sociedade. E se entendemos que o espaço é suporte e mediação das relações sociais que nele acontecem, percebemos que a compreensão sobre jovem e juventude ganha também um viés espacial, que nos ajuda a perceber as espacialidades juvenis, suas territorialidades e seus lugares na relação

com construção das suas identidades e culturas, além disso, nos ajuda a entender a própria conformação da cidade. Explorar um pouco mais essa relação entre juventude e cidade é o objetivo do próximo tópico de nossa pesquisa.

## **1.2. A Dialética entre Sociedade e Espaço: os jovens como produtores de espacialidades**

Se são os jovens sujeitos sociais que se produzem na relação consigo, com o outro e com o mundo, eles também o fazem na relação com o espaço que habitam, como nos apontam Dayrell:

Essas diferentes dimensões da condição juvenil são influenciadas pelo espaço onde são construídas, que passa a ter sentidos próprios, transformando-se em lugar, o espaço do fluir da vida, do vivido, sendo o suporte e a mediação das relações sociais, investido de sentidos próprios, além de ser a ancoragem da memória, tanto individual quanto coletiva. Os jovens tendem a transformar os espaços físicos em espaços sociais, pela produção de estruturas particulares de significados. (DAYRELL, 2007: 1112)

Nos afastando das concepções mais comuns sobre a juventude tecidas na Modernidade, concepções essas que retiram dos jovens a condição de agentes do presente, aqui propomos construir uma abordagem que os toma como sujeitos sociais. É na relação com os demais sujeitos, seja em casa ou nas ruas, no uso de espaços de lazer e consumo, no encontro com os amigos nas praças, nas suas atividades de estágio e trabalho, que os jovens constroem suas identidades e se forjam como sujeitos na medida em que também produzem suas territorialidades e espacialidades. Flavia Maria de Assis Paula (2016), assim como Pais (2003), Dayrell (2007) e Catani e Gilioli (2008), acrescenta ainda que a própria identificação dos jovens como um



segmento social que acontece na Modernidade é decorrente dos processos de urbanização. É a partir da consolidação de um contexto urbano e dos modos de vida nele estabelecidos que aparece como possibilidade a realização e vivência da juventude, suas interações e práticas culturais na cidade.

Se pensar o espaço é essencial para compreendermos a condição juvenil dos sujeitos em sua complexidade e pluralidade, para pensar a produção do espaço urbano como um processo de totalização é necessário, além de considerar as ações e intencionalidades dos agentes hegemônicos, compreender as diversas trajetórias que o compõe. Assim, as espacialidades juvenis ganham relevância para tal entendimento.

Assim como buscamos tecer a concepção de *jovem e juventude* que alicerça nossa pesquisa, nos parece essencial evocarmos o conceito de *espaço* para o debate. Abandonamos a ideia de um espaço palco, estável, isotrópico, coadjuvante, apreendido apenas matemática e geometricamente. Rejeitamos o espaço como um dado a priori ou uma externalidade, como espaço mental, absoluto, euclidiano ou substrato. Ao contrário, identificamos o espaço como “condição, meio e produto da ação humana – pelo uso - ao longo do tempo” (CARLOS, 2007-a:11).

Em diálogo com Lefebvre (2006), tomamos com centralidade o conceito de **produção do espaço**, na medida em que percebemos *sociedade-espaço* como um par dialético. Sendo assim, eles estão mutuamente imbricados, já que a *sociedade* ao produzir-se produz igualmente o espaço que habita, e o *espaço*, por sua vez, é **produto** da ação social, mas, também a condiciona. Essa concepção nega a pretensa neutralidade espacial e nos permite, a partir do estudo das espacialidades, percebermos as assimetrias sociais e as relações de poder incutidas na produção do espaço. Cada sociedade irá, dialeticamente, produzir um espaço à sua semelhança, que possa ser a base material da reprodução social.

Entretanto, no capitalismo a produção do espaço extrapola a simples reprodução da vida e se dá na ambição da realização do mais-valor e da acumulação de capital. Este sistema socioeconômico, em sua reprodução ampliada, precisa constantemente alargar a base social e material sobre a qual se assenta a relação capital-trabalho. Por

tanto, a produção de novos espaços e infraestruturas de circulação e consumo se torna essencial. Seja pelos processos da acumulação primitiva, do colonialismo, da destruição criativa dos espaços urbanos, da gentrificação ou outros, o “ajuste espacial” é incorporado ao sistema como condição de sua reprodução (HARVEY, 2005).

Entendemos o espaço como produto, é verdade. Mas, isso não quer dizer que o reduzimos a um objeto frugal ou coisa física. Como formula Milton Santos (2003, p.52), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Para Santos (2003) , não nos é possível conhecermos os objetos destacados dos sistemas de ações que os construíram. Da mesma forma, para entender os sistemas de ações é imprescindível o conhecimento dos sistemas de objetos que os condicionam. Assim, alcançamos que as forças produtivas e as relações sociais de produção, ambas, compõem interdependentemente o espaço. Segundo o autor, “a ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos” (p.60). Sistemas de objetos condicionam sistemas de ações, sistemas de ações produzem novos sistemas de objetos. Em seu trabalho o geógrafo pretende, desta forma, superar algumas das dicotomias que povoam o pensamento moderno pela ambição de “purificação” dos conceitos. O espaço é puramente técnico ou puramente social? É puramente físico ou puramente intangível? Milton Santos (2003) conclui que o espaço é um **híbrido** que se revela como forma-conteúdo, é físico e concreto, mas é também imaterialidade e intencionalidade, fruto de um processo permanente de totalização. Nesse caminho, Santos defende a compreensão do espaço como uma totalidade. Ainda que para o seu estudo seja necessário destacar partes, processos, fazer recortes, é somente na relação dialética entre fixos e fluxos, espaço social e espaço material, forma e conteúdo, objetos e ações que poderemos alcançá-lo. (SANTOS, 2003)

No processo de totalização que engendra a realidade social não são apenas as forças hegemônicas as responsáveis pela produção do espaço. Autoras como Doreen Massey alargam nossa acepção acerca do tema quando jogam luz à pluralidade das

práticas espaciais dos sujeitos no cotidiano. Massey, na crítica aos positivistas e aos essencialistas, nos apresenta o espaço em base a três proposições: para a inglesa, (1) o espaço é produto de interrelações; (2) é uma esfera da existência da multiplicidade; (3) sendo um processo permanentemente inacabado, nele está sempre na possibilidade do devir. Nesse sentido, questionando a ideia do espaço enquanto fixo, morto e atemporal, Massey nos mostra o espaço múltiplo, fruto da coetaneidade de diversas vozes, conflitos e intenções. A pesquisadora rompe com uma concepção única acerca do espaço, vinculada aos interesses hegemônicos, e nos propõe compreendê-lo como coexistência das diferenças, de trajetórias diversas simultâneas que se encontram e se desconectam. Desse modo, é possível apreendermos os sentidos do espaço/lugar também pela fala e história de vida dos sujeitos. (MASSEY, 2008)

Partindo do resgate histórico das categorias jovem e juventude, temos que a condição juvenil desses sujeitos será entrecortada e condicionada pelas suas diferentes experiências sociais, culturais, históricas e espaciais em seu cotidiano. No diálogo com a concepção de espaço que sintetizamos acima, vemos que esses sujeitos, apesar da invisibilização de suas práticas e narrativas no e sobre o espaço, são igualmente produtores da realidade social e espacial em que vivem. O espaço se revela como um importante mediador da condição juvenil, e, conseqüentemente, a constituição das juventudes na relação com a produção de suas espacialidades se torna uma questão relevante para a Geografia. Nesse sentido, os estudos sobre juventudes na Geografia vêm nas últimas décadas buscando responder uma série de questionamentos espaciais que se colocam como fundamentais para o entendimento e afirmação dos jovens como sujeitos produtores do espaço da cidade (PAULA, 2016). Dentre essas questões, Flávia Maria de Assis Paula destaca:

Como a espacialidade contribui para a efetivação das atividades sociais cotidianas dos jovens? Como elas interferem no desenrolar de suas práticas por meio da apropriação de certos lugares da cidade? Como a estruturação dos espaços urbanos tem afetado o modo como os jovens vivenciam sua juventude e se tornam sujeitos sociais? (PAULA, 2016: 26)

A partir dessas e de outras questões, alguns importantes pesquisadores da Geografia passam a se debruçar sobre o cotidiano dos jovens e suas práticas espaciais. Diversos autores (CASSAB, 2009, PAULA, 2016) destacam que a aproximação temática entre a Geografia e juventudes ainda é tímida se comparado com as produções em outros campos do conhecimento, como as Ciências Sociais. Segundo o estudo realizado por Lana Cavalcanti et al. (LANA 2011, apud Paula 2016) sobre o estado da arte da temática juventudes e cidade nos programas de pós-graduação em Geografia e nas revistas brasileiras de Geografia, as pesquisas geográficas acerca das Juventudes passam centralmente pelos estudos das culturas juvenis; pelo ensino de geografia; pela relação juventudes e espaço urbano; e juventudes e políticas públicas. Destaca-se no estudo da referida autora que muitas das pesquisas analisadas não trazem o jovem como protagonista, e sim o estudo das políticas ou instituições, e que apenas metade delas busca diálogo com outros campos no intuito de construir uma compreensão geográfica sobre os jovens e suas espacialidades. Entretanto, é também verdade que as espacialidades juvenis vem se tornando um tema de maior relevância nos estudos geográficos nos últimos anos. Autores como Nécio Turra Neto, Clarice Cassab, Mário Pires Simão, Lana de Souza Cavalcanti, Lucineide Mendes Pires, Jorge Luiz Barbosa, Flávia Maria de Assis Paula, entre outros, dedicam suas pesquisas ao entendimento das espacialidades juvenis. Nesse sentido, desenvolve-se na Geografia brasileira estudos com diferentes enfoques e metodologias, mas que, de maneira geral, buscam compreender as espacialidades juvenis e suas formas de representação e apropriação do espaço urbano e rural; suas territorialidades e os sentidos que atribuem ao espaço vivido/lugar; a relação entre o espaço e a formação das redes de sociabilidade, identidades e culturas juvenis.

Objetivando compreender em que medida as relações com/nos espaços da cidade se tornam uma mediação central na constituição da condição juvenil de sujeitos pobres da cidade de Juiz de Fora - MG, Clarice Cassab (2009) ressalta que a importância do espaço é evidente não apenas por ele ser o lugar no qual se materializam as relações sociais, mas também porque é através da construção e

reconstrução dos seus territórios usados que os jovens se colocam, experimentam o mundo e se forjam como sujeitos sociais. Em estreito diálogo com a produção intelectual e as categorias elaboradas por Milton Santos em sua obra, a autora destaca que a cidade não é apenas o substrato no qual as desigualdades forjadas pelo sistema econômico vigente ganham materialidade, mas também ela é também onde acontece o encontro, as experiências, as práticas coletivas, o inesperado. A cidade é também *espaço banal*, corriqueiro, cotidiano, espaço de todos, onde se realiza a vida coletiva e onde todos os sujeitos estão, apesar de suas diferenças e assimetrias. Sendo assim, os sistemas de objetos e ações que compõem o espaço são produzidos por todos, o que inclui os jovens cidadãos. Trazendo para o debate as contribuições de Henri Lefebvre, a autora destaca que as espacialidades juvenis vão sendo tecidas no embate entre as diferentes dimensões do espaço sintetizadas pelo filósofo francês: o percebido, o concebido e o vivido. (CASSAB, 2009)

Em *A Produção do Espaço* (2006), Lefebvre apresenta a tríade indissociável do vivido-percebido-concebido, através da qual podemos compreender a produção do espaço como totalidade. O **espaço concebido** é o espaço dos cientistas, dos planejadores, dos técnicos. É o espaço normatizado e que, por sua vez, se pressupõe neutro. É o espaço concebido no sentido da manutenção das relações sociais que garantem o ciclo de produção e circulação da mercadoria, o que significa, dentro do sistema capitalista, um espaço projetado para a manutenção das desigualdades espaciais e para o controle social. Já o **espaço vivido**, ou espaço de representação, é o espaço dos usuários, dos habitantes. É o espaço dominado e experimentado no cotidiano pelos corpos dos sujeitos, o qual suas imaginações querem remodelar, retrair, transgredir. O vivido se sobrepõe simbolicamente à materialidade do espaço concebido. É o espaço da profanação da ordem, dos desvios, da abertura para o não planejado, para o devir e para a inauguração do novo. Por sua vez, o **espaço percebido** é o espaço da prática social que une a realidade cotidiana e a realidade urbana, que se traduz nas redes que ligam diferentes espaços da vida cotidiana, lugares do trabalho, do estudo, do lazer e da vida privada. O espaço percebido conecta, em certo sentido, o concebido e o vivido dentro de um campo de tensionamentos. Lefebvre, a partir de seu pensamento triádico, propõe que rompamos

com uma lógica formal e binária, e nos chama atenção para a necessidade de estarmos atentos ao movimento contraditório e dialético da realidade social, pensando através da “triplidade: três termos e não dois. Uma relação a dois termos reduz-se a uma oposição, a um contraste, a uma contrariedade; ela se define por um efeito significativo: efeito de eco, de repercussão, de espelho” (p.67). Na sociedade capitalista, ainda que haja uma prevalência do valor de troca sobre o valor de uso, o que faz com que o concebido se sobrepuja ao vivido nas práticas sociais, essas três dimensões do espaço são indissociáveis e só podem ser compreendidas de forma relacional e imbricada. (LEFEBVRE, 2006)

Pensando na cidade a partir das práticas espaciais de jovens pobres, Cassab (2009) destaca que é circulando entre essas três dimensões do espaço que eles experimentarão a cidade. Entretanto, por se tratarem de sujeitos que somam à sua condição juvenil a sua posição de classe, são grandes as restrições colocadas à apropriação da cidade por esses sujeitos através do uso. O flunar dos corpos dos jovens pobres pelos espaços da cidade é interdito, ficando a circulação dos sujeitos de sua pesquisa restrita ao bairro onde moram e ao centro da cidade de Juiz de Fora, em sua maioria, e a bairros contíguos ao da residência. Dentre as causas dessa pequena mobilidade entre os espaços está certamente uma restrição financeira que dificulta o consumo de produtos e serviços destinados ao lazer. Além disso, a circulação desses jovens pelos espaços da cidade é dificultada pela própria configuração do transporte público, que concentra o destino de quase todas as linhas de ônibus no centro da cidade, sendo poucas as opções bairro-bairro. A partir dessa configuração, para fazer quase qualquer trajeto de ônibus é preciso que o passageiro utilize duas linhas, pagando duas passagens. Ultrapassando as limitações estritamente materiais, quando esses jovens em regiões mais nobres da cidade a presença de grupos de jovens pobres, que carregam em seus corpos traços que os identificam enquanto tal, como a cor da pele, vestimentas, trejeitos e hábitos, causa estranheza e medo nos outros. Destaca-se na fala dos jovens entrevistados que muitos se sentem constrangidos e vigiados pelo olhar dos outros quando andam por bairros diferentes, o que gera neles grande desconforto e sensação de não-pertencimento. (CASSAB, 2009)

A reunião desses jovens pobres pelas ruas e seu movimento pela cidade, seja na busca de lazer ou mesmo na procura de emprego, é visto como potencialmente perigosa. A ocupação da cidade pelos jovens só é tolerada dentro dos limites da ordem imposta pelos adultos, o que significa de forma disciplinada, preferencialmente sozinhos e restrita a determinados bairros. Esses jovens têm sua circulação controlada e tolhida. O que se agrava quando a lógica da distinção territorial impõe a jovens pobres o não direito de estarem em muitas partes da cidade. (CASSAB, 2009: 176)

A autora aponta que esse padrão de circulação revela o que parece ser os espaços destinados aos jovens pobres da cidade. Seja por barreiras materiais ou simbólicas, a espacialidade desses sujeitos fica circunscrita, na maior parte das vezes, a seus bairros de origem ou bairros contíguos e com realidade social semelhante. Assim, podemos perceber essa mobilidade restrita pelo constrangimento, pela desigualdade social e pelos mecanismos de distinção territorial que limita os territórios usados desses sujeitos, reduzindo suas possibilidades de apropriação da cidade. No bojo desse processo, a invisibilização das práticas espaciais e a negação da própria condição de sujeito dos jovens é naturalizada.

A cidade, como apresentado por Massey (2008) e recuperado acima neste texto, é sem sombra de dúvidas um espaço de multiplicidade. Entretanto, como coloca Mário Pires Simão (2014), vemos que ela também pode ser também o espaço onde se apaga, se anula e se invisibiliza modos distintos de ser e de fazer juventude. A Modernidade, ainda em diálogo com Mário Simão, consolida o pensamento científico como paradigma dominante na sociedade. Nesse processo de racionalização dos fenômenos e busca da objetividade do mundo, constrói-se um sujeito universal do conhecimento, quem deve racionalmente apreender e explicar a realidade de forma objetiva, quantitativa e definitiva. As diversidades vão se homogeneizando, os sujeitos tornam-se população, os jovens tornam-se juventude e o espaço diferencial se transmuta em espaço fragmentado. Através desta concepção teleológica do conhecimento, o arranjo de categorias científicas como juventude e espaço é empregado com o objetivo de regulação da vida social. Este espaço naturalizado, receptáculo e fragmentado é esvaziado da sua dimensão social. O entendimento da

juventude a partir das tipologias clássicas centra-se no recorte etário, no comportamento social e no desenvolvimento físico, psíquico e biológico do corpo. Tais concepções, ainda que sejam um esforço válido na tentativa de ordenamento das diferentes formas de ser jovem, acabam por deixar escapar muitas experiências. Assim, “quando todos viram um é praticamente o mesmo que ser nenhum” (2014, s/p). Nesse jogo de visibilidade e invisibilidade, enquanto a identidade pode dar visibilidade a um corpo em suas particularidades e diferenças, ela pode ser um mecanismo de homogeneização e invisibilidade. E o espaço, que é múltiplo, se traduzido por essa lógica mecânica e matemática, torna-se lugar de invisibilização de corpos, histórias, práticas e representações. (SIMÃO, 2014)

A experiência de ser jovem de origem popular residente em favela vai ser entrecortada pela desigualdade. Esses jovens irão experimentar a sua condição juvenil em um tecido urbano esgarçado no qual prevalece a desigualdade da distribuição de equipamentos, serviços e oportunidades. Nesta cidade fragmentada e hierarquizada, o modelo de juventude a ser seguido, com seu padrão moral, estético e cultural determinado, é referenciado em grupos das classes abastadas. Assim como colocado por Cassab (2009), Mário Pires Simão aponta que os olhares de medo e discriminação destinados à juventude pobre baseiam-se em um amalgama de discursos e representações sobre pobreza e a própria condição juvenil desses sujeitos. A estigmatização desses sujeitos e de seus locais de moradia, fazem a sociedade percebê-los como descompromissados, malandros, perigosos e em constante conflito com a estrutura social. Com esses discursos homogeneizadores que partem de identidades previsíveis constrói-se um processo de invisibilização desses sujeitos. O controle dos corpos juvenis, do seu tempo e do seu movimento pela cidade passa ser o tônus da maior parte das políticas voltadas a essa população. (SIMÃO, 2014)

A partir da constatação desse jogo contraditório entre visibilidade e invisibilidade, Mário Pires Simão coloca-se o desafio de pensar as espacialidades de jovens de origem popular, que moram em favelas cariocas, nas suas estratégias de visibilização. Ainda que a mobilidade desses jovens nos espaços da cidade seja consideravelmente restrita, eles produzem novas territorialidades quando tornam seus



corpos estigmatizados visíveis seja na rua, seja nas redes sociais. A dimensão corpórea das territorialidades juvenis é destacada pelo autor. Como apontado por Simão, os jovens enfrentam a lógica estética perversa e estereotipada de marginalização de seus corpos, na medida em que saem e ocupam as ruas de suas comunidades. “A rua torna-se comunicação permanente, difusa e rica, espaço para os corpos se encontrarem” (2014, s/p.), espaço onde as sociabilidades se constroem e novas práticas culturais são inventadas e experimentadas. Na rua o jovem vê o outro e é visto por ele, e a partir desses olhares constrói-se uma trama múltipla e complexa de identificação e reconhecimento. Nessas estratégias de visibilidade cabe ressaltar o impacto das novas formas de comunicação oriundas da cultura digital. Amplamente utilizados pelos jovens, as redes sociais e o ciberespaço possibilitam uma nova forma de sociabilidade. Os signos, símbolos e mensagens que circulam na rede moldam novos comportamentos juvenis, que muitas vezes extrapolam o espaço virtual e ganham as ruas. Além disso, a interação com pessoas localizados em distintos bairros, cidades e até mesmo países fazem com que aconteça um certo desencaixe entre o pertencimento e a localização física dos sujeitos. Desta feita, nota-se a produção de um mundo de significados a partir das estratégias de visibilidade de seus corpos. Nesse movimento de enfrentamento das representações e dos comportamentos previamente estabelecidos, os jovens questionam o lugar imposto a eles e a lógica de sacrifício do presente em detrimento do futuro, em um processo de reinvenção de si mesmos no qual mostram-se ávidos por agirem concretamente sobre as suas vidas e sobre mundo. Essas experiências de visibilidade não acontecem em um espaço palco, estático e receptáculo, mas sim em um espaço que é vivo, dinâmico e produzido cotidianamente por esses e outros sujeitos. (SIMÃO, 2014)

No próximo tópico buscaremos avançar sobre a concepção da juventude enquanto um direito, a partir da revisitação da noção de moratória social. Esse movimento nos parece importante pois nos ajuda a compreender como o prolongamento dos estudos nos cursos de graduação fazem com que a juventude cotista, que é oriunda das camadas populares, experimente de forma mais ampliada a sua própria condição juvenil.

### **1.3- Os Jovens cotistas e suas Espacialidades: metodologia e caracterização dos sujeitos da pesquisa**

Quando enunciamos o espaço nesta pesquisa, dizemos de um espaço forjado nas e pelas práticas sociais. Nos valendo das palavras de Edward Soja, não nos referimos a um “*espaço per se*”, dado material, físico, substrato do desenrolar dos fenômenos sociais no tempo, e sim, buscamos revelar uma “espacialidade de base social”, que é criada em base as múltiplas relações que compõem a realidade social (SOJA, 1993: 100-101).

Num processo de crítica ao que seria uma ciência social de cunho historicista, Soja nos apresenta que o espaço foi subsumido a uma lógica temporal da análise dos fenômenos sociais. Segundo o autor, a partir das últimas décadas do século XIX e durante o século XX, as ciências sociais, que procuravam entender o desenvolvimento do capitalismo, o faziam essencialmente desde um ponto de vista histórico, temporal. Nesse movimento, o espaço foi relegado a uma posição secundária pouco ou nada relevante. Na tentativa da compreensão de um capitalismo que globaliza, amplifica e flexibiliza suas relações territoriais, com o advento da pós-modernidade o termo “espaço” vem sendo usado crescentemente. Entretanto, Soja nos chama atenção para os riscos do emaranhado de ilusões que prevalecem sobre nosso entendimento do espaço. Seja a *ilusão da opacidade*, que o reduz a uma materialidade superficial, concreta e mensurável, seja a *ilusão da transparência*, que o desmaterializa, transformando-o apenas em representação, ambas nos afastam do entendimento do espaço como um construto social que se desenha a partir de espacialidades, isto é, a partir da ação dos sujeitos que modelam as suas relações consigo mesmo, com o outro e com o mundo que habitam. (SOJA, 1993)

A ideia de espacialidade rompe com o dualismo entre espaço físico sinônimo de natureza material e o espaço abstrato, cognitivo e das representações, pois, ela incorpora essas duas dimensões na medida em que as duas fazem parte da produção da vida social. Os sujeitos, no ato da construção das suas vidas, inevitavelmente usam e se apropriam do espaço de forma singular e também coletiva.

Se, como Soja, percebemos que o espaço foi menos explorado do que poderia dentro da teoria social do último século, não nos cabe apenas uma simples reconceituação ou realocação das categorias espaciais, e sim um esforço de revisitar e retrair a abordagem epistemológica, filosófica e, sobretudo ontológica que atribuiu-se ao espaço. O espaço é uma materialidade fundamental, uma “corporificação” que é produto e condição da vida social, e carrega em si uma “*prioridade ontológica*” (SOJA, 1993: 146)

Desta prioridade, depreende-se que o ser humano é ontologicamente social e temporal, mas também espacial. Isto é, o Ser só existe enquanto tal porque é dotado de uma materialidade espacial que é existencial e também relacional. Resgatando o percurso filosófico de pensadores como Martin Buber, Sartre e Heidegger, Soja apresenta que, já na sua própria constituição primeva enquanto Ser, o homem é espacial. A consciência humana nasce da sua capacidade de alargar um distanciamento do mundo. Na medida em que ele se percebe como uma unicidade singular e diferente, o homem se torna o único ser capaz de objetificar o mundo. Entretanto, esta alienação não tem sentido sem a sua negação, a necessidade ontológica de se relacionar com o mundo ao seu redor. Nesta vinculação dupla entre distanciamento e relação, o homem se subjetifica no defrontar-se com o espaço que o circunda, passa a atribuir a ele sentido, se apropria material e simbolicamente do espaço e intencionalmente modifica-o. Nesta relação dialética, ele é também atravessado pela materialidade que encontra, pelas oportunidades e contingenciamentos que o mundo oferece. Só há uma possibilidade de existência para este “ser-no-mundo”, que é uma existência espacializada. A espacialidade liga o sujeito ao objeto, o homem ao mundo, de forma relacional e indissociável. Obviamente, não objetivamos com esta pesquisa exprimir uma ontologia espacial, visto que, além das nossas limitações, vários são os autores que se dedicaram a esta tarefa, sobretudo a partir da década de 1970. Aqui, essencialmente nos apoiamos em suas construções teóricas, e achamos pertinente trazer os questionamentos de Soja, pois ele nos convida a pensar uma dialética sócio-espacial que compreende a importância da relação indissociável entre sociedade e espaço. Esse enfoque do espaço embasa nossa opção metódica e metodológica nesta pesquisa, desde a

formulação da nossa pergunta, passando pelos instrumentos que fizemos uso e influenciando a própria organização deste texto.

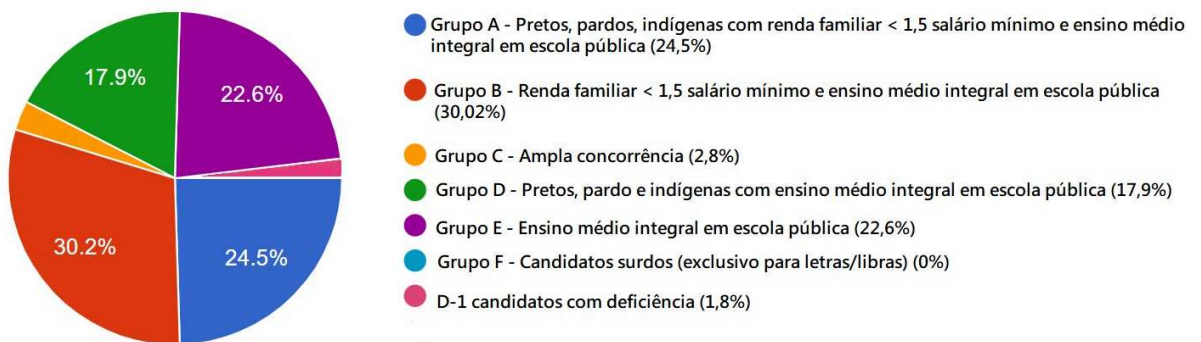
Se somos ontologicamente espaciais, todos os sujeitos produzem espacialidades e participam da conformação do espaço da cidade. Obviamente, as ações de cada sujeito impactarão mais ou menos a realidade do conjunto dos cidadãos de acordo com a sua capacidade de influência e de decisão dentro da organização do capitalismo. Entretanto, a produção do espaço é coletiva e dela participam todos os sujeitos. Nesse sentido, toma centralidade neste trabalho a esfera do cotidiano. Todo sujeito situa-se no espaço, em seu cotidiano ele tece suas relações e produz sua vida em base a uma espacialidade. A produção do espaço se dá no plano do cotidiano, com o cruzamento de várias trajetórias espaciais coetâneas através das quais os sujeitos se utilizam, ocupam, significam e se apropriam do espaço. (CARLOS, 2007-b)

O caminho que se abre à análise é pensar o cotidiano — onde se realizam o local e o mundial — que é um tecido pelas maneiras de ser, conjunto de afetos, as modalidades do vivido, próprios a cada habitante produzindo uma multiplicidade de sentidos. Podemos buscar o entendimento do lugar nas práticas mais banais e familiares o que incita pensar a vida cotidiana segundo a lógica que lhe é própria e que se instala no insignificante, no parcelar, no plural. (CARLOS, 2007-b: 20)

No cotidiano se expressam os conflitos das diversas lógicas que disputam a produção do espaço urbano. Ele condensa tanto a produção de um espaço global fragmentado e hierarquizado a partir da divisão social e técnica do trabalho, quanto as possibilidades de contornamento e espontaneidade dos homens comuns. “Deve-se também pensar que as referências são cada vez mais universais, mas a vida se localiza, e ganha sentido no cotidiano.”(CARLOS, 2007-b: 30). E é buscando esses sentidos atribuídos à vida através das relações espaciais cotidianas que nos propomos a compreender **como o ingresso na Universidade Federal a partir da política de cotas irá se implicar nas espacialidades e nos projetos de vida dos jovens cotistas.**

Para isso, dividimos esta pesquisa em dois momentos, a saber: aproximação dos sujeitos através da aplicação de questionários online e a individualização das narrativas a partir de entrevistas semiestruturadas. Nossa pesquisa se iniciou ainda em 2020, quando vivíamos no Brasil o auge da Pandemia de Covid-19. Por conta da necessidade de isolamento social, em um primeiro momento fizemos a opção de nos aproximar dos sujeitos com a aplicação de questionários online em duas etapas. Os questionários da primeira etapa foram encaminhados para todas as coordenações de curso da UFJF campus Juiz de Fora com o pedido de que fossem compartilhados com os alunos do curso. Desse movimento inicial, recebemos respostas de 106 alunas e alunos. Das 106 alunas e alunos, 35,8% tinham entre 16 e 20 anos; 47,2% tinham entre 20 e 25 anos; 9,4% entre 26 e 29 e 7,6% 30 ou mais. Em relação a identidade de gênero, 64,2% se identificaram como mulheres cisgênero, 34% como homens cisgênero e 1,9% como não-binários. Em relação a etnia, 50,9% se autodeclararam brancos, 48,1% pretos ou pardos, e 0,9% se autodeclarou amarelo. Sobre a cota de ingresso, como podemos ver no gráfico abaixo, 24,5% ingressaram pelo grupo A, 30,02% pelo grupo B, 2,8% pelo grupo C, 17,9% pelo grupo D, 22,6% pelo grupo E e 1,8% pelo grupo D1.

Gráfico 1 - Grupos de ingresso na UFJF dos sujeitos da primeira etapa dos questionários



Fonte: elaborado pela autora, 2023

Neste primeiro questionário fizemos algumas perguntas iniciais que nos ajudaram a compreender a relação dos alunos com a cidade de Juiz de Fora e com a UFJF, assim como os impactos da pandemia que vivíamos naquele momento. Este questionário também foi necessário para selecionarmos o grupo que estaria conosco nas próximas etapas, excluindo aqueles que não se encaixavam com o perfil de sujeitos pretendido. Como observado no gráfico anterior, 2,8% dos alunos ingressaram através do Grupo C, isto é, disputaram suas vagas a partir da ampla concorrência e não fizeram uso da Política de Ações Afirmativas. Além deles, 7,6% tinham mais de 30 anos no momento da aplicação do primeiro questionário e, por isso, não seguiram conosco na pesquisa.

Na segunda etapa de questionários online, enviamos um segundo formulário aos alunos selecionados que participaram da primeira etapa. Já neste segundo instrumento fizemos uma composição de questões de múltipla escolha e também de resposta dissertativa, na tentativa de individualização das trajetórias educacionais dos sujeitos. Nesse momento, as perguntas versavam centralmente sobre o seu processo educacional até o ingresso na UFJF, a relação entre sua escolaridade com o suporte do núcleo familiar, a sua avaliação da política de cotas, bem como seu projeto de vida a partir do ingresso na educação superior. Com este questionário pudemos mergulhar um pouco mais nas histórias de vida de 11 dos alunos que participaram da primeira etapa.

Do ponto de vista metodológico, ainda que os questionários tivessem nos apresentado alguns elementos interessantes para análise, nos pareceu essencial trazer para o desenvolvimento da pesquisa as falas dos sujeitos. Como nos sugere Lana de Souza Cavalcanti, as narrativas da vida cotidiana dos jovens podem nos oferecer dados importantes sobre a suas múltiplas relações com/na cidade e da imagem que constrói dela.

A narrativa da própria vida no cotidiano da cidade, ressaltando a sua dimensão espacial, inclui, como sugere Gomes (2013), a exposição - a composição de uma imagem para ser exposta e vista por um certo ponto de vista, por um público. Nessa narrativa, estão presentes a ordem espacial (material e virtual) e

as maneiras que os jovens encontram de lidar com as características dessa ordem. Por essa via, é importante buscar compreender as narrativas da vida urbana produzidas por esses jovens e identificar nelas as imagens que vão produzindo da cidade (CAVALCANTI,2016: 129)

As práticas espaciais desses jovens tomam lugar central em nosso trabalho, portanto, nada mais apropriado do que ouvirmos as suas histórias. A partir das questões e provocações feitas por nós no ato da entrevista, a fala dos sujeitos tem a capacidade de nos revelar as suas histórias de vida, suas percepções do mundo e de si, as sensações e sentidos que atribuem às novas espacialidades construídas depois do ingresso na Universidade, além das relações que estabelecem como projetos de vida. Para a entrevista fomos com um roteiro de perguntas pré-definidas, entretanto, incorporamos novas questões que emergiram das falas dos entrevistados.

Para a escolha do grupo de 7 entrevistados, tivemos a preocupação de garantir a representação de cursos de distintas áreas do conhecimento e de jovens de diferentes gêneros. Como colocado anteriormente, a UFJF exerce um poder de atração de jovens das cidades ao entorno de Juiz de Fora, com destaque para cidades da Zona da Mata mineira, Campos das Vertentes e interior do Rio de Janeiro, como também de oriundos de outros estados da federação, em menor quantidade. Dessa forma, na seleção do grupo de entrevistados procuramos garantir a entrevista tanto de jovens que já residiam na cidade antes do ingresso na Universidade, quanto de jovens que vêm de outras cidades para morar em Juiz de Fora ou realizam migração pendular diária para acompanharem as aulas. As falas de alguns dos entrevistados já apareceram em momentos anteriores deste texto, mas aqui, gostaríamos de apresentar de forma um tanto mais sistematizada quem são os sujeitos que falam nesta pesquisa.

Denilson<sup>2</sup> é um jovem de 29 anos oriundo de São Paulo-SP que ingressou na UFJF a partir do Grupo D da política de cotas. Antes de se tornar aluno da UFJF, Denilson já havia cursado um primeiro bacharelado em Design, e, no segundo

---

<sup>2</sup> Por questões éticas, todos os nomes reais dos sujeitos foram preservados, entretanto, a designação de gênero foi mantida.

semestre de 2020 iniciou o curso de Letras-Libras na Universidade, ainda de forma remota. Para continuar com o seus objetivos e concluir o curso, Denilson precisou se mudar para Juiz de Fora após o retorno das aulas presenciais, solicitando a exoneração do cargo que ocupava na Secretaria de Educação do município de São Paulo. Martha, nossa segunda entrevistada, é uma jovem de 24 anos oriunda da cidade de Santos Dumont, que situa-se a cerca de 50km de Juiz de Fora. Martha ingressou no curso de veterinária no segundo semestre de 2016 pelo grupo A das cotas. Em um primeiro momento ela se mudou para Juiz de Fora a fim de fazer as disciplinas do curso, mas, durante a Pandemia e a suspensão das atividades presenciais, retornou para a casa da mãe na sua cidade de origem. No momento da entrevista, Martha já estava nos períodos finais do curso e morava em Lima Duarte-MG, onde fazia os seus estágios. Emanuel, 28 anos, é aluno do curso de Ciências Exatas e oriundo de Brasília-DF. Ingressante pelo Grupo E em 2018, Emanuel chegou a se mudar para a cidade de Juiz de Fora para fazer a faculdade, entretanto, por questões de saúde mental voltou à Brasília. Pouco tempo depois a Pandemia nos colocou em condição de isolamento e Emanuel seguiu os estudos de forma remota, entretanto, com a volta das aulas presenciais ele não conseguiu se mudar novamente para a cidade por questões financeiras e de saúde, e mantém o curso trancado, pretendendo retornar assim que possível. Vicente é um jovem de 22 anos, oriundo de Juiz de Fora e cursante do curso de Bacharelado Interdisciplinar de Artes e Design desde 2018. Na entrevista, Vicente, que se identifica como pardo, disse que não tinha certeza em qual grupo havia se inscrito, entretanto, entretanto no questionário que ele respondeu anteriormente havia sinalizado que o grupo de ingresso foi o A. Viviane é uma jovem de 20 anos que ingressou no curso de Direito noturno a partir do grupo A das cotas. Ela é oriunda de Juiz de Fora e segue morando com a mãe em seu bairro de origem. Mariana, 21 anos, também é ingressante no curso de Direito noturno a partir do grupo A. Diferentemente de Viviane, Mariana é oriunda de Mar de Espanha-MG e não chegou a se mudar para Juiz de Fora. Ela percorre de segunda a sexta os aproximadamente 60km entre a sua casa e a Universidade no transporte escolar disponibilizado pela prefeitura de sua cidade. Nossa última entrevistada foi Janaína, de 24 anos, que ingressou no curso de licenciatura em Letras em 2016 pelo



grupo B das cotas. Oriunda da cidade de Itambacuri-MG, no Vale do Rio Doce, Janaína se mudou para a cidade de Juiz de Fora para realizar os estudos e permaneceu aqui durante toda a Pandemia.

A partir das falas desses sujeitos traçamos os fios que conduzem a nossa análise na presente pesquisa. Com o conjunto de ferramentas mobilizadas e orientadas pelo referencial teórico apresentado, colocamos as espacialidades juvenis no centro de nossas investigações. Através dos questionários e, sobretudo, das falas dos entrevistados, buscamos desvendar como esses jovens agem na/com a cidade e direcionam suas trajetórias e experiências rumo a um projeto de vida. No próximo capítulo nos propomos a trazer um panorama a respeito das ações afirmativas e, em especial, o histórico e as implicações das Políticas de Cotas na UFJF.

## 2. A POLÍTICA DE COTAS NA UNIVERSIDADE E A CONDIÇÃO JUVENIL

No capítulo 2 de nossa pesquisa vamos apresentar um panorama da construção da política de cotas de ingresso nas universidades e institutos federais no Brasil. Na primeira seção deste capítulo, intitulada “A Política de Cotas no Brasil: contexto de aprovação e impactos nas universidades”, tecemos um debate inicial em torno do entendimento das políticas de ações afirmativas, através de um breve resgate de suas formulações em distintos países e no Brasil. Mais especificamente sobre as ações afirmativas no Brasil, destacamos a importância da mobilização dos movimentos sociais e de trabalhadores, principalmente do Movimento Negro e de intelectuais negros, na polarização do debate nacional sobre as nossas desigualdades sociais e raciais. A educação se torna uma importante bandeira do Movimento Negro, já que ela é notadamente uma forma de ascensão social, mas, também, uma importante esfera social de produção de discursos, validação de saberes, construção de conhecimento. Mais do que objeto de estudo de pesquisas sobre a realidade brasileira, os ativistas e militantes negros se mobilizam pelo direito de ocuparem os bancos universitários. Com o processo de redemocratização a sociedade organizada passa a pressionar e influenciar as mais diversas instâncias de poder, como o legislativo, o executivo, as reitorias das IES e outros, para a adoção de políticas de ação afirmativa que combatesse o elitismo e o embranquecimento do quadro de discentes do ensino superior. É nesse contexto de polarização e efervescência cultural que é aprovada a Lei de Cotas.

Na segunda seção deste capítulo, intitulada “A política de cotas na UFJF”, voltamos nossos olhares ao processo de implementação das diferentes políticas de cotas que a Universidade Federal de Juiz de Fora já adotou. Pioneiramente em 2006, a UFJF é a primeira instituição de ensino superior de Minas Gerais a adotar reserva de vagas sociais e raciais nos seus processos de ingresso. Apresentamos na seção um pouco do processo de construção dessa primeira política, que arregimentou setores da comunidade acadêmica e da sociedade juizforana na discussão sobre as diretrizes a serem adotadas. Nos parece interessante destacar que, segundo registro de autores e

do relatório da comissão estabelecida pelo CONSU para o estudo das condições de desenvolvimento da política, vários dos argumentos utilizados por aqueles que se opõem à adoção da política de cotas em 2004 e 2005 se repetem quando tratamos da Lei de Cotas de 2012. Tanto posicionamentos que, influenciados pelo mito da democracia racial, invisibilizam o racismo no Brasil, quando argumentações pautadas em uma concepção estrita de mérito que desconsidera o ponto de partida dos candidatos aparecem nas discussões sobre a implementação de cotas raciais e sociais na UFJF. O relatório da comissão do CONSU, em 2004, dialoga didaticamente com cada um desses argumentos, e seus apontamentos nos aproximam desse contexto regional para a aprovação da política. Mesmo que em 2006 os primeiros alunos já ingressaram na UFJF a partir do sistema de cotas, é depois da Lei de Cotas de 2012 que o percentual de cotistas se torna mais expressivo em relação ao número total de alunos. Além do estabelecimento de critérios mais uniformes, a política de cotas faz com que as discussões com relação a democratização do ingresso nas IES e as formas de seleção ganhem maior audiência no debate público. O acesso à informação é um passo importante no intuito da implementação da política, nesse sentido, salienta-se o papel dos professores e das escolas da rede básica como difusores de informação que estimulam os discentes a prestarem os exames seletivos.

Na terceira seção deste capítulo, intitulada “Juventude como Direito e a Política de Cotas”, destacamos que além dos impactos mais diretos na trajetória educacional dos sujeitos, o ingresso na universidade através da política de cotas vai se desdobrar em uma possibilidade de prolongamento da própria condição juvenil. Criando fios de correlação com o apresentado no primeiro capítulo desta pesquisa, aproximamos do nosso entendimento da categoria juventude a perspectiva da juventude como um direito. A condição juvenil se entrelaça com a possibilidade de uma certa moratória social, isto é, para experimentar a juventude os sujeitos precisam de um tempo mais alargado para construir experiências de si, sem tantas obrigações formais e de manutenção material da vida. Nesse sentido, a vida universitária se apresenta como um prolongamento dessa condição juvenil desses sujeitos que dedicam parte significativa de seu tempo aos estudos no convívio direto com seus pares e, na combinação entre o auxílio financeiro da família, bolsas de pesquisa, extensão,

permanência estudantil e de estágio, postergam a sua entrada definitiva no mercado de trabalho formal, assim como a formação de novos núcleos familiares. Esta discussão será melhor construída ao longo do capítulo que se segue.

## **2.1 - A Política de Cotas no Brasil: contexto de aprovação e impactos nas universidades**

Nesta seção dialogamos com autores que nos ajudam a entender a construção e os desdobramentos da política de cotas nas universidades públicas brasileiras, uma das mais relevantes e conhecidas políticas de ação afirmativa no país. Há um vasto debate na literatura sobre a conceituação das políticas de ações afirmativas, na discussão do que poderia ou não ser enquadrado como tal. Moehleck (2002), ressalta que o termo ação afirmativa foi cunhado pela primeira vez nos EUA nos anos 60, quando se vivia um momento de ampla mobilização social em torno dos direitos civis e da igualdade racial. Mais do que políticas anti-segregacionistas, o movimento negro estadunidense passou a exigir que o Estado assumisse postura ativa na construção de políticas que, além de punir a segregação, atuassem de forma “preventiva” na promoção da igualdade racial, alterando estruturalmente as desigualdades entre brancos e negros. Entretanto, quando chega no Brasil, o termo ações afirmativas ganham um caráter polissêmico e um tanto difuso. (MOEHLECKE, 2022)

Para compreendermos a política de cotas dentro de um entendimento mais geral sobre as ações afirmativas no mundo e no Brasil, a obra “Ação Afirmativa: conceitos, história e debates” de João Feres Júnior *et al* (2018) se apresenta como um texto bastante importante. Com ajuda da obra acima citada, nesta pesquisa partimos da consideração que as ações afirmativas compreendem distintas políticas voltadas a grupos populacionais historicamente marginalizados e desfavorecidos, e que tem em seu cerne a promoção da igualdade social, econômica e cultural.

Portanto, parece-nos razoável considerar ação afirmativa todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas. Os recursos e oportunidades distribuídos pela ação afirmativa incluem participação política, acesso à educação, admissão em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego, oportunidades de negócios, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultural e histórico. (FERES JÚNIOR *et al*, 2018: 13)

As políticas de ações afirmativas ganham destaque em diferentes países a partir da segunda metade do século XX e podem, concretamente, incorporar distintas metodologias e ações. Ainda que a experiência estadunidense seja a que mais influencia diretamente a realidade brasileira, outros países como a África do Sul e a Índia também possuem políticas pautadas na discriminação positiva de amplos setores de suas populações. Diferentemente da discriminação negativa, através da qual grupos que possuem características em comum são menosprezados e privados de oportunidades e direitos, na discriminação positiva as ações focalizadas vizam equiparar as condições sociais desses grupos discriminados negativamente em relação ao resto da sociedade (VILLAS-BOAS, 2003). Silvio Almeida em seu livro “Racismo Estrutural” assim sintetiza a ideia de discriminação positiva:

Ainda sobre a discriminação, é importante dizer que é possível falar também em discriminação positiva, definida como a possibilidade de atribuição de tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados com o objetivo de corrigir desvantagens causadas pela discriminação negativa – a que causa prejuízos e desvantagens. Políticas de ação afirmativa – que estabelecem tratamento discriminatório a fim de corrigir ou compensar a desigualdade – são exemplos de discriminação positiva. (ALMEIDA, 2019:17)

Na Índia, país estratificado através de castas, as primeiras ações de discriminação positiva das quais se tem registro datam do período colonial, em que setores sociais já se mobilizavam pela reserva de vagas no funcionalismo público e ajuda educacional a não-brâmares. Na Constituição de 1950, após a independência indiana, estabelece-se reserva de assentos nas casas legislativas para membros da

*scheduled castes* e *scheduled tribes*. Outras castas desprivilegiadas que não foram contempladas na Constituição indiana de 1950 passaram a se organizar pleiteando a sua inserção nas políticas de discriminação positiva. Entretanto, neste cenário de tensionamentos, emergia a dificuldade da determinação de quais seriam os grupos historicamente marginalizados que deveriam ser sujeitos de políticas focalizadas. Em 1980 a Comissão Mandal submeteu seu relatório ao governo de Indira Gandhi, documento que estabelecia critérios de reconhecimento das “castas atrasadas” e listava 3.248 comunidades ou castas que passaram a ser conhecidas como *Other Backward Classes* (OBCs). A partir de então, diferentes políticas de reservas de vagas foram criadas, envolvendo diversos setores como empregos públicos, bancos nacionalizados, universidades e empresas que recebiam assistência financeira do governo. (FERES JÚNIOR *et al.*, 2018)

A África do Sul viveu sob o *apartheide* entre 1948 e 1994, regime de segregação racial e discriminação negativa da população de origem africana e outros grupos não-brancos. Em 1950 implementou-se a Lei de Registro da População, que classificava os cidadãos em quatro grupos raciais: europeus, indianos, *coloured* (mestiços) e africanos. Em base a essa classificação, diversas medidas estatais passaram a restringir o acesso ao emprego, residência e mobilidade dos grupos não-brancos. Com o declínio deste regime, desde 1990 setores sociais e lideranças populares como Nelson Mandela pautavam publicamente a necessidade do estabelecimento de políticas que reparassem as profundas e estruturais desigualdades entre brancos e não-brancos. Na Constituição da África do Sul de 1996 vários artigos tratam da temática das ações afirmativas, no intuito da proteção e no avanço dos direitos das pessoas que sofreram discriminação injusta. No serviço público a condição de raça, gênero e deficiência da pessoa deve ser levada em consideração no ato da contratação e da sua promoção. As empresas privadas também devem promover suas próprias ações afirmativas no intuito da efetivação da igualdade no local de trabalho. Durante os anos do *apartheid*, o sistema de educação superior sul-africano era dividido entre universidades negras (que se subdividiam entre indianas, *coloureds* e africanas) e brancas, com as últimas recebendo muito mais recursos. Essa estrutura deixou marcas profundas de desigualdade entre as universidades, apesar do financiamento ter

sido equiparado após o fim do *apartheid*. Por isso, iniciou-se um processo de fusão de algumas dessas instituições na tentativa de romper o padrão de desigualdades, assim como a implementação de metas raciais na formação do corpo docente, discente e de servidores. (DA SILVA, 2007; BLASER, 2010; FERES JÚNIOR *et al.*, 2018)

Referindo-se às ações afirmativas nos Estados Unidos, Ricardo Lempert aponta que elas têm diferentes públicos-alvo, “incluindo veteranos, mulheres e minorias étnico-raciais. Já assumiu diferentes formas, desde publicidade dirigida até quotas de fato, e tem sido utilizada em esferas variadas, incluindo emprego, contratos do governo e educação superior” (LEMPERT, 2015: 34). Tratando-se mais especificamente das políticas de ação afirmativa que visam combater a segregação racial, essas ganham relevância acima de tudo a partir da década de 1960 com o Movimento pelo Direitos Cívicos. O termo “ação afirmativa” aparece pela primeira vez em um documento oficial em 1961, na Ordem Executiva 10.925 assinada por John F. Kennedy, que estabelecia o *Equal Opportunity Employment Committee*, órgão criado para fazer cumprir as leis contra discriminação no mundo do trabalho. Entretanto, o termo só recebe sentido de discriminação positiva na Ordem Executiva 11.246, assinada por Lyndon Johnson, em que as ações afirmativas passam a ser políticas direcionadas a um objetivo concreto de promoção da igualdade racial. Na esfera do ensino superior, as faculdades começaram a adotar políticas próprias de ação afirmativa na seleção de seus candidatos, sem uma unificação nacional neste sentido. A Suprema Corte norte-americana se posicionou a respeito das ações afirmativas pela primeira vez em 1965, no caso *Regents of the University of California v. Bakke*. Neste caso emblemático e que vai orientar a jurisprudência do tema, o juiz Lewis Powell demarca a inconstitucionalidade da reserva de vagas destinada às minorias étnicas, mesmo assim, autoriza as universidades a inserirem critérios de raça na escolha individual dos candidatos, a fim da garantia da diversidade nos *campi*. (FERES JÚNIOR, *et al.*, 2018)

Ainda que os países acima citados tenham realidades distintas em termos da composição da sua população e histórico da segregação étnica e racial, todos têm em comum um passado como colônia de algum país europeu, como o Brasil. As marcas da colonialidade, que foi pautada e organizada sobre bases do racismo e a brutal

exploração da força de trabalho, estruturou e, em maior ou menor grau, estrutura essas sociedades ainda nos dias de hoje. A constituição das nossas relações raciais remontam a colonialidade e a escravidão, regime em que as pessoas racializadas eram despidas de qualquer direito social, desumanizadas e mercantilizadas. Mais do que simplesmente atitudes individuais, o racismo está diretamente relacionado à reprodução e à manutenção dos grupos que exercem poder na organização social. Os grupos de poder conseguiram institucionalizar seus interesses, instrumentalizando instituições jurídicas, legislativas, educacionais e religiosas a seu favor. As características do colonizador europeu se tornam nosso padrão e horizonte civilizatório. Com o fim da colonização, houve um rearranjo institucional nos diferentes países bastante calculado para que não houvesse também alterações nas profundezas das relações de desigualdade e exploração. Por isso, ainda nos dias de hoje, o racismo é estruturante nas nossas sociedades, e as pessoas racializadas são sistematicamente marginalizadas, oprimidas e discriminadas. (ALMEIDA, 2019)

Como sintetiza o professor Silvio Almeida,

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. (ALMEIDA, 2019: 50)

A sociedade brasileira foi forjada em base a 388 anos de escravização de negros e indígenas, sendo o Brasil a última nação ocidental a abolir oficialmente a escravatura através da Lei Áurea em 1888. O processo abolicionista, entretanto, avalizou aos negros e indígenas apenas a liberdade formal, já que não foi acompanhado de nenhuma articulação política que os garantissem direitos mínimos, como acesso a terra, emprego, educação, saúde e justiça. Com uma sociedade que,



por um lado, tinha ainda aspirações culturais e civilizatórias europeias, e, por outro, convivia com gigantescos abismos sociais e raciais, a partir de 1930 as elites passaram a investir na construção de um imaginário nacionalista brasileiro. Esse ideário de brasilidade pautava-se no mito da democracia racial, que nos diz da suposta convivência harmônica entre brancos, negros e indígenas. O nível de miscigenação de nossa população seria a causa e ao mesmo tempo a prova que demonstrava que no Brasil pós-colonização construiu-se uma sociabilidade sem racismo. O mito da democracia racial foi utilizado muitas vezes para impedir que políticas de ação afirmativa fossem promulgadas, visto que em nosso país não haveria discriminação racial. (FERES JÚNIOR, *et al.*, 2018)

Embora haja divergências na literatura a respeito de qual seria a primeira política de ação afirmativa no Brasil, há um consenso que o processo de redemocratização do país é um importante marco temporal da efervescência dos debates. O mito da democracia racial impulsionado pelo Estado Novo seguiu sendo um pilar do ideário nacionalista brasileiro nos governos que o sucederam, entretanto, com o fim da ditadura militar ganham força movimentos e vozes que dizem de outros Brasis. Os movimentos sociais e de trabalhadores que lutavam pela construção de uma sociedade mais justa do ponto de vista social e racial, encontram espaço para uma atuação mais propositiva em relação ao Estado. Por isso, na Constituição de 1988 já delimitam-se as bases legais para a construção das ações afirmativas que viriam a seguir. Essas bases são identificadas tanto em termos gerais, na sistematização do entendimento das obrigações do Estado no intuito da promoção da igualdade e do acesso aos direitos básicos pela população, como, mais especificamente, no artigo 37 do capítulo VII, que estabelece a reserva de vagas no emprego público para pessoas com deficiência. (FERES JÚNIOR, *et al.*, 2018; MOEHLECKE, 2022)

O sistema educacional de nosso país se constituiu historicamente como uma ferramenta de manutenção das nossas desigualdades. Se falamos do Ensino Superior, durante muito tempo o acesso a esse nível de ensino era de direito exclusivo às elites urbanas. Segundo Feres Júnior (*et al.*, 2008), no processo de consolidação do debate racial no país a luta pelas ações afirmativas em diversos campos, acentuadamente na

educação, se fortalece e passa a pressionar o mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e, principalmente, os governos dos petistas Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

A partir de meados da década de 90, e com maior intensidade depois dos anos 2000, vivenciamos no país um ciclo de expansão do ensino superior. Com o aumento do número de matrículas nas universidades públicas através de programas como o REUNI, e, sobretudo nas IES privadas estimuladas por políticas como o ProUni e o FIES, nossa taxa de escolarização em 2019 de jovens com idade universitária era de 25,5%. (SENKEVICS, 2021). Entretanto, ainda em 2012 observa-se que há uma sub-representação de jovens pretos, pardos e indígenas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Cruzando dados do Censo da Educação Superior (CES) e as bases de dados dos inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Senkevics e Mello (2019) nos mostram que em 2012 50,2% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos eram pretos, pardos ou indígenas com renda familiar *per capita* de até 1,5 salários-mínimos (SM), entretanto, esse mesmo grupo representava apenas 33,9% dos estudantes matriculados nas IFES. Ao passo que os jovens com renda *per capita* superior a 1,5 SM independente de cor/raça eram 17,7% das pessoas com 18 a 24 anos e 29,1% dos alunos das IFES (consultar tabela 2). Vê-se, assim, que em 2012 a participação de jovens pobres, pretos, pardos e indígenas nas IFES ainda é diminuta, e essa desigualdade histórica de acesso à educação se transborda em uma importante pauta de tensionamento e luta social.

Tabela 1: Participação (%) dos jovens de 18-24 anos, por cor/raça e renda familiar, na população e nas ifes – brasil e grandes regiões – 2012/2016

	BRANCOS E AMARELOS COM RENDA MENOR OU IGUAL A 1,5 SM				PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS COM RENDA MENOR OU IGUAL A 1,5 SM				INDEPENDENTE DE COR/RAÇA, COM RENDA MAIOR QUE 1,5 SM			
	2012		2016		2012		2016		2012		2016	
	Total	IFES	Total	IFES	Total	IFES	Total	IFES	Total	IFES	Total	IFES
<b>Norte</b>	16,6	22,3	16,7	15,9	72,8	61,5	75,3	70,4	10,6	16,2	8	13,7
<b>Nordeste</b>	20,8	30,2	22,1	23,4	72,1	48,9	72,8	60,2	7,1	20,9	5,1	16,4
<b>Sudeste</b>	37,4	38,7	35,4	33	40,5	25,8	46,3	34,7	22,1	35,5	18,3	32,3
<b>Sul</b>	54,5	56,5	55,5	50,7	17,8	10	21,5	16,8	27,8	33,8	23	32,5
<b>Centro-Oeste</b>	24,4	32,8	26,2	26,6	51,6	34,6	56	41,4	24,2	32,6	17,8	32
<b>Brasil</b>	32,1	37	31,7	30,9	50,2	33,9	54,3	42,7	17,1	29,1	14	26,4

Legenda: SM = salário-mínimo per capita.

Fonte: adaptado de Senkevics e Mello, 2019.

O processo de democratização do acesso ao ensino superior público no Brasil é fruto de uma luta histórica dos movimentos sociais e em específico do Movimento Negro ao longo dos séculos XX e XXI. Em consonância com Jurandir de Almeida Araújo (2020) tomamos como Movimento Negro uma diversidade de organizações que têm no eixo de sua pauta a questão racial dos negros e negras. Indo além, entendemos o Movimento Negro como

um sujeito coletivo composto de várias entidades, grupos, núcleos e um ator político que: produz discursos, constrói, sistematiza e articula saberes emancipatórios produzidos pelos negros e negras ao longo da sua trajetória na sociedade brasileira, reordena enunciados, nomeia aspirações difusas, articula lutas e desafios que possibilitem aos indivíduos se reconhecerem nesses novos significados, assim como dá

sentido e significado às lutas antirracistas nacionais e internacionais (Araújo, 2020:4).

A articulação desses movimentos se torna tão poderosa que suas práticas discursivas extrapolam os muros das universidades, dos centros de pesquisa e da ação da luta organizada, fazendo com que o apelo por práticas e políticas antirracistas atingisse amplos setores sociais. Araújo (2020) afirma que o Movimento Negro e os intelectuais negros(as) brasileiros são, historicamente, os sujeitos mais engajados no debate e na proposição de Políticas Afirmativas no país. Desde meados do século passado e, especialmente, a partir da redemocratização do Brasil, o Movimento Negro encabeça uma ampla mobilização social, política e jurídica para a implementação de políticas de igualdade racial. Ainda em diálogo com Araújo (2020) vemos que entre 1940 e 1960 diversas organizações do Movimento Negro, como o Teatro Experimental do Negro (TEN), proveram uma gama de eventos nacionais, regionais e locais para a discussão e conscientização a respeito da condição de segregação e discriminação negativa da população negra brasileira, bem como da necessidade do engajamento do Estado na promoção de políticas específicas para essa população a fim da superação da desigualdade racial. A denúncia da discriminação racial passa a ocupar espaço na agenda nacional e influencia o Ministério do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho nos anos de 1960 a serem favoráveis a criação de uma lei de discriminação positiva de negros no mercado de trabalho. Tal posicionamento gerou grande indignação entre muitos dos intelectuais brancos que afirmavam que como o Brasil era um “país de mestiços” não seria possível a delimitação de quem é negro e quem não é. As teorias que sustentam esse imaginário de democracia racial são mobilizadas no intuito de impedir que políticas focalizadas na população negra fossem aprovadas. (ARAÚJO, 2020)

A luta do Movimento Negro apontou como o racismo é estrutural em nossa sociedade e como a desigualdade de oportunidades educacionais se um torna mecanismo de impedimento de ascensão social dos negros brasileiros. São diversas as estratégias que o movimento constrói no que tange às pautas educacionais, podemos destacar entre elas:

o trabalho paralelo desenvolvido junto às escolas; a fundação de escolas comunitárias e cursos pré-vestibulares para afrodescendentes carentes; os cursos de extensão pedagógica; as campanhas de alfabetização de jovens e adultos; os debates, seminários, encontros, congressos e atividades culturais; o apoio à criação de núcleos de estudos e centros de pesquisa dentro das universidades; a ocupação de espaços em diferentes esferas da sociedade civil, do setor público e do privado (ARAÚJO, 2020:10).

A política de reserva de vagas nas instituições públicas de ensino se torna uma importante bandeira de reivindicação. Mesmo antes da promulgação da Lei de Cotas em 2012, algumas universidades já vinham construindo seus próprios programas de ingresso com ações afirmativas. A adoção de cotas raciais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade de Brasília no início da década de 2000 eleva o debate a nível nacional. Já em 2003 o programa de ingresso na graduação da UERJ contava com vagas especificamente destinadas a candidatos oriundos de escola pública, pretos e pardos. No caso da UERJ, a construção da política de ação afirmativa se dá por meio de determinação legal da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), que aprovou em 2000 a Lei nº 3.524, através da qual ficava estabelecida a reserva de 50% das vagas das universidades estaduais para alunos oriundos de escolas públicas. Na sequência, em 2001, a ALERJ aprova a Lei nº 3.708, que reservava 40% das vagas dos processos seletivos para autodeclarados negros e pardos. Já na UnB, uma universidade federal que possui muito mais autonomia diretiva, as cotas passaram a ser aplicadas nos vestibulares de 2004. De acordo com o Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial aprovado em 6 de junho de 2003 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da universidade, 20% das vagas seriam reservadas para candidatos negros, como também haveria a reserva de vagas para indígenas sob demanda específica. (UERJ, sem data; FERES JÚNIOR, *et al.*, 2018; VELOSO, 2008)

Em termos nacionais, 1983 o então deputado Abdias Nascimento apresentou um projeto de construção de uma política de cotas raciais, entretanto, o referido texto foi arquivado e nem chegou a passar pela votação do plenário (FRANCO, 2022). Em

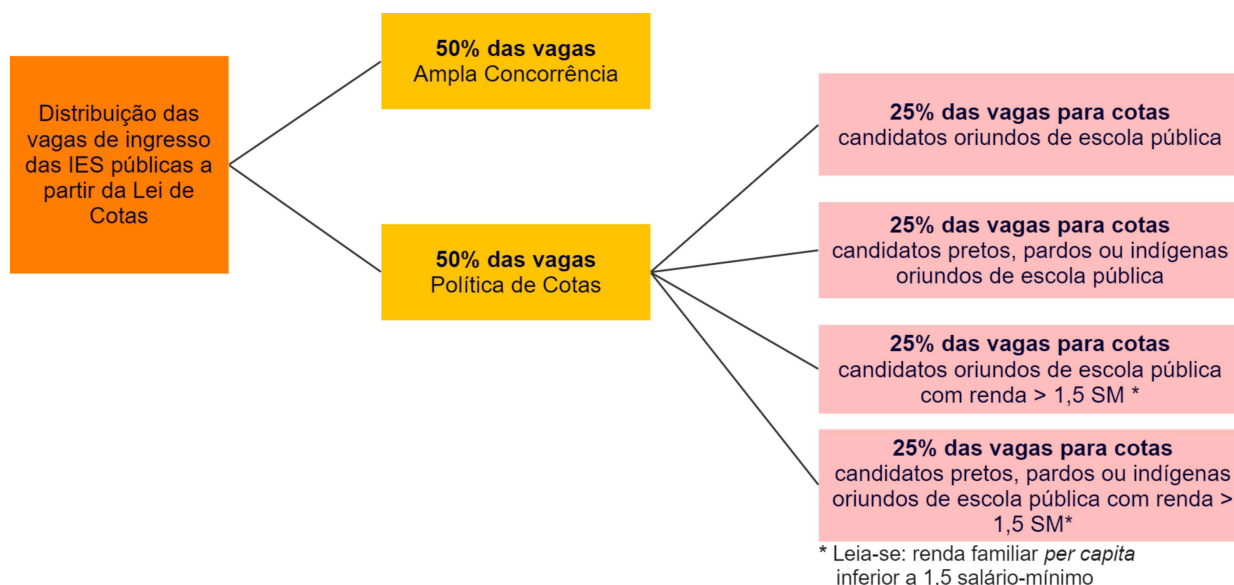
1999 a deputada federal Nice Leão apresentou o projeto de lei 73<sup>3</sup> que seria transformado na Lei Ordinária 12711/2012. No projeto de Nice as universidades públicas deveriam reservar 50% das suas vagas para preenchimento mediante seleção de alunos nos Cursos de Ensino Médio, tendo como base o Coeficiente de Rendimento (CR). Nesse momento o Movimento Negro enxerga uma oportunidade de pressionar o poder público para a implementação de uma política de ingresso nas universidades públicas que levasse em consideração critérios sociais e raciais. A promoção da pluralidade, da igualdade e da solidariedade é dever do Estado, e para que isso ocorra é essencial a formulação de políticas que conduzam à superação das nossas desigualdades. No sentido da efetiva constituição de um Estado intitulado Democrático de Direito como o nosso, depois de muita discussão e alterações na proposta de Nice Leão, a política de Cotas (Lei nº 12.711/2012) é aprovada como uma resposta a essa demanda latente na sociedade brasileira. Essas e outras ações afirmativas se justificam nos fundamentos constitucionais da igualdade de oportunidades e condições (formal e material) e no princípio da solidariedade, que devem guiar a ação legislativa e a prática social. (BOLERSINA e GERVASONI, 2016)

O referido instrumento jurídico estabelece que 50% das vagas das universidades e institutos federais devem ser destinadas a alunos que integralizaram o ensino médio nas escolas da rede pública, oriundos de famílias com renda *per capita* igual ou inferior a um salário-mínimo e meio e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, conforme percentuais indicados na figura abaixo (BRASIL, 2012).

---

<sup>3</sup> Para maiores detalhes sobre a tramitação da Lei 73 acesse:  
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15013>

Figura 1: Distribuição das vagas após implementação da Política de Cotas



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Mesmo que haja um componente racial, podemos ver que o critério social é o que mais polariza a Política de Cotas, quando ela destina a sua reserva de vagas a alunos que são oriundos de escolas públicas, que infere-se que já possuem, em média, renda inferior aos oriundos de escolas particulares e, ainda, destaca metade da sua reserva de vagas para alunos em situação de vulnerabilidade econômica (renda familiar *per capita* inferior a 1,5 SM)<sup>4</sup>.

A partir dessa lei, toda uma nova geração de jovens filhos das camadas populares, que até então não tinham o ensino superior como horizonte, ingressam nas universidades via sistemas de cotas. Isso reconfigura o perfil socioeconômico e étnico das IES públicas. Como podemos ver na tabela 1, a participação de pretos, pardos e

<sup>4</sup> No momento da construção deste texto tramita no Senado o PL 5.384/2020 que propõe uma revisão na política de cotas. Dentre as principais mudanças sugeridas estão: reenquadramento da situação de vulnerabilidade econômica, que passa de 1,5 SM para 1 SM *per capita*; inclusão de estudantes quilombolas na política; se aprovado o PL para o preenchimento das vagas, os candidatos cotistas irão primeiro concorrer às vagas da ampla concorrência, se não obtiverem nota suficiente, concorrerão às vagas de cotas de seus subgrupos; os alunos que ingressarem através da política de cotas deverão ter prioridade no recebimento de bolsas de auxílio estudantil; as instituições passarão a ser obrigadas a ter políticas de ações afirmativas também para os cursos de pós-graduação.

indígenas (PPI) com renda per capita inferior a 1,5 salários-mínimos (SM) nas IFES brasileiras saltou de 33,9% em 2012 para 42,7% em 2016. Mesmo que pesem as desigualdades, vemos que o crescimento da representação desta população acontece nas IFES de todas as grandes regiões brasileiras. Destacamos aqui a região Sul, que foi a que teve um acréscimo relativo mais significativo entre os anos de 2012 e 2016 (aumento relativo de 68%) e a região Norte, na qual a sub-representação deste grupo é a menor (PPI com renda inferior a 1,5 SM per capita são 75,3% da população jovem em 2016 e 70,4% das matrículas nas IFES). Partindo desse cenário mais geral da aprovação e impactos da Política de Cotas no Brasil, na próxima seção nos aproximaremos da realidade da Universidade Federal de Juiz de Fora.

## **2.2 - A política de cotas na UFJF**

A UFJF foi a primeira Universidade Federal do estado de Minas Gerais a adotar um sistema de cotas de ingresso. Antes mesmo da aprovação da Lei de Cotas, já em 31 de maio de 2004, o Conselho Superior da Universidade (CONSU) estabeleceu uma comissão que nos meses seguintes se debruçou sobre a construção de uma proposta de sistema de cotas para o ingresso na universidade. Alguns trabalhos e documentos nos ajudam a entender esse processo de implantação das cotas na UFJF em meados da primeira década dos anos 2000, dentre eles destacamos as atas, resoluções e documentos produzidos pelo Consu e suas comissões (UFJF, 2004; 2005), a tese de doutorado de Antonio Fernando Beraldo (2015) e Magrone (2001). A *Comissão para apresentar sugestões relativas ao Sistema de Cotas* acima mencionada era presidida pelo Prof. Dr. Ignácio Godinho Delgado, e contava com a participação de outros professores; representante discente da UFJF; nome indicado pela União Juizforana de Estudantes Secundaristas (UJES); membro do Sindicato dos Professores (SINPRO) que congrega, dentre outros, os professores da rede municipal e privada de ensino básico de Juiz de Fora; nome indicado pelo Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação de MG (SindUTE), que organiza nas suas fileiras os professores da rede básica estadual de ensino, entre outros profissionais; representante do Sindicato dos



Estabelecimentos Particulares de Ensino na Região Sudeste de MG (SINEPE); nome indicado pela Superintendência Regional de Ensino; representante da Secretaria de Educação da Prefeitura de Juiz de Fora e representantes do Conselho Municipal para Valorização da População Negra. Esta ampla composição, preocupada com a representação de diversos setores que seriam potencialmente impactados pela política e/ou que, a partir de suas expertises, poderiam contribuir para o seu desenvolvimento, indica de antemão o desejo de formular uma diretriz em base ao diálogo e à observação de diversos pontos de vista. Após instaurada, seguindo com o seu plano de trabalho, a comissão realizou um amplo levantamento de dados sobre o debate das cotas, que polarizava a sociedade brasileira à época, Seminários Internos em diferentes departamentos e visitas às Unidades Acadêmicas. De acordo com o relatório apresentado, nos seminários temáticos foram abordados temas como a ética e as implicações constitucionais das políticas de ação afirmativa/discriminação positiva, bem como a análise de experiências em outras universidades brasileiras.

O relatório é um texto bastante interessante que reúne em suas linhas uma série de argumentos fundamentados em resposta às dúvidas, questionamentos e anseios da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, que nos parecem ainda bastante comuns nos dias de hoje quando tratamos da política de cotas. Suas páginas versam sobre a ideia da pretensa subversão do mérito acadêmico, da inconstitucionalidade da discriminação positiva, dos limites da política de cotas frente às dificuldades do ensino básico brasileiro, entre outras. De acordo com o censo escolar de 2002, 81,61% dos concluintes do ensino médio em Minas Gerais o fizeram em escolas públicas (federais, estaduais ou municipais), em Juiz de Fora essa taxa era de 55,75%. Entretanto, de acordo com dados da PROGRAD, em 2004 apenas 37,85% dos aprovados na UFJF pelo vestibular ou PISM<sup>5</sup> eram oriundos de escolas públicas. Tomando a escola pública como o caminho formativo mais comum entre os mais pobres, destaca-se no texto da comissão a desigualdade de composição social da universidade. Partindo da constatação das desigualdades sociais do nosso país e, em especial, de Juiz de Fora, a comissão entende que a Educação cumpre um relevante papel na possibilidade de mobilidade social. Segundo suas palavras:

---

<sup>5</sup> Programa de Ingresso Seletivo Misto (PISM) é o processo de avaliação seriada da UFJF

A educação é um bem público capaz de produzir efeitos benéficos difusos para todos; entretanto, é um fator que, por força do domínio individual das habilidades que proporciona, pode acentuar ou reduzir a estrutura de desigualdades existente na sociedade e a oportunidade de mobilidade para diversos grupos. (DELGADO, s/ data: 11)

Nesse sentido, o relatório reconhece que estudantes cujos pais têm melhores condições socioeconômicas e maior escolaridade têm maior probabilidade de acessar o ensino superior, o que, após formados, potencialmente se converterá em melhores posições no mercado de trabalho. No que toca ao debate racial, o relatório da comissão ressalta que 80% dos alunos da UFJF em 2004 se autodeclaravam brancos, percentual este que era ainda maior em cursos como medicina, administração e farmácia. O relatório traz ainda dados que mostram que a população negra é a maioria entre as as posições de trabalho menos qualificadas, enquanto configuram apenas 10,2% dos “capitalistas” brasileiros em 2004, segundo o PNAD. Quando se relaciona a variável de média de *anos de estudo com rendimento mensal* (em salários mínimos), vê-se que em Minas Gerais os brancos possuíam, em média, 7,8 anos de estudo e um rendimento mensal de 3,7 SM, enquanto pardos tinham 5,9 anos de estudo e 2,1 SM de rendimento médio, ao passo que pretos tinham 5,5 anos de estudo em média, e 1,9 SM de renda. A correlação entre anos de estudo, rendimento mensal e mobilidade social possuem, então, um caráter nítido de desigualdade racial no Brasil. Sendo a universidade em 2004 um espaço ocupado majoritariamente por brancos oriundos de escolas particulares, sua política de ingresso pode ser, assim, um mecanismo de perpetuação de um ciclo de desigualdades que distancia os estratos sociais, privilegiando os já privilegiados.

É nesse imbróglio social de (re)produção das desigualdades através do acesso a educação que surge a necessidade de políticas de discriminação positiva. Alguns argumentam que a raiz dos nossos problemas educacionais está no ensino básico, e a política de cotas seria um “atalho” que visa encobrir as debilidades na rede básica. Apesar de reconhecer que sim, a qualidade e a disponibilidade do ensino básico é uma

importante questão social do Brasil, essa é uma situação externa à universidade, que, por sua vez, não deve se desresponsabilizar de fazer as contribuições que lhes são possíveis no enfrentamento das nossas desigualdades. (DELGADO, s/ data)

Tratando-se da constitucionalidade das políticas de ação afirmativa, que provocava dúvidas na comunidade acadêmica, o texto da comissão aponta que o *princípio da igualdade* deve ser observado a partir da ideia dinâmica de igualdade substancial e de oportunidades, não como uma vaga abstração jurídica ou conceitual. O relatório indica que a política de cotas é congruente com o *princípio da proporcionalidade*, que se ramifica em três máximas: adequação, necessidade e proporcionalidade. O sistema de cotas é **adequado** porque promove maior isonomia no acesso à universidade pública; é **necessário** porque no atual contexto histórico é um instrumento “menos gravoso ao direito fundamental de amplo e meritório acesso à universidade” (p.32), já que as profundas reformas no ensino básico e as políticas abrangentes de distribuição de renda que minorizem radicalmente nossas desigualdades ainda não estão em curso; e é **proporcional** porque neste momento é mais premente a garantia da igualdade substancial e de oportunidades entre os cidadãos do que o direito de acesso meritocrático ao ensino superior, mesmo porque o mérito só pode ser efetivamente comprovado quando os sujeitos competem sob condições equivalentes. (DELGADO, s/ data)

Ao fim, para que grupos sistematicamente excluídos possam ter acesso ao ensino superior, o relatório propõe a adoção de um Sistema de Cotas de ingresso na UFJF de caráter emergencial, não permanente, a ser regularmente avaliado. Tal sistema de ingresso deve fazer parte de um direcionamento mais extensivo das políticas de inclusão, que envolvem o pré-ingresso, o ingresso e a permanência do estudante. O sistema de cotas sugerido pela comissão é pautado na **origem educacional do candidato**, visto a sub-representação de alunos oriundos das escolas públicas entre os universitários, na combinação com o critério **cor/raça**. O relatório da comissão foi aprovado pelo CONSU através da Resolução n.º 16, de 04 de novembro de 2004, que define que 50% das vagas, de todos os cursos, devem ser destinadas para egressos de escolas públicas e, dentro deste percentual, haverá uma reserva de

25% de vagas para autodeclarados negros. A resolução nº 05, de 24 de fevereiro de 2005 disciplina a anterior, mantendo a política, mas demarcando que a mesma seria implementada de forma gradativa: em 2006 seriam reservadas 30% das vagas; em 2007, 40% das vagas; e a partir de 2008 passa-se a reserva total de 50% das vagas para egressos de escolas públicas.

Antes de analisar os impactos dessa primeira fase da política de cotas na UFJF, ressaltamos a relevância do processo de debates no Conselho Superior e o esforço da comissão, a partir de um amplo diálogo com a comunidade, construir um relatório que se organiza a partir de questões levantadas à época, mas que ainda nos são contemporâneas. Apesar da Política de Cotas já ser uma realidade consolidada nas IES federais e muitos debates públicos tenham sido travados nesse sentido, continua permeando o imaginário popular a ideia de que tal instrumento feriu o processo meritocrático de ingresso, e, por se pautar também sobre um critério racial, atua na verdade como uma forma de “racismo reverso” contra brancos ou, ainda, como forma de aumentar a segregação contra negros. Esses e outros posicionamentos parecem ignorar os enormes abismos socioeconômicos que dividem nossa sociedade, abismos esses em que a exploração do trabalho pouco qualificado se confunde e se amplia com o racismo estrutural. A condição de raça e de classe, dessa forma, é entendida sob a prisma da interseccionalidade, do atravessamento mútuo. O acesso a universidade proporciona ao sujeito a possibilidade de alargar seu capital intelectual, entrando em contato com o conhecimento científico socialmente produzido e historicamente acumulado; suscita também a interação com signos e símbolos que o permitirá fazer novas leituras do mundo, de si e da cidade; o coloca em interação com outros sujeitos, criando redes de contatos que podem ser acionadas como capital social. Com isso tudo, a experiência universitária oferece ao sujeito caminhos de formação pessoal, acadêmica e intelectual que se traduzem em melhores empregos, melhores remunerações e maiores possibilidades de mobilidade social. A garantia do direito da educação para grupos historicamente excluídos é essencial para o enfrentamento de nossas desigualdades sociais. Isto posto, cabe apontar que a avaliação da política de cotas da UFJF implementada em 2006 é fortemente crivada pelas transformações que as universidades públicas iriam sofrer depois do REUNI.

As cotas alteraram a composição dos ingressantes pelo vestibular em 2006 e pelo PISM em 2009, por se tratar de um programa de ingresso seriado. Como podemos ver na tabela que segue abaixo, os ingressantes pelo **Grupo B** (candidatos oriundos de escolas públicas) foram 228 em 2006, o que correspondia a 15,8% das matrículas, quantitativo que salta para 1058 em 2012, representando 34,7% dos matriculados. Já os alunos ingressantes pelo **Grupo C** (negros oriundos de escolas públicas) foram 83 em 2006, 4,7% do total de matriculados, já em 2012 esse mesmo grupo salta para 339 ingressantes, representando 11,1% dos matriculados. Ainda que haja o aumento da porcentagem de alunos cotistas ingressantes pelos grupos B e C, destaca-se o fato do número de ingressantes pelo **Grupo A** (ampla concorrência) crescer ano a ano - com exceção de 2011 para 2012, saltando de 1419 em 2006 para 1655 em 2012. Como apontam os dados de matrículas, as resoluções 16/2004 e 05/2005 não foram integralmente cumpridas até 2008. Como aprovado pelo CONSU, 50% dos ingressantes na UFJF no ano de 2008 deveriam ser oriundos de escolas públicas, desses 50%, 25% deveriam negros (o que corresponderia 12,5% do número geral de matrículas). Não entraremos aqui neste trabalho nas causas desse descompasso entre a realidade e as prerrogativas do sistema de cotas aprovado em 2005, entretanto, podemos assinalar que a ocupação das vagas por cotas sofreu uma variação entre os cursos devido a uma demanda inferior ao ofertado em número de vagas, já que caso as vagas não fossem preenchidas pelos cotistas seriam remanejadas para a ampla concorrência.

Tabela 2: Ingressantes na UFJF por grupo de ingresso entre 2006 e 2012

Tipo	Ano de Ingresso							Total
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
<b>Grupo C</b> (não-cotistas)	1.419	1.312	1.233	1.236	1.414	1.737	1.655	10.007
	79,5%	74,4%	65,4%	55,5%	53,1%	53,0%	54,2%	60,1%
<b>Grupo B</b> (escolas públicas)	282	356	494	790	973	1.187	1.058	5.140
	15,8%	20,3%	26,2%	35,5%	36,5%	36,2%	34,7%	30,9%
<b>Grupo A</b> (negros, escolas públicas)	83	89	157	201	275	351	339	1.495
	4,7%	5,1	8,3%	9,0%	10,3%	10,7%	11,1%	9,0%
<b>Total</b>	1.784	1.757	1.884	2.227	2.663	3.275	3.052	16.642

Fonte: Adaptado de Beraldo, 2015

Como exposto anteriormente, em 2012 ocorre a aprovação da Lei 12.711 que institui que:

As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. (BRASIL, 2012)

Com a promulgação da Política de Cotas a UFJF passa a adotar os critérios nacionais de reserva de vagas. Após algumas reconfigurações, ainda incorporam-se outros grupos de ingresso através de cotas na UFJF, destinados a pessoas com

deficiência (PCD) e a surdos especialmente para o curso de Letras-libras, como mostra a imagem abaixo.

Figura 2: Resumo dos grupos de Cotas para o PISM de 2021



Fonte: UFJF, 2020.

Disponível em:

<https://www2.ufjf.br/noticias/2020/10/21/nao-sabe-qual-grupo-escolher-entenda-o-sistema-de-cotas-na-ufjf/> acesso em 10 de julho de 2023

Embora algumas instituições já adotassem políticas de cotas próprias, certamente é a partir da lei federal que a discussão ganha uma envergadura nacional, que passa a mobilizar o conjunto das instituições federais de educação superior e

estabelece uma uniformidade de critérios e percentuais de distribuição de vagas. Sobre o caso da UFJF, a pesquisa *Jovens cotistas e suas mediações espaço-temporais na cidade*<sup>6</sup>, coordenada pela professora Clarice Cassab, faz importantes contribuições no entendimento da política de cotas. Observando a organização dos dados do CGCO<sup>7</sup> feita pela equipe da pesquisa (veja o gráfico abaixo), notamos que ainda que a UFJF já tivesse iniciado a sua política de cotas em 2007, é a partir de 2013 que a porcentagem de alunos cotistas se torna mais expressiva quando comparado com o total de ingressantes. Através da Lei de Cotas, o debate em torno da democratização do acesso à universidade pública ganha cada vez mais espaço na sociedade brasileira. Além da própria regulamentação do processo, a aprovação da lei faz com que essas discussões passem a acontecer com mais intensidade entre as camadas populares, nas escolas da rede básica de ensino e na própria universidade. Este clima de debate, e a própria disseminação da informação sobre as formas de ingresso pelo sistema de cotas, torna-se uma ferramenta de incentivo aos sujeitos da política a prestarem os exames de seleção. Ingressar em uma universidade pública passa a ser o horizonte desejado de milhares de jovens oriundos de famílias que nunca tiveram essa oportunidade antes. (CASSAB, 2021)

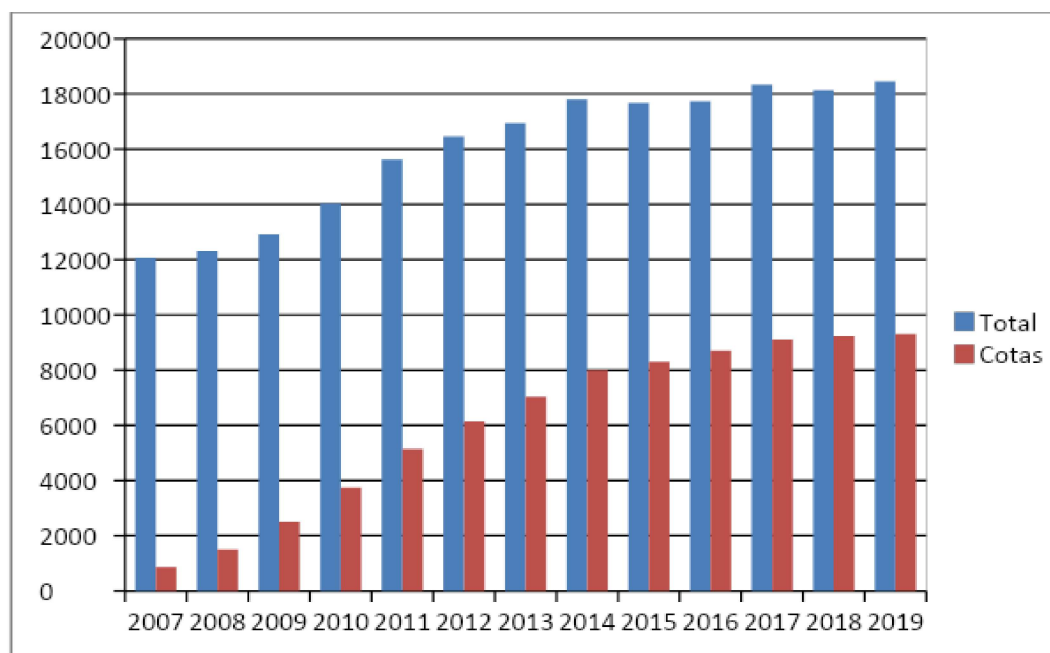
---

<sup>6</sup> A pesquisa *Jovens cotistas e suas mediações espaço-temporais na cidade* teve apoio do CNPq e foi desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa Geografia Espaço e Ação (NuGea) e pelo Grupo de Pesquisa, Prática e Estudo da Educação de Jovens e Adultos (Gruppeeja), sob coordenação da professora Dra. Clarice Cassab. Como participante do NuGea, pude participar um pouco da pesquisa, sobretudo nos seus momentos iniciais, e interagir com as discussões desenvolvidas no NuGEA. Gentilmente, a professora Clarice Cassab me disponibilizou o relatório preliminar produzido pela equipe de pesquisadores, texto que nos auxiliará a compreender a alteração da dinâmica de matrículas na UFJF após a implementação da Lei de Cotas.

<sup>7</sup> Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional (CGCO)



Gráfico 2 – Evolução do número de cotistas em relação ao total de alunos ingressantes na UFJF – Campus Juiz de Fora – entre 2007 e 2019.



Fonte: CASSAB, 2021

Aqui destaca-se o papel das escolas e dos professores na difusão das informações sobre as políticas e suas formas de ingresso no ensino superior público. Na entrevista com Viviane, que mora com sua mãe que é costureira e cursou até o primeiro ano do ensino médio, a aluna destaca que ela é uma das primeiras pessoas da família a fazer faculdade.

Eu tenho bem poucos familiares que fizeram faculdade. De pessoas próximas eu consigo lembrar de umas três pessoas, e também são pessoas mais novas. Eu sempre quis fazer faculdade. Mudei algumas vezes o que eu queria fazer, mas desde uns 12 anos eu sabia que queria fazer direito. E aí eu sempre tive muito estímulo da minha família, principalmente da minha mãe. (Entrevista Viviane, 2022)

Mesmo que a família a estimulasse seguir com os estudos, essa é uma experiência que não tinha feito parte da história do seu núcleo familiar mais restrito. Por

também desconhecer o processo de ingresso em uma universidade pública, sua mãe ou outros membros da família não foram listados quando Viviane foi questionada sobre como recebeu informações sobre o PISM e as cotas.

Eu fiz o ensino médio em uma escola pública, que não fica muito longe da minha casa. Chama Henrique Burnier e eu fiquei sabendo porque desde o primeiro ano do meu ensino médio os professores falavam muito sobre o PISM. Aí, a gente ainda tava meio perdido porque ninguém sabia o que era e como funcionava o PISM. Mas, aí, foi tudo por orientação dos professores mesmo, entender como as cotas funcionavam, foi tudo na escola que eu fui entendendo. (Entrevista Viviane, 2022)

Essa história é compartilhada com outros entrevistados. Com pais que cursaram apenas o ensino fundamental, Mariana aponta que foi na escola que se informou sobre os processos seletivos e suas regras “O PISM fiquei sabendo na escola mesmo, no ensino médio. Os próprios professores avisaram e alguns amigos se inscreveram. E eu peguei o bonde assim, andando mesmo. [...] Aí as cotas né, na inscrição você tem que escolher um grupo de ingresso” (Entrevista Mariana, 2022). Em seu relato sobre a escolha do grupo de ingresso fez com que ela parecesse bem descomplicada:

Aí o grupo, eu me inscrevi ao qual eu pertencia. Escola pública porque eu sempre fui de escola pública, desde aquele ensino que é antes do fundamental. Renda de até 1,5 salários porque minha família sempre foi de baixa renda. Minha mãe começou a trabalhar de carteira assinada mais tarde, meu pai sempre foi pedreiro. E a cota de negro, porque eu sou negra, preta, né? Que é o que a gente fala. E eu venho de uma família de pessoas pretas. E aí eu resolvi entrar nessa política de cotas. (Entrevista Mariana, 2022)

Entretanto, para outros alunos a necessidade de definir sua condição racial é despertada na interação com políticas públicas e situações em que lhes é cobrado uma definição. Vicente relata na sua entrevista que nunca tinha pensado aprofundadamente sobre sua condição racial antes do ensino médio, embora hoje ele tenha se apropriado da relevância desse debate em sua vida. Na sua narrativa fica nítido que, em um primeiro momento, é o olhar do outro sobre si que o faz chegar a conclusão de que era

efetivamente uma pessoa parda. Quando lhe perguntamos sobre o seu grupo de ingresso, o jovem relata que não tem certeza se optou pelo grupo A ou o B, e segue: “Eu lembro que na época foi quando a moça do IBGE foi lá em casa. Aí eu nem nunca tinha pensado, por exemplo, qual era minha cor nem nada. Aí a moça falou que eu era pardo, aí foi isso mesmo. Mas, não tenho certeza se foi cota A ou B” (Entrevista Vicente, 2022).

O papel das escolas e dos professores na difusão da política e se seus critérios auxiliou estes sujeitos a acessarem seus direitos. Para garantir o acesso dos sujeitos à política a difusão da informação é extremamente essencial. Isso aponta a relevância da política, que além da garantia das vagas em si, faz com que as discussões a respeito do ingresso na universidade pública ganhe maior audiência e visibilidade.

No próximo tópico retomamos as discussões sobre a categoria juventude iniciadas no primeiro capítulo, acrescentando a ela a dimensão de direito. À luz desse entendimento, revisitamos os desdobramentos da política de cotas na ampliação da condição juvenil do sujeito.

### **2.3- Juventude como Direito e a Política de Cotas**

A partir de um resgate do debate epistemológico das categorias, no nosso primeiro capítulo apresentamos brevemente as concepções de jovem/juventude e espaço que nos guiam até aqui. De maneira sintética: compreendemos jovem, juventude e espaço como categorias produzidas social e historicamente. Entendemos que a juventude deve ser tomada como um momento particular de formação do sujeito. Por um lado, ela é alicerçada em um componente etário que delimita os contornos de um corpo jovem experimentando o mundo na sua relação específica com o tempo e sua geração. Por outro, a condição juvenil do sujeito será vivenciada a partir da realidade material e subjetiva de reprodução da sua vida, em outras palavras, cada

juventude será entrecortada por uma série de mediações que irão fazer dela experiências particulares, plurais. Entendemos também que o jovem é um sujeito social, isto é, um agente do presente que irá construir a sua biografia na relação com o outro e com o espaço. Disso depreendemos que na produção de sua vida cotidiana, ao andar pelo bairro, pela escola, pela faculdade e pela cidade o jovem imprime nela as suas marcas, ele produz uma espacialidade que é ao mesmo tempo particular e compartilhada com os demais cidadãos. Essa espacialidade não só atuará fortemente na produção de sua própria identidade, bem como fará parte da conformação geral da cidade. Dito isso, neste tópico gostaríamos de acrescentar uma proposição acerca da juventude que nos parece bastante pertinente ao nosso estudo, que se debruça centralmente nos impactos da política de cotas na trajetória de seus sujeitos. Além de um momento particular da vida do sujeito, aqui trataremos a juventude também como um direito.

Como apresentado no primeiro capítulo, a moratória social aparece como uma tese definidora da juventude. A partir da década de 1960, diversos autores passaram a cunhar tal tese. Preocupados com a delinquência e a rebeldia juvenil, os estruturais-funcionalistas se apropriaram das ideias sobre o protagonismo juvenil contidas nos textos de Mannheim, Erikson e outros, traduzindo-as em uma concepção sobre o que seria a moratória social. A tese de moratória social ou psicossocial pressupõe que os jovens estão vivendo um momento importante da vida, no qual o tempo livre, a experimentação, o convívio com os pares e a preparação para a vida adulta são centrais. Para que os jovens realizem efetivamente a sua juventude, durante esse momento eles deveriam arcar com menores responsabilidades a respeito da reprodução material da vida da família, por exemplo. São incentivados a estudarem e se prepararem para a vida adulta. Passam tempo livre com amigos, formando grupos que se desenham pelas afinidades, hobbies e subculturas. Aos jovens é permitido cometer alguns erros, desde que sirvam de aprendizado para sua formação. A primeira vista, a moratória pode parecer um certo privilégio da juventude, que pode exercer as suas vontades, desresponsabilizada parcialmente da dureza da vida adulta. Entretanto, percebe-se que esse momento de “preparo”, de tentativas e erros pretende separar os jovens do conjunto da sociedade, impossibilitando-os de tomarem decisões, opinarem

e atuarem verdadeira e vigorosamente no mundo. Primeiro o jovem se prepara, depois, quando adulto, ele age na estrutura social. Isso fica bastante evidente nos escritos de Furter:

Uma sociedade que pretende apenas adaptar os adolescentes à sociedade adulta é, de fato, uma sociedade que recusa um lugar real e construtivo à adolescência. Esse lugar existe somente em uma sociedade que aceite o risco de colocar à parte seus adolescentes durante um período suficientemente longo em que eles poderão fazer suas experiências, que modificarão, **em seguida**, a estrutura social. É preciso que os adolescentes tenham o sentimento e a certeza de que são também considerados como sujeitos responsáveis da sociedade. (FURTER, 1967. APUD GROppo, 2009. grifo nosso).

Por conta desse desdobramento, a ideia de moratória social foi amplamente criticada. No bojo das teorias críticas e, sobretudo, culturalistas, percebe-se que se por um lado ela destaca os jovens da sociedade, por outro, a moratória acaba por invisibilizar as experiências juvenis dos sujeitos na sua diversidade. Afinal, se para ser jovem é preciso experienciar um longo e profundo momento de preparo, com distanciamento do mundo do trabalho, com convivência intensa e despreocupada com os pares, será que os jovens pobres trabalhadores ou as jovens mães são mesmo jovens? Respondendo a essas e outras questões os estudos culturalistas nos apresentam a juventude em toda sua pluralidade, focando-se nas experiências particulares de cada sujeito na/com o mundo.

Acreditamos que essas críticas são pertinentes. Entretanto, também avaliamos que é preciso revisitarmos e, de alguma forma, reinventarmos a moratória social. Como nos alerta Groppo (2009), é possível lançarmos um olhar dialético para todo este profundo debate dentro da teoria social, a fim de observarmos não apenas sua negatividade, mas também suas potenciais positivities. Nesse sentido, observa-se que, embora a apropriação dos sentidos da moratória social tenha ganhado esses contornos, nos escritos de Mannheim e Erikson destaca-se a ambivalência dessa tese, que traz em si uma ideia de protagonismo juvenil. Esses autores reconhecem a

potencialidade de ação no mundo dos jovens, de renovação política e de reinvenção da realidade social. Ainda que o modelo da moratória social carregue consigo uma preocupação funcionalista a respeito da integração social, ele entende que a integração só é possível em uma sociedade em movimento, que se transforma e evolui centralmente a partir da mobilização dos jovens. Nas palavras de Groppo “tratava-se menos da repressão, vigilância e “reengenharia social” (supostamente mais apropriadas no trato para com a delinquência) e mais da admoestação, canalização e orientação” (GROPPO, 2009: 47).

Nesta pesquisa, gostaríamos de alargar um tanto mais a percepção das ambivalências da moratória social para, partindo de uma demarcação política, compreendermos a juventude como um direito. Em estreito diálogo com Nécio Turra Neto (2015) entendemos que a juventude, mais do que uma fase de transição, um momento particular da vida do sujeito, é uma condição social experienciada de diversas maneiras pelos diferentes jovens. Aos jovens das classes médias e alta é oferecido um momento de moratória no qual eles podem efetivamente exercer e experimentar sua condição juvenil, convivendo intensamente com seus pares, indo a festas, fazendo intercâmbios, cursinhos, continuando os estudos na faculdade, enfim, consumindo produtos e serviços e tendo experiências tipicamente destinadas a este público etário/social, sem ainda serem os principais responsáveis pela sua manutenção financeira. Já para os jovens pobres a moratória limitada, e o ingresso antecipado no mercado de trabalho, quase sempre em posições pouco qualificadas, muitas vezes irá imprimir uma certa descontinuidade na sua experiência juvenil.

No contexto pós-pandêmico todas essas contradições se agudizam. A pandemia impôs uma série de restrições e inflexões que alteraram parcial ou radicalmente nossa sociabilidade e relação com os espaços da cidade. A crise política, econômica e sanitária decorrente da pandemia de Covid-19 é uma experiência sem precedentes na nossa história recente. Ela transformou nossas interações sociais, nos colocou em isolamento, diminuiu nossos fluxos pela cidade, nos retirou do convívio cotidiano com o outro e mudou nossa forma de estar e “ler” o mundo, e aprofundou nossos abismos sociais. O ano de 2022 foi um importante ano de retomada, entretanto, os reflexos

desse momento dramático ainda estão se desdobrando em diversas esferas da vida social.

Autores como Marialice Foracchi apontam a sociabilidade juvenil como elemento central da constituição das identidades dos jovens. É neste momento específico da vida que os sujeitos passam a ter maior autonomia em relação aos seus núcleos familiares. É neste momento também que, concomitantemente, os grupos de sociabilidade secundária tornam-se cada vez mais significativos. O convívio com os pares, com amigos da faculdade, do estágio, da igreja, dos coletivos e movimentos sociais, vai ganhando mais importância na vida dos jovens, que passam a habitar cada vez mais os espaços públicos, frequentando equipamentos urbanos destinados ao lazer, consumo, estudo, trabalho etc.

Foracchi (2018) nos diz que na relação com os adultos é que os jovens aprendem a ser adultos, essa socialização primária no seio da família cumpre o papel da internalização de modos e comportamentos que governam o sistema de relações do mundo adulto. Entretanto, a autora enfatiza que na relação nos grupos de socialização secundária há uma forte enraizamento da experiência comum, da identificação mútua que vincula estreitamente os jovens à vida grupal.

Com a suspensão do calendário acadêmico da UFJF em março de 2020 e, depois, com o retorno das atividades de maneira remota, a vida de parte significativa dos jovens universitários foi drasticamente reconduzida para os espaços da casa. Dos estudantes entrevistados para essa pesquisa tivemos diferentes realidades, dentre elas, alguns já moram com as famílias em Juiz de Fora e permaneceram desta forma durante o ensino remoto. Outros retornaram para as suas cidades de origem depois da suspensão acadêmica cursando o ERE na casa dos pais. Tiveram também aqueles que ingressaram durante a Pandemia e aguardaram o retorno das aulas presenciais para se mudarem para Juiz de Fora. E há ainda os que mesmo durante o Ensino Remoto não voltaram para a casa dos pais e permaneceram na cidade.

É o caso da aluna Janaína, de 24 anos, estudante do curso de Licenciatura em Letras desde 2016, ingressante na UFJF pelo grupo B<sup>8</sup> das cotas. Janaína é originalmente de Itambacuri, cidade situada no Vale do Rio Doce mineiro e se mudou para Juiz de Fora em 2016 para cursar a graduação na UFJF. Durante a Pandemia ela permaneceu em Juiz de Fora e acabou ficando sozinha em seu apartamento, porque a colega com quem morava voltou para a cidade dos pais. Relata que atravessar esse momento pandêmico “foi bastante difícil porque eu não saía de casa, não encontrava pessoas, no início até tentei contatar amigos e família por videochamada, mas depois ficou também insustentável. Então foi um momento, assim, muito solitário” (Entrevista Janaína, 2022). Quando questionada sobre a sua saúde mental ao longo da Pandemia, Janaína diz:

Nossa! É! Isso foi difícil, sobretudo no começo. Eu tive alguns sintomas, assim, psicológicos mesmo que eu não tinha desde a infância e a adolescência. Mas que como eu já tinha um prognóstico eu percebi que eram sintomas que estavam voltando a se manifestar. Tive algumas crises de ansiedade também, devido às incertezas, a estar completamente isolada e não conseguir dividir isso com as pessoas. E aí veio a crise econômica e aí tive que largar a terapia. (Entrevista Janaína, 2022)

Além das implicações na sociabilidade dos jovens, a Pandemia tece contornos dramáticos quando se desdobra em uma crise financeira que afeta, sobretudo, aqueles que já são mais vulneráveis economicamente. A Pandemia agudiza a grave crise urbana das cidades brasileiras e aprofunda nossas grandes desigualdades sociais. “E apesar do discurso, já recorrente, sobre a pandemia atingir a todos, independente da condição das pessoas, não resta dúvida de que as possibilidades de enfrentamento e superação do problema não são e não serão as mesmas para todos e todas” (SIMÃO, 2016: 51). Nesse sentido, os jovens que ingressaram pelo sistema de cotas ficam, mais uma vez, em posição de desigualdade em relação aos demais universitários. O desemprego que atingiu 13,9% dos brasileiros no quarto trimestre de 2020 (IBGE,

---

<sup>8</sup> Grupo B: candidatos com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita familiar mensal, que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública, independentemente de outra declaração



2020), a retração da economia informal, a carestia do custo de vida com a inflação dos produtos da cesta básica, afeta frontalmente estes jovens e seus familiares.

Mariana, estudante do curso de Direito noturno desde o segundo semestre de 2019, ingressante pelo grupo A<sup>9</sup> das cotas, é natural e residente em Mar de Espanha, cidade localizada a 60km de Juiz de Fora. Mariana mora com seus pais em sua cidade natal e vem para Juiz de Fora todos os dias para assistir às aulas do curso noturno. Seu pai, que possui ensino fundamental, e a sua mãe, que cursou o ensino fundamental incompleto, trabalham em uma malharia na sua cidade. Mariana relata que no início da Pandemia seu pai foi forçado a fazer um “acordo de demissão” com a empresa, no qual ele foi demitido, porém teve que devolver a multa referente aos 40% do FGTS para os patrões, prática que fere as normas estabelecidas pela CLT. Ficou em casa alguns meses e quando as normas de isolamento se flexibilizaram para a indústria, foi chamado para voltar para a mesma empresa. A mãe teve uma questão de saúde pouco antes do início da pandemia e passou os primeiros meses com afastamento remunerado, depois disso voltou a trabalhar fazendo peças para a malharia de casa com rendimentos reduzidos, e meses depois retornou à fábrica. Com esse cenário, Mariana e sua família vivenciaram momentos de desemprego e incerteza de renda. O isolamento, a difícil adaptação ao ensino remoto e as adversidades financeiras da família criaram um contexto de sofrimento psicológico para Mariana, que nos disse que “durante a Pandemia eu descobri que sou uma pessoa completamente ansiosa. Eu tive um pré surto de depressão, fui para o hospital. Cheguei lá e desmaiei.”

Nesse contexto de agudização das nossas desigualdades. Se grande parte da população teve sua saúde mental fragilizada pelo isolamento, para os jovens pobres a condição é mais dramática, já que possuem recursos limitados para o seu tratamento, como relata Janaína. Se muitos compartilharam perdas econômicas, para os jovens pobres e suas famílias as ameaças de desemprego e de perda de renda são mais graves porque ameaçam a própria condição de subsistência. Sendo assim, a juventude aparece como um direito para alguns, não todos, tornando-se um privilégio de classe.

---

<sup>9</sup> Grupo A: candidatos com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita familiar mensal, que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública e que se declarem pretos, pardos ou indígenas

Historicamente aos jovens pobres, pretos, periféricos, às jovens mães e a muitos outros foi negado o direito a viverem a juventude em toda a sua potência.

Mônica Peregrino (2011), tratando dos impactos da expansão da escolarização ocorrida a partir da década de 1990 na condição juvenil dos sujeitos, nos alerta que estudar as desigualdades e as diferentes formas de ser jovem e de reivindicar a juventude nos ajuda a compreender a envergadura dos investimentos feitos pelo conjunto da sociedade no seu futuro. A juventude, sob essa ótica, passa a ser uma posição social e analítica, bem como uma ferramenta que nos permite estudar a própria sociedade. Em seu artigo, Mônica Peregrino (2011) dialoga tanto com as proposições de Mannheim quanto com as de Bourdieu para refletir sobre os elementos agregadores que conferem certa unidade à juventude, bem como sobre as desigualdades e as diferenças dessa condição.

No clássico texto “O problema da juventude na sociedade moderna”, Karl Mannheim (1968) indaga-se a respeito das contribuições que a juventude pode fazer para a vida da sociedade, apresentando sua compreensão no tocante à função sociológica da juventude. Para o autor, o prestígio e as necessidades dos jovens são diferentes em distintas sociedades, entretanto, tais necessidades juvenis não devem ser formuladas abstratamente, senão em estreito vínculo com as necessidades da sociedade, o que Mannheim caracteriza como uma relação de reciprocidade. Estudando a organização de jovens em países como Alemanha, Japão, China, EUA e outros nos fins do século XIX e no século XX, o sociólogo nos diz que a juventude é um recurso latente da sociedade, que pode ou não ser integrado e aproveitado na reforma e modernização das relações sociais.

O problema sociológico é que, apesar de sempre surgirem novas gerações em função dos grupos de idade menor, depende da natureza de uma dada sociedade esta fazer ou não uso delas, e depende da estrutura sociológica dessa mesma sociedade o modo pela qual ela as utiliza. A mocidade pertence aos recursos latentes que toda sociedade dispõe e cuja mobilização depende sua vitalidade. (MANNHEIM, 1968: 71)

Para o autor húngaro a juventude seria um agente revitalizante, e as sociedades dinâmicas que buscam novas saídas para as suas questões devem saber mobilizá-la para este fim. Nesse sentido, a juventude não é essencialmente nem progressista nem conservadora, mas pronta para inaugurar o novo. Essa potência revitalizante se dá pelo fato dela não estar ainda completamente integrada ao *status quo* social, isso quer dizer que há na juventude um certo estrangeirismo, uma marginalidade que a faz perceber o funcionamento do organismo social como se vinda de fora. “Na linguagem da Sociologia, ser jovem significa sobretudo ser um homem marginal, em muitos aspectos um estranho ao grupo”, diz Mannheim (1968: 75). É na juventude que o sujeito passa a ter uma vida pública desvincilhada da sua família de origem. Nesse movimento, o jovem entra em contato com a trama social, que opera com normas distintas das aprendidas no seio familiar. A partir desse conflito emerge o potencial questionador da juventude, sua mutabilidade, e a possibilidade de surgirem novas propostas de caminhos para a sociedade.

Resumindo os resultados de nossa análise global: a mocidade é parte importante das reservas latentes que se acham presentes em toda sociedade. Dependerá da estrutura social, essas reservas (e quais dela, se as houver) serem mobilizadas e integradas numa função. O fator especial que torna o adolescente o elemento mais importante para a nossa arrancada de uma sociedade é ele não aceitar como natural a ordem consagrada nem possuir interesses adquiridos de ordem econômica ou espiritual. Finalmente, as sociedades estáticas ou de lenta transformação dispensam a mobilização e integração desses recursos; elas até se mostrarão ansiosas para suprimir essas potencialidades, ao passo que uma sociedade dinâmica está fadada a mais cedo ou mais tarde apelar para esses recursos latentes e, em muitos casos, organizá-los efetivamente. (MANNHEIM, 1968: 77)

Fazendo um paralelo com a fisiologia do corpo humano, a juventude seria uma reserva vital que permite um *input* energético necessário ao ajustamento a novas circunstâncias e mudanças no ordenamento social. Entretanto, o autor destaca que essa potência latente só se realiza se esses jovens forem integrados produtivamente na sociedade. Na relação de reciprocidade entre juventude e sociedade, é preciso que a sociedade tenha um projeto para os seus jovens e lhes ofereça condições de preparo para o ingresso na vida adulta integrado aos objetivos nacionais.

Pensando sobre a sociedade inglesa no contexto da segunda guerra mundial, Mannheim, exilado na Inglaterra desde 1933, se debruça sobre o papel histórico da juventude na (re)construção de uma nova ordem mundial democrática. No embate com o nazismo, o autor defende que só será possível vencê-lo respaldando-se pela reconstrução do sistema social vigente que os levassem a uma forma de democracia superior. À vista disso, o sociólogo destaca a relevância da estrutura educacional na formação de jovens que tenham de fato a possibilidade de materializar a sua potência latente. Critica-se, então, a organização curricular da escola tradicional, baseada na memorização e repetição, na qual encontra-se ausente as reflexões sociológicas e filosóficas sobre o mundo. Além disso, as escolas se constituem em lugar de encontro, de vida coletiva com pares fora do seio familiar, o que seria essencial para o desenvolvimento do jovem.

Numa sociedade onde uma pessoa cresça modelada principalmente pelas atitudes da família, e que fora destas só conheça as atitudes abstratas e impessoais da vida pública como são observadas no escritório, na oficina, no comércio ou na política, estará faltando algo e este é justamente o mais importante fermento social. O espírito da comunidade e as atitudes que formam a base deste são mais facilmente adquiridos durante a adolescência nos bandos e grupos jovens. É aí que o homem aprende a entender as forças auto-reguláveis da vida em grupo e o espírito da solidariedade. (MANNHEIM, 1968: 85)

Ainda sobre a importância do convívio com outros jovens, Mannheim salienta que as “*public schools*” inglesas, que funcionam em regime de internato, seriam espaços privilegiados para que os jovens tivessem uma vivência em “bando”. Entretanto, no afã de exercer controle e disciplinamento dos alunos, a escola constitui-se em um ambiente em que a espontaneidade da ação dos jovens, bem como a sua auto-regulação é vigiada e cerceada. Por isso, o autor afirma que as instituições escolares devem ter como prioridade, obviamente, a atuação de perpetuação da herança cultural desenvolvida pela humanidade, porém, deve estar sempre aberta a possibilidade do novo, do espontâneo, genuinamente anunciado pela ação juvenil.

Na conhecida entrevista de Pierre Bourdieu (1983) intitulada “A juventude é apenas uma palavra”, o sociólogo francês tece uma compreensão da juventude pautada nas diferenças entre as classes sociais. Bourdieu exprime que a classificação etária da população prevalece um tanto de arbitrariedade. A condição biológica do sujeito é manipulada no sentido de estabelecer divisões etárias entre jovens, adultos e velhos, no intento de estabelecer papéis sociais mais ou menos universais que irão organizar a vida social. O autor ainda nos alerta para o risco de homogeneizar a juventude, tomando-a como um bloco monolítico na tentativa de percebê-la enquanto grupo. Dessa forma, ele diz de duas juventudes, localizadas em pólos extremos devido às diferentes possibilidades que lhes são oferecidas, uma juventude que estuda e uma juventude que trabalha. As condições de vida, o mercado de trabalho e o “orçamento de tempo” dos jovens trabalhadores e dos adolescentes que estão na posição de estudantes são radicalmente distintos. No tempo em que está na escola o jovem é desobrigado de desempenhar papéis sociais de provisão e manutenção econômica da vida, pode dedicar-se a sua formação, a relação com os pares, a experimentação. A vida escolar permite ao jovem o acesso não só a conhecimentos e técnicas, senão a aquisição de títulos, direitos e aspirações. A escola, sob essa perspectiva, funda um tipo de juventude, com uma forma particular de se relacionar com o tempo, com as obrigações e com os projetos de futuro.

Seguindo o caminho de diálogo com os autores pronunciado por Mônica Peregrino (2011), nos encontramos mais uma vez com Mario Margulis e Marcelo Urresti. Margulis e Urresti em dois de seus textos, *La juventud es más que una palabra* (1996) e *La construcción de la condición de juventud* (1998), nos apresentam que a idade se tornou um eixo organizador da vida social que promove a estruturação de sentidos e a classificação de grupos. Bem mais do que apenas uma construção cultural, um conjunto de signos, a juventude é estreitamente ligada às condições sociais e históricas em que se desenvolve. Para os autores, a condição juvenil articula-se em um sistema forma-conteúdo, no qual essa situação existencial singular advém de um corpo concreto cronologicamente jovem sobre o qual tece-se camadas de signos, sentidos e significados. Sobre a concretude desse corpo jovem, Margulis e Urresti (1996) dizem que esses sujeitos detêm um *capital temporal*,

uma *moratória vital* que irá marcar esse momento da vida. Como *moratória vital* entende-se que, como condição geral, o jovem possui um excedente de tempo que coloca a morte como um destino inverossímil, e o futuro como um caminho indeterminado, aberto, repleto de opções. Essa moratória vital é cronológica, física, biológica, entretanto, só pode ser compreendida na relação com os sentidos sociais da juventude. Sobre essa moratória vital irão se desenvolver as diferenças sociais na realização das juventudes, e que irão influenciar, inclusive, nas condições de aproveitamento e desgaste deste capital temporal. Por isso, a juventude deve ser percebida a partir da multiplicidade de situações sociais nas quais se desenrola, situações essas que irão condicionar e criar diferentes juventudes. Desta feita, percebe-se que a condição juvenil não é oferecida de maneira igualitária para todos os sujeitos que fazem, teoricamente, parte desse grupo devido a sua faixa etária.

Dessa forma, Margulis e Urresti (1996) identificam que a moratória vital é um capital energético intrínseco à condição juvenil que, a priori, independe da posição social do sujeito, desde que lhe sejam proporcionadas as condições mínimas de alimentação, saúde e desenvolvimento biológico. Todavia, sobre este capital vital, que é tomado pelos autores como *valor de uso*, desenvolve-se a teia de signos e sentidos que o transforma em *valor de troca*, capital simbólico que se pode adquirir pelo mercado. Ser jovem, sobretudo em nossos tempos, se transmuta em um conjunto de símbolos e signos que está estetizado no corpo, nas vestimentas, no comportamento, no padrão de consumo de determinados lazeres, que, por sua vez, tornam-se produtos que se adquirem através do mercado. Para além dos elementos simbólicos, a condição social da juventude é forjada a partir de uma *moratória social*, que possibilita um período de formação, estudo e preparo para a vida adulta, no qual o sujeito assume poucas responsabilidades econômicas, reprodutivas e do mundo do trabalho.

A moratória social alude ao fato de que, com a modernidade, grupos crescentes, pertencentes normalmente aos setores sociais médios e altos, adiando a idade de casamento e procriação e por um período, cada vez mais prolongado tem a oportunidade de estudar e de avançar em sua capacitação em instituições de ensino que, ao mesmo tempo, se expandem na sociedade. (MARGULIS e URRESTI, 1998, p.3, tradução nossa)

Esse momento entre a maturidade biológica e social que compreenderia a juventude, é vivenciado de forma muito desigual pelas distintas classes sociais. O capital energético do qual dispõe a juventude é mobilizado socialmente a partir da ótica do mercado, tornando-se neste ponto um crédito social. Destacando a importância da moratória social, percebemos que este crédito se apresenta como uma quantidade de tempo oferecida apenas para os setores mais abastados da sociedade.

Muito embora isso não queira dizer que nós não compreendemos a juventude em sua pluralidade, ou, ainda, que acreditamos que os jovens pobres não são jovens de fato. Ainda em diálogo com Turra Neto (2015), entendemos que ser jovem é ter um corpo jovem, experimentar a vida a partir de uma “moratória vital”, é estar dentro de uma delimitação etária (mesmo que esta seja determinada a partir de convenções sociais). Portanto, ainda que a condição juvenil seja negada para alguns, há jovens em todos os estratos e classes sociais. Reconhecemos também que os jovens, sobretudo os pobres, têm diversas estratégias de enfrentamento e contorno às interdições de suas realidades para ampliarem o seu convívio com os pares, seus momentos de lazer, suas manifestações culturais na cidade. E é justamente por enxergarmos essa pluralidade que identificamos que a experiência juvenil de uns é marcada fortemente pela negação. Assim, quando afirmamos a juventude como direito, assumimos politicamente uma pauta reivindicatória de democratização da condição juvenil.

O argumento que procuramos defender aqui é que o reconhecimento da grande diversidade que marca as jovens e os jovens contemporâneos, que nos conduz a pensar na juventude como um conceito existencial, na medida em que diferentes experiências conduzem a uma diversidade de juventudes possíveis, não deve ser separado de um esforço de definição da juventude, que tenha pretensões mais gerais. Uma definição que, reconhecendo seu caráter de construção social e histórica, seja assumidamente uma idealização, uma proposta do que “deveria ser”, se estivéssemos em uma sociedade com maior equidade. Uma definição que reivindique a juventude como direito e que permita o cultivo de uma posição crítica (e talvez menos romântica), em relação às experiências daqueles que vivem esta condição de forma precária. (TURRA NETO, 2015: 122)

Seguindo em diálogo com Nécio Turra Neto (2015), compreendemos que a definição da juventude como um direito nos coloca diante de um desejo, mais do que isso, diante de uma utopia. E aqui não tratamos da utopia enquanto um sonho inalcançável, uma abstração completa, estanque e apartada da realidade social. Pelo contrário, tomamo-la enquanto utopia experimental, uma utopia com os pés fincados no hoje, no agora e que deve nutrir uma práxis socioespacial coerente com a sua realização (LEFEBVRE, 2006; LEFEBVRE, 2008; LIMONAD, 2018). Neste sentido, acreditamos que em toda impossibilidade existe uma possibilidade, e por isso, mais do que simplesmente identificarmos os abismos sociais, econômicos e territoriais que recortam as diferentes juventudes, assumimos sua definição como um ato político que nos engaje na luta pela realização da condição social da juventude como um direito para todas e todos. (TURRA NETO, 2015)

Como vimos, nos setores populares a vida laboral começa mais cedo, geralmente com a inserção de jovens em empregos de pouca qualificação, remuneração e prestígio social. A constituição de novos núcleos familiares também costuma se dar mais cedo, muitas vezes motivada por uma gravidez na adolescência. Esses marcadores sociais, o casamento e o ingresso no mercado de trabalho, faz com que a condição juvenil, que é fortemente atrelada a um momento de preparo para a vida adulta, seja podada, remodelada. Entretanto, Margulis e Urresti (1996) apontam que mesmo nos setores mais pobres vivemos um prolongamento da juventude.

A crise estrutural do mundo do trabalho faz com que muitos jovens que desejam/precisam se integrar às atividades econômicas não encontrem localização no mercado de trabalho, ou, pela própria natureza da rotatividade do emprego precário, fiquem rapidamente desempregados. Além disso, o desenvolvimento industrial que nos contemporiza exige cada vez maior qualificação para a ocupação das vagas, pressionando o conjunto da sociedade a aumentar os anos de escolaridade e qualificação. A combinação entre a hipossuficiência financeira e instabilidade do mercado de trabalho com a necessidade cada vez mais urgente de formação de nível técnico e superior para ocupar postos com melhores condições, faz com que a



transição entre a juventude e a vida adulta se alargue também nas camadas populares. (MARGULIS e URRESTI, 1996)

Sandra dos Santos Andrade e Dagmar Esterman Meyer (2014), no artigo intitulado “Juventudes, moratória social e gênero: flutuações identitárias e(m) histórias narradas”, trazem as vozes de jovens estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da periferia de Porto Alegre- RS no intento de compreender a interseção entre a condição social e de gênero dos sujeitos com a própria experiência das suas juventudes. Tomando histórias narradas por eles, as autoras destacam que mesmo os jovens das camadas populares experimentam a moratória social como adiamento da entrada em “contextos adultos”, mesmo vivenciada de formas muito particulares. Em suas falas os jovens, que em sua maioria ainda são solteiros e moram na casa dos pais, relatam que se sentem jovens porque ainda estudam e são dependentes da família. Eles compreendem que para se tornarem adultos é necessário assumir responsabilidades de outra ordem, como ter uma nova família, arcar com as despesas de casa e ter filhos. Nesse momento destaca-se o recorte de gênero que as autoras elaboram, já que os diferentes destinos sociais construídos para homens e mulheres permeiam as projeções de futuro dos jovens. Casar e ser mãe está no horizonte de várias das jovens, embora ponderem que assumir tais responsabilidades pode ser um dificultador para o desenvolvimento de suas carreiras e a conquistas de sonhos. (ANDRADE e MEYER, 2014)

Andrade e Meyer (2014) destacam a escolarização com um importante componente da moratória social experimentada por esses jovens. Dialogando com Michel Foucault e Jorge Larrosa, as autoras apontam que os modos de ser jovem são atravessados por muitos tensionamentos, sobretudo no que se refere aos jovens das classes populares, entretanto, o que preponderantemente circunscreve esse momento são as condições individuais e sociais que o grupo tem para viver esse tempo e construir experiências de si, aquelas que serão constitutivas do sujeito. Das falas dos jovens apreende-se o local de centralidade que a escola ocupa em suas vidas.

Suas palavras possibilitam pensar a escola como uma daquelas instâncias que estabelecem e/ou transformam a experiência que os indivíduos produzem de si mesmos, através dos múltiplos discursos que ela tanto produz quanto reproduz e atualiza, uma vez que a escola está atrelada a um conjunto de saberes e de práticas muito concretas que estão vivas nesses discursos e que expressam algumas verdades de nosso tempo. (ANDRADE e MEYER, 2014: 90)

As autoras acima referidas tratam essencialmente de espaços escolares, entretanto, a partir de nossas pesquisas percebemos que a universidade também se apresenta como um elemento central nas vidas dos jovens cotistas no ponto de vista da moratória social. Seja pela dedicação ao preparo para o futuro com parcial ou total subsistência da família, seja pela centralidade deste espaço na conformação de uma teia de relações e acesso a signos e símbolos que irão os ajudar a compreender o mundo e, além disso, compreender-se no mundo, a experiência universitária é de certa forma um prolongador da condição juvenil desses sujeitos.

Dos jovens entrevistados para esta pesquisa todos são solteiros e sem filhos e em suas falas apresentam uma rotina centralizada pela universidade e as atividades acadêmicas. Ao longo da faculdade todos tiveram ou ainda têm algum suporte familiar para a sua manutenção. Alguns deles moram ainda com os pais e os que precisaram se mudar para Juiz de Fora foram e/ou são auxiliados pelas famílias no processo de mudança e com as despesas da casa nova. Entretanto, pelas limitações financeiras das famílias, a maioria desses jovens precisa contribuir com os gastos de sua manutenção. Nesse sentido, acessam políticas de permanência na universidade, desenvolvem atividades de iniciação científica e extensão com bolsas e fazem estágios remunerados para amortizar os gastos familiares.

Viviane, estudante do curso de Direito noturno desde 2020, relata que já no Ensino Médio exercia atividades remuneradas pelo Programa Jovem Aprendiz<sup>10</sup>, trabalhando em algumas empresas na cidade com atividades de auxiliar administrativo.

---

<sup>10</sup> O Programa Jovem Aprendiz é uma iniciativa federal em vigor desde 2000, com a promulgação da conhecida Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000). O programa pretende estimular a contratação de jovens de 14 a 24 anos e pessoas com deficiência por empresas e órgãos públicos, dentro de uma perspectiva de integração entre formação e prática profissional.

Durante a pandemia teve seu contrato prolongado no Jovem Aprendiz, o que foi importante para a sua manutenção e a aquisição de um notebook para possibilitar os estudos em regime remoto. Hoje faz estágio remunerado na Vara da Infância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que é o seu local de interesse de formação. Vicente, 22 anos, estudante do curso de artes e design desde 2018 e ingressante pelo grupo B<sup>11</sup>, ao longo da graduação concluiu um curso técnico no Instituto Federal e os estágios concernentes, foi auxiliar de escritório durante a Pandemia e agora está fazendo estágio em marketing, sua área de formação, em uma empresa de engenharia. Ele destaca a importância das bolsas de apoio estudantil na sua permanência. Durante os dois primeiros anos de curso teve uma bolsa no valor de R\$ 500,00, hoje ele possui auxílio transporte e alimentação, o que o possibilita comer no Restaurante Universitário (RU). Vicente afirma que esses auxílios são essenciais para que possa manter a rotina acelerada que combina as aulas, o estágio, a participação em projetos e as atividades de lazer. Hoje, das 33 cidades da microrregião de Juiz de Fora,

De passagem eu ia gastar por mês 330 reais, aí se eu fosse pegar a renda *per capita* da minha família isso ia dar uma pessoa inteira quase. A passagem me ajuda bastante, tenho bolsa nesse estágio que eu faço aqui, e isso já deu uma alavancada na minha profissão. (Entrevistado Vicente, 2022)

Emanuel, 28 anos, estudante do curso de Bacharelado Interdisciplinar Ciências Exatas no turno diurno desde 2018, ingressante pelo Grupo E<sup>12</sup> das cotas, é proveniente de Brasília-DF. Fez uma primeira graduação em Sistema de Informação em uma faculdade privada na sua cidade de origem com bolsa do ProUni. Já atuava profissionalmente em Brasília em empregos temporários, mas se mudou para Juiz de Fora no início de 2018 para cursar sua segunda graduação. Emanuel teve suporte financeiro da família para se manter em Juiz de Fora até meados de 2018, quando

---

<sup>11</sup> Grupo B: candidatos com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita familiar mensal, que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública, independentemente de outra declaração

<sup>12</sup> Grupo E: candidatos que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública, independentemente de renda ou autodeclaração

ingressou em um projeto na própria UFJF de mapeamento do campus, atuando na área de Ciências da Computação, seu campo de interesse para o segundo ciclo do bacharelado. Com o dinheiro que recebia nesse projeto, ele conseguia se manter na cidade e dedicar o seu tempo aos estudos e convívio com os colegas na universidade. Na comparação com a experiência que teve na faculdade privada, Emanuel relata que

Era muito claro a diferença de você entrar em uma universidade pública e uma faculdade particular. Por que, primeiro, as pessoas que você vai conversar e interagir na universidade pública, elas estão mais ávidas para conhecer a si mesmos e conhecer os espaços em volta. **Elas ainda não estão certas do que elas são, elas ainda estão se construindo.** Então tem a oportunidade de trocar muita experiência. O que é muito difícil comparar no caso na minha área de TI na minha faculdade privada, eram pessoas muito encaminhadas. Não tinha tanta troca de informação, mudança de ponto de vista, não tinha aproveitar mais os ambientes escolares, conversar com pessoas de outro curso porque você não tinha o refeitório. Não tinha contato com pessoas de outras áreas. (Entrevistado Emanuel, grifo nosso)

Em sua fala, o estudante apresenta o contraste da experiência na faculdade privada com a sua segunda graduação na universidade pública. No seu primeiro curso ele percebia que as pessoas já atuavam profissionalmente, muitos já eram casados e com filhos, e estavam “focadas na diplomação”. Já na UFJF, ele sinaliza que pôde conhecer pessoas de diversas áreas do conhecimento, fazer disciplinas eletivas em outros departamentos, como o de Música. Chamando atenção para a possibilidade de troca com o outro e de contato mais aprofundado com diferentes perspectivas sobre a vida e distintos modos de ser/estar no mundo, o estudante acredita que a universidade pública o proporcionou um intenso processo de (re)fazer-se.

De acordo com a fala de Emanuel, percebe-se que no curso de Tecnologias da Informação seus colegas de classe, em sua maioria, já tinham as vidas polarizadas pelo mundo do trabalho e cuidado com as famílias, sobrando pouco tempo/disponibilidade para ampliar a experiência da faculdade para além das aulas e das exigências curriculares mínimas. Já na universidade pública, ele se depara com muitos jovens que ainda estão começando a construir a trajetória profissional, que

ainda não têm “certeza do que são”, “ainda estão se construindo”. Mesmo que exerçam atividades remuneradas, como o próprio Emanuel e também Vicente e Viviane, o tempo de suas vidas é polarizado centralmente pela própria universidade e suas atividades acadêmicas curriculares e extracurriculares.

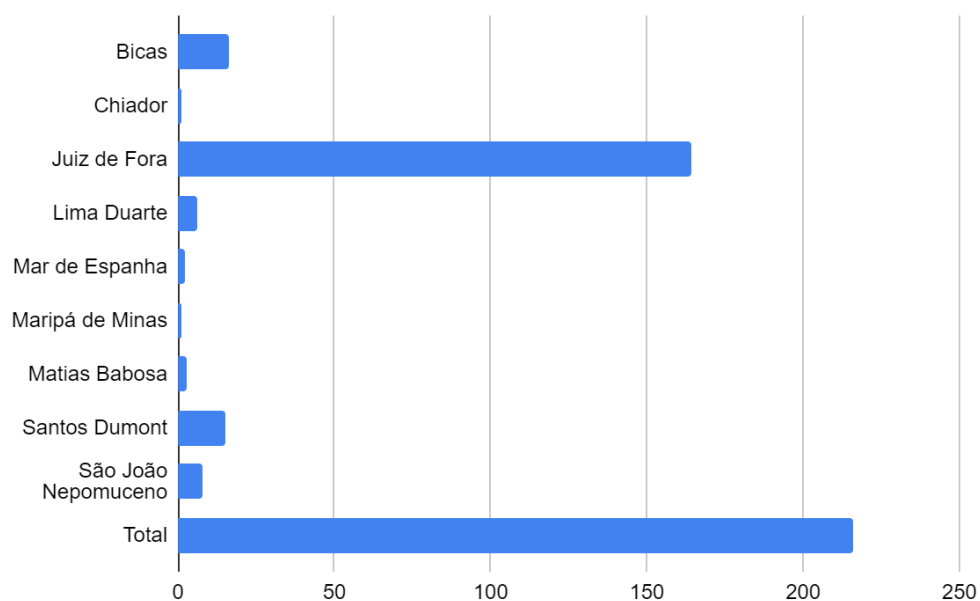
É certo que a condição socioeconômica dos jovens cotistas os coloca frente a diversos desafios para sua manutenção nos cursos. Entretanto, o próprio ingresso na Universidade os oportuniza a realização de atividades remuneradas, como estágios e bolsas de pesquisa/extensão/treinamento profissional, que possuem horários mais reduzidos e flexíveis se comparadas a um emprego formal, e que potencializam suas formações acadêmicas. Os jovens cotistas somam esses rendimentos com auxílios do apoio estudantil, quando disponíveis, e ajuda das famílias, conseguindo assim dar continuidade aos estudos e à experiência universitária.

Dos setores de quem historicamente foi retirada a possibilidade do ensino superior, a Política de Cotas confere não apenas um diploma universitário que os colocará em melhor posição no mercado de trabalho, mas, também oferece meios para que os sujeitos oriundos das camadas populares possam experimentar de fato a suas juventudes. Essa experimentação parte da moratória social que os permite resguardar uma parcela significativa do seu tempo para os estudos, convívio com os pares, lazer, engajamento em movimentos sociais, atividades culturais e formativas. Dessa forma, ainda que sejam vários os percalços destinados aos caminhos dos jovens pobres por conta das tremendas desigualdades estruturantes da nossa sociedade, a Política de Cotas se desdobra num conjunto de direitos, dentre eles o direito de ser jovem.

### **3- UNIVERSIDADE E CIDADE: NOVAS ESPACIALIDADES E POSSIBILIDADES DE FUTURO**

A UFJF é a primeira instituição pública de ensino superior de uma ampla região que engloba a Zona da Mata e os Campos das Vertentes em Minas Gerais e o Médio Vale do Rio Paraíba do Sul, no estado do Rio de Janeiro. Sua implementação, já na década de 1960, causa impactos demográficos motivados pelo ensino superior. Além da UFJF, outras faculdades privadas e um Instituto Federal de Educação instalam-se na cidade e oferecem formação de nível superior, com cursos tecnólogos, de graduação e pós-graduação. Dos 33 municípios da microrregião, apenas 9 possuem polos de educação superior, o que amplia a necessidade da busca pela formação em outras cidades. Como indicado no gráfico que se segue, das 216 IES com sede ou polos credenciados na microrregião, 164 estão localizadas em Juiz de Fora. Além do ensino superior, cresce na cidade também a oferta de cursinhos preparatórios para os vestibulares e ENEM, o que intensifica a polarização da cidade no que tange os serviços educacionais. A centralização da oferta de ensino superior e de cursinhos faz com que a cidade receba constantes fluxos de jovens de cidades da região, que inclusive são facilitados pelas próprias prefeituras das pequenas cidades que disponibilizam transporte regular para Juiz de Fora destinado aos estudantes (AMORIM, 2010; RODRIGUES, 2013).

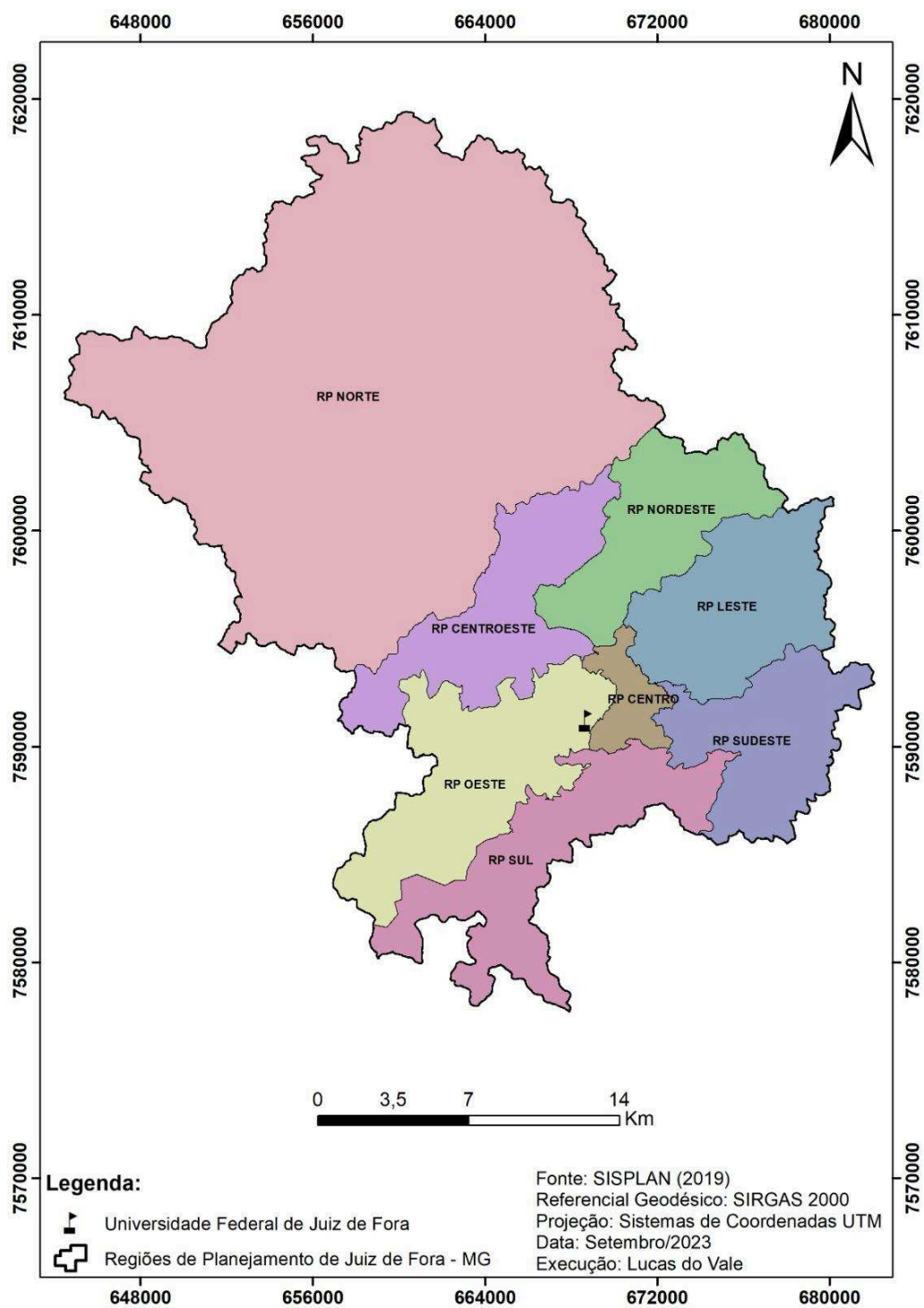
Gráfico 3 - IES credenciadas (polos e sedes) na microrregião de Juiz de Fora-MG



Fonte: Ministério da Educação. Disponível em <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 22 de agosto de 2023

Localizado no São Pedro, bairro da Zona Oeste da cidade, também conhecida como cidade alta (veja mapa 1 que trata das regiões administrativas de Juiz de Fora e localização da UFJF), o campus Juiz de Fora da UFJF possui 19 unidades acadêmicas que oferecem mais de 50 cursos de graduação, além de 57 cursos de especialização, MBA e residência, 30 cursos de mestrado e 14 de doutorado. A envergadura e renome da instituição faz com que cursar uma graduação na UFJF seja o desejo de muitos jovens da cidade e região.

Mapa 1: Regiões Administrativas do perímetro urbano de Juiz de Fora/MG e localização da UFJF



Fonte: Elaborado pela autora (2023)



Sejam oriundos de Juiz de Fora ou de outras cidades, o projeto de cursar uma graduação na UFJF mobiliza jovens e seus familiares, e envolve investimentos de diversas ordens. A educação aparece como um importante valor para essas famílias, porque se traduz em perspectivas de ascensão e projeção social, mas, também de ampliação do capital cultural, social e simbólico de seus filhos. Todavia, historicamente a lógica de acesso ao ensino superior no Brasil não se baseia na universalidade, mas, sim em uma concepção meritocrática que desconsiderou por muitos anos os distintos pontos de partida dos candidatos. Daí, a vulnerabilidade socioeconômica das famílias, sua limitada capacidade de investimento na educação escolar de seus filhos e de arcar com os custos implicados em concluir o ensino superior se torna um grande obstáculo para muitos jovens que compartilham do sonho de ser alunos da UFJF. A política de cotas se materializa como uma oportunidade de alterar essas trajetórias.

Para o terceiro e último capítulo de nossa pesquisa partimos da construção teórica que fizemos nos capítulos anteriores para nos debruçarmos nas falas de nossos sujeitos. Como visto, a política de cotas altera a composição social e racial das IES federais. O acesso ao espaço universitário dos sujeitos da política se desdobra em uma profunda remodelação de suas vidas, das trajetórias de suas famílias, dos seus projetos de vida. Queremos dessas falas apreender o que os jovens nos revelam sobre as novas relações com a cidade que são tecidas após o ingresso na universidade. As respostas aos questionários eletrônicos que enviamos no primeiro momento de nossa pesquisa nos ajudam a compor um cenário mais geral da realidade dos alunos cotistas, mas neste capítulo é a fala dos entrevistados que nos dá melhores condições de entender as suas novas espacialidades.

Denilson, Martha, Emanuel, Viviane, Mariana, Janaína e Vicente quando nos contam de suas experiências da rotina universitária dizem também de suas vivências na própria cidade. Seus novos trajetos a partir do ingresso na universidade apontam para as alterações de suas relações socioespaciais, da construção de suas territorialidades e da forma como se colocam na cidade e de seus projetos de vida. Nos tópicos que se seguem nos debruçaremos sobre essas temáticas.

### 3.1. Novos Caminhos na Cidade: moradia, lazer, estudo e trabalho

A moradia se apresenta como um elo central na teia de relações espaciais que o sujeito vai construir em seu cotidiano. Ainda que a casa torne-se uma mercadoria na cidade capitalista, ela não pode ser reduzida a isso. Muito mais do que apenas a junção de quatro paredes e um teto, a casa condensa em si tanto uma dimensão objetiva quanto subjetiva, ambas essenciais para a (re)produção da vida dos sujeitos. A casa confere ao sujeito abrigo e proteção frente às intempéries, é o lugar onde se alimentam, se limpam, descansam. É um lugar de possibilidade de construção de uma noção de vida privada importante na constituição do Eu, ainda que essa seja obviamente atravessada pelo outro e pelo mundo. A casa se apresenta como o ponto de partida das relações desse sujeito com o outro e com os demais espaços da cidade, e o plano do habitar é constituído na articulação entre a casa, a rua e o bairro.

Assim, a prática sócio-espacial, no plano do vivido, aparece como modo de apropriação dos lugares da cidade, onde se estabelecem os vários momentos da vida cotidiana para além da casa. Mas a apropriação dos lugares da cidade, para a realização concreta da vida, se orienta e se transforma em função das estratégias da reprodução social no espaço a partir da habitação. Primeiramente porque o homem habita e se percebe no mundo a partir de sua casa, ela é, como afirma Ecléa Bossi “o centro geométrico do mundo para o habitante”. Assim, a casa envolve outras dimensões espaciais como a rua e depois o bairro, onde vão se tecendo a trama de relações do indivíduo em sociedade através dos modos de uso dos lugares da cidade. Deste modo, a relação casa/rua/bairro pode ser entendida como o primeiro quadro de articulação espacial no qual se apóia a vida cotidiana.(CARLOS, 2007-a: 93-94)

Sendo a casa um lugar tão importante na construção da identidade, do pertencimento e das espacialidades dos sujeitos, o ingresso na universidade a partir da política de cotas se apresenta como uma inflexão nas biografias sobretudo daqueles oriundos de outras cidades que precisam se mudar para Juiz de Fora. Mais do que simplesmente se mudarem de cidade, eles saem da casa dos pais em direção ao novo, ao desconhecido. Toda a imbricada teia de sentidos e significados construídos com a casa, a família, os amigos e a cidade de origem é, de certa forma, deslocada para que

possam continuar os estudos e experienciar tudo o que a vida universitária pode possibilitar. Esse é um profundo e complexo caminho de estranhamento, novas identificações e redesenho de suas próprias aspirações.

Dentre os entrevistados, Denilson, Martha, Emanuel e Janaína são oriundos de outras cidades e se mudaram para Juiz de Fora a fim de ingressarem na UFJF. Denilson, de 29 anos, oriundo de São Paulo - SP, se mudou para a cidade para cursar a sua segunda graduação em Letras-libras. A primeira formação foi em Bacharelado em Design, que concluiu pelo ProUni na sua cidade de origem. Em São Paulo, Denilson era servidor da secretaria municipal de educação, o que despertou nele o desejo de cursar uma licenciatura. Ele iniciou o seu curso no segundo semestre de 2020, momento em que a universidade adotava o Ensino Remoto Emergencial (ERE) em decorrência da gravidade da pandemia de Covid-19. Como as aulas começaram de forma remota, o discente conseguiu se organizar financeiramente para pedir exoneração na secretaria de educação que trabalhava e se mudar para Juiz de Fora com o retorno das aulas presenciais em abril de 2022. Suas reservas subsidiaram a mudança e os primeiros meses na cidade, entretanto, o discente mostrou preocupação durante a entrevista com a limitação de seus recursos e a necessidade de conseguir um emprego para permanecer na cidade. Em São Paulo, Denilson ainda morava com a mãe, por isso, a mudança para Juiz de Fora significou deixar de residir com seu núcleo familiar e passar a morar em uma república com outros jovens, até então desconhecidos. Tanto Denilson quanto os outros jovens entrevistados relatam as dificuldades iniciais desse processo. Logo quando se mudam para a nova cidade muitas vezes se sentem sós, precisam se defrontar com dificuldades cotidianas que antes eram administradas com o apoio dos pais ou responsáveis, passam por dificuldades financeiras e ainda estão em busca da construção de uma rede de pertencimento.

Foi bem difícil, por precisar de adaptações em vários sentidos. Não só por ter saído de casa, mas porque todo mundo que eu conhecia, todo mundo que eu tinha um vínculo ficou lá em São Paulo. No começo foi bem impactante, senti bastante saudade, mas aos poucos a gente vai se adaptando, e conheci outras pessoas aqui. (Entrevista Denilson, 2022)

Nesse processo o convívio com os pares na universidade, projetos e estágios e o engajamento em movimentos políticos, sociais e religiosos vão aos poucos suprindo essa ausência, e novas redes de apoio e afeto são consolidadas. Denilson já frequentava uma Igreja evangélica em São Paulo e, ao se mudar para a nova cidade, passa a ir à Igreja Alto Monte, localizada a poucos metros da UFJF.

Não só a faculdade, mas comecei a frequentar uma Igreja aqui, inclusive é no caminho pra faculdade e por isso comecei lá. Aí eu fui me enturmado. [A Igreja] tem sido fundamental, porque não é só um clube. A gente vai lá e faz as coisas, mas eu percebo que para além da Igreja as pessoas realmente me acolhem. A gente tem encontros não só na Igreja, a gente vai na casa um do outro, conversa sobre outras coisas. Tem sido mesmo amigos, não apenas que frequentam a mesma Igreja. (Entrevista Denilson, 2022)

Mais do que um espaço de profissão de fé, a Igreja torna-se um lugar de sociabilidade, reconhecimento e acolhimento para Denilson. Essa rede de amigos que ele vai tecendo aos poucos extrapola os cultos e as atividades da Igreja. Seu lazer em Juiz de Fora passa a ser os momentos em que vai à Igreja, até a casa de outros membros da comunidade evangélica que tornaram-se seus amigos. Ele também disse que costuma ir em lanchonetes e sorveterias próximas a universidade tanto com amigos da Igreja, quanto com os amigos que fez no curso. O cotidiano de Denilson é bastante centralizado no São Pedro, na zona oeste, onde mora, estuda, vai à Igreja e tem atividades de lazer. Entretanto, nos meses em que mora em Juiz de Fora ele já teve oportunidade de conhecer o centro, para compras e o que ele identificou como turismo, e também outros bairros em que fez estágio.

Eu fui no centro, conheço o hiperbretas. Já fui ali no centro. Conheço também o Ipiranga, que fica na Zona Sul, que foi onde eu fiz meu primeiro estágio. Uma coisa que eu achei muito interessante é que aqui eu pego um ônibus e em 20 minutos eu tô no centro. Lá em São Paulo, na minha casa onde eu moro, eu demoro uns 30, 40 minutos. Lá é tudo muito grande. Aqui é menor, então mesmo o transporte não sendo o melhor, as coisas são mais perto se comparado em São Paulo. E outra coisa que me chamou atenção aqui é que

tem muito verde, mesmo no centro. Na primeira vez que eu fui no centro e vi um morro cheio de verde eu tirei foto e coloquei no status. O turista, né? (Entrevista Denilson, 2022)

Diferentemente de outros jovens oriundos de cidades menores da região, Denilson viveu toda sua vida em São Paulo, a maior cidade do país. Ao se mudar para Juiz de Fora lhe chama atenção os outros tempos e formas de ser da cidade média. As distâncias diminuem, a paisagem se torna mais arborizada, as pessoas são mais receptivas, caminham mais lentamente pelas ruas. Seu primeiro olhar para as novas paisagens é repleto de curiosidade, um olhar de turista, que aos poucos vai se familiarizando com os espaços, com uma busca ativa encontra semelhantes, e transforma o estranhamento de tudo e a solidão inicial na construção de novos sentidos de pertencimento.

Emanuel, de 28 anos e aluno do curso de Ciências Exatas diurno, é originário de Brasília-DF, se mudou para Juiz de Fora em 2018 e ficou na cidade por dois anos. No fim do ano de 2019 ele precisou retornar para Brasília por questões de saúde, esse retorno coincidiu com o início da pandemia de Covid-19 e a suspensão das aulas presenciais. Durante esse período Emanuel permaneceu com a família em Brasília e, com o retorno das aulas presenciais, Emanuel precisou trancar o curso. No momento da entrevista ele estava se organizando financeira e logisticamente para poder retornar à cidade e dar continuidade aos estudos. Assim como Denilson, Emanuel já havia concluído uma primeira graduação na sua cidade natal, onde cursou Sistema de Informações noturno em uma faculdade privada com bolsa do ProUni. Ainda que já tivesse uma experiência préviana educação superior, Emanuel relata como a entrada na UFJF foi impactante em sua vida, e como as vivências em uma instituição privada são diferentes da universidade pública.

Bom, inicialmente é muito claro a diferença entre você entrar em uma faculdade particular e uma universidade pública. As pessoas que você vai interagir na universidade pública estão mais ávidas para conhecer, conhecer a si mesmo e os espaços em volta. Elas estão se construindo. Então, tem a possibilidade de trocar muitas experiências. O que é muito difícil você comparar na minha área

de TI na privada, as pessoas já estavam muito encaminhadas. Não tinha muita mudança de ponto de vista. Não tinha muito aproveitar os ambientes escolares, conversar com pessoas de outros cursos, você não tinha o refeitório. [...] Quem tá fazendo diurno não tá trabalhando, tem esse tempo de estudar, interagir. Quem tá fazendo noturno e já tá trabalhando, envolvido em alguma atividade financeira para se sustentar, tem menos tempo. (Entrevista Emanuel, 2022)

Em diversos momentos da entrevista Emanuel valora a experiência na universidade como uma possibilidade que teve de ampliar seu entendimento de si e do mundo. Diferentemente da faculdade privada, em que os colegas de turma já eram mais velhos, trabalhavam, muitos já tinham filhos, e a interação acontecia centralmente na sala de aula durante as aulas, na universidade pública o jovem destaca a riqueza da possibilidade de encontros. Emanuel tinha sua rotina muito centralizada na universidade, inclusive no seu tempo livre das aulas obrigatórias.

A maioria do lazer que eu tinha era ou ir para outros departamentos, sair do ICE, conversar com outras pessoas sobre outros assuntos. Então, eu basicamente gostava de ir para o departamento das artes, do IAD, gostava bastante da parte musical. Também tinham muitas lanchonetes na região, então você sempre via as pessoas lá. [...] Eu gostava realmente de sentar em uma rodinha e entender o que as pessoas estavam conversando, tanto é que eu tive a oportunidade de fazer muitas matérias em outros lugares, fiz introdução a psicologia no ICH, participei do Coral do IAD, fiz várias coisas. (Entrevista Emanuel, 2022)

Para se manter na universidade, Emanuel recebeu ajuda da família no primeiro semestre do curso e, na sequência, ingressou em um projeto da UFJF na área de Ciências da Computação em que recebia bolsa. Durante o tempo em Juiz de Fora, Emanuel morou no bairro São Pedro, próximo da UFJF. Ele relata que não teve problemas em se habituar a nova cidade, e que gostava bastante de sua rotina. Entretanto, como seu curso era “muito puxado” ele dedicava grande parte do seu tempo aos estudos, e avalia que aproveitou pouco para conhecer outros espaços da cidade.

Já para Martha, que é oriunda de Santos Dumont, cidade de 46 mil habitantes localizada a 50km de Juiz de Fora, a nova cidade assusta pelo seu tamanho. Como o fluxo de universitários vindos de Santos Dumont para Juiz de Fora é consideravelmente expressivo, Martha destaca que a sua mudança e a escolha da república foi facilitada pelas indicações de colegas de Santos Dumont que já moravam aqui. Entretanto, ela aponta que, mesmo já conhecendo pessoas na cidade, o período de adaptação passa por dificuldades de “ter que me virar sozinha” em uma cidade nova, maior e desconhecida.

De início em Juiz de Fora eu tive dificuldades sim, como qualquer outra pessoa. Eu não sabia pegar um ônibus, né? É como se a gente fosse, a sensação que eu tive é como se eu tivesse ido pra cidade grande. Não que Juiz de Fora seja uma cidade grande assim, mas é muito diferente de Santos Dumont. De início eu passei sim algumas dificuldades, mas eu cresci muito como pessoal, como profissional, como ser humano. (Entrevista Martha, 2022)

Esse é o primeiro momento em que muitos dos jovens, longe de suas famílias e redes de apoio, são desafiados a se colocarem no mundo de forma autônoma. Aprender a andar pelas novas ruas, se relacionar com pessoas até então desconhecidas, cumprir com a integralidade das tarefas de seu trabalho reprodutivo, gerenciar as finanças e outras responsabilidades, faz com que esse momento de adaptação seja complexo e difícil. No entanto, a experiência universitária e os desafios a ela vinculados fizeram com que Martha ampliasse o ângulo com o qual enxergava a si mesma e o mundo, suas perspectivas profissionais e de projeto de vida.

Eu me orgulho de Santos Dumont, é onde eu nasci, onde tenho meus amigos, minha família, mas eu não gosto de cidade pequena. Tem 50 mil habitantes, sei que tem cidades melhores. Mas, lá não tem oportunidade de crescimento, se você quer algo melhor tem que mudar. (Entrevista Martha, 2022)

Se mudar para uma cidade média e cursar uma faculdade significa para Martha um alargamento de suas oportunidades de futuro. Esse movimento é um investimento que ela e a família fazem conscientemente na busca de “algo melhor” para o futuro, que aqui entendemos como uma melhor colocação profissional e maior perspectiva de renda. Com uma fala que demonstra bastante obstinação, Martha é a primeira de seu núcleo familiar a cursar o nível superior. Seu pai, que é pedreiro, cursou o nível fundamental de forma incompleta, e sua mãe, que foi faxineira e agora é atendente de telemarketing, concluiu recentemente o ensino médio pela EJA, e ambos a incentivaram desde muito nova a se dedicar aos estudos. Ainda que com recursos bastante limitados, a família ficou muito orgulhosa de Martha quando ela foi aprovada no curso de veterinária da UFJF e a auxiliou na medida de sua possibilidade no processo de mudança e estabelecimento na nova cidade. Todavia, Martha ressalta que sem as bolsas do PNAES que teve durante o curso seria impossível permanecer na cidade.

Eu falo assim que as bolsas foram algo, assim, que eu nem consigo explicar. Porque eu não poderia ter feito tudo isso que eu fiz durante todos esses anos sem as bolsas. É com o dinheiro da bolsa que eu conseguia pagar meu aluguel e conseguia comer no RU, passagem, transporte. É claro que minha família me ajudou, mas eles me davam o que eles podiam. Então a bolsa foi essencial, sem a bolsa eu não teria conseguido formar, jamais. (Entrevista Martha, 2022)

A fala de Martha, que é compartilhada por vários outros cotistas, nos revela que a implementação da política de cotas não se restringe ao acesso à universidade, mas, para a sua efetividade é preciso uma articulação de políticas de permanência. Filhos de famílias com vulnerabilidade econômica, os ingressantes pelas cotas com renda per capita inferior a 1,5SM dificilmente conseguiriam se mudar de cidade e concluir os estudos sem que políticas institucionais fossem direcionadas à assistência estudantil. Além das bolsas de assistência estudantil, a renda advinda de bolsas de Iniciação Científica (IC), Monitoria, Extensão e dos estágios remunerados compõem o quadro financeiro que possibilita a permanência desses estudantes. Essas bolsas para os



alunos cotistas não são apenas um complemento de renda que os auxilia com gastos eventuais, compra de material de estudo e lazer, mas sim são destinadas a pagar contas básicas de subsistência como água, luz, aluguel e alimentação.

Quando questionada sobre sua rotina na cidade, Martha diz que, por se tratar de um curso diurno, ela passava as manhãs e as tardes em aulas ou nos projetos em que se inseriu, como Ligas Acadêmicas, Treinamento Profissional (TP) e outros. O curso de medicina veterinária da UFJF foi inaugurado em 2014, por ser um curso recente a infraestrutura de laboratórios e aulas práticas ainda não estava completamente pronta no campus quando do ingresso da turma de Martha, em 2016. Devido a isso, algumas aulas aconteciam em distintos pontos da cidade, necessitando que a estudante se deslocasse por outros bairros, além do próprio São Pedro. Embora Martha ao longo dos anos tenha se familiarizado com Juiz de Fora, o vínculo com sua cidade de origem permaneceu bastante forte. Pela proximidade entre Santos Dumont e Juiz de Fora, a aluna relata que passava quase todos os finais de semana na casa da mãe, saindo de Juiz de Fora sexta à noite e retornando apenas na segunda de manhã. A possibilidade de estar fisicamente com a família, os antigos amigos e o namorado aos fins de semana fez com que as atividades de lazer de Martha permanecessem centralmente na sua cidade de origem. Durante os anos de pandemia e de ensino remoto a estudante voltou a morar com a mãe na sua cidade natal e, no momento da entrevista, ela residia em Lima Duarte- MG para concluir a última etapa dos estágios obrigatórios do seu curso antes de se formar. E embora tenha morado em Juiz de Fora por anos e construído toda uma história de vida na cidade, quando a perguntamos onde ela chama de casa, Martha responde sem exitar: “Santos Dumont, Santos Dumont sem dúvidas. Minha casa vai ser sempre Santos Dumont” (Entrevista Martha, 2022).

Janaína também ingressou na UFJF no ano de 2016 no curso de Licenciatura em Letras. Ela é oriunda de Itambacuri-MG, cidade de 23 mil habitantes localizada no Vale do Rio Doce, a 560 km de Juiz de Fora. Percorrer a distância entre as cidades de ônibus leva pelo menos 10 horas e custa cerca de R\$270,00, isso faz com que Janaína vá poucas vezes no ano para a casa dos pais e, diferentemente de Martha, ela permaneceu em Juiz de Fora durante a pandemia. Nos contando sobre a mudança

para a cidade da Zona da Mata mineira, a estudante disse que foi um processo de bastante transformação na sua vida. Vindo de uma cidade pequena, Janaína convivía com uma dinâmica de vida mais atrelada ao rural, como ela mesmo aponta. Chegar em Juiz de Fora foi se deparar com outras paisagens urbanas, e, em um primeiro momento, saltou aos seus olhos as grandes desigualdades entre a infraestrutura, os equipamentos e a condição social das populações de distintos bairros.

Quando questionada sobre o processo de mudança ela nos diz:

Então, é um processo ainda, Aline. Atualmente eu estou inclusive de mudança, tenho um mês para sair de onde eu moro. Mas, desde o começo, em 2016, eu só tinha a minha tia que eu conhecia aqui na cidade. Então eu fiquei um tempo hospedada na casa dela, que é bem periférica, inclusive. É uma comunidade, e a gente vivia ali. E eu ia estudar e entrava em contato com outra realidade. Então, isso pra mim foi um choque. Eu que venho do sertão, do interior, de uma coisa mais caipira, acaba que de certa forma eu tive esses choques inclusive em relação a desigualdade. Vendo como que a minha rotina era tão diferente de quem morava na comunidade onde eu tava. Então, são recortes que acabam distanciando as pessoas, e eu ficava ali nos dois, meio e ficava bem evidente a desigualdade. Eu passava metade do meu dia na universidade, na cidade alta, e a outra metade do meu dia eu tava na comunidade periférica aqui de Juiz de Fora. (Entrevista Janaína, 2022)

Chegando na cidade, Janaína foi acolhida por sua tia, moradora das intermediações dos bairros Olavo Costa e Vila Ideal, ambos na região sudeste da cidade. Essa região é identificada como periferia da cidade, não só em termos da relação de distância e oposição ao centro, mas como uma caracterização social e urbana. Assim como Janaína nos apresenta em sua fala, o entendimento da periferia não se dá através de rígidos contornos fronteiriços, mas sim da observação da desigualdade urbana. A jovem, com seu olhar atento, observa a conformação do bairro em que morou, identificando a ausência de equipamentos públicos e a pouca infraestrutura urbana. Ela percebe também o cotidiano dos sujeitos que lá habitam, suas histórias de vida, suas relações, a rotina em trabalhos precários e as poucas oportunidades e a dificuldade de mobilidade na cidade. Janaína ainda relata: “me lembro que as pessoas viam a gente saindo e voltando e comentavam. Perguntavam: Ah! Você tá na Federal? E como é lá? É muito diferente? E eu vendo essa diferença na

minha vida” (Entrevista Janaína, 2022). Essa realidade periférica, com ela mesmo nomeia, contrasta com as paisagens que observadas em outros bairros e com o próprio cotidiano que ela estabelece enquanto estudante universitária. A desigualdade urbana que Janaína percebe é o primeiro ponto que ela aborda quando diz da experiência de se mudar para Juiz de Fora.

Após alguns meses morando com a tia, Janaína foi morar em uma república no bairro São Pedro, próximo a universidade. Ela relata que quando morava na cidade alta sentia dificuldades de se locomover pela cidade, de participar de eventos culturais fora da universidade, visitar amigos, e “experienciar o espaço da cidade”.

Uma coisa que sempre me chamou atenção foi como a cidade alta, onde fica a UF, é tão distante de toda a vida cultural e de toda vida em comunidade que acontece aqui embaixo. Isso eu sempre senti muita falta quando morava lá em cima. As vezes queria encontrar com amigos, visitar uma exposição, mas não conseguia por conta do deslocamento mesmo. Parece que são coisas polarizadas. Então, sempre vai ser aqui no centro, na Zona Norte. Tudo bem que a cidade é grande, mas é difícil essa questão de experienciar o espaço da cidade mesmo. (Entrevista Janaína, 2022)

Morando em outras repúblicas no Centro ou no São Mateus, outro bairro central, ela relata que pôde conhecer mais Juiz de Fora e sua vida cultural. Ao comparar as narrativas dos diferentes entrevistados, observamos que, de fato, aqueles que moram mais próximos da universidade, acabam tendo suas atividades de lazer, saúde e consumo bastante centralizadas na cidade alta (Zona Oeste). Já aqueles que moram em outros bairros, alargam seu raio de experiência na cidade. Frequentando sobretudo os bairros centrais, se colocam em contato com pessoas que não estão diretamente vinculadas a sua experiência na universidade. Ainda assim, a rotina de Janaína também é polarizada pelas atividades da universidade, dividindo seu tempo entre as aulas e os estágios. Interessante destacar que a UFJF aparece na fala de Janaína também como espaço de lazer, ela relata: “Se eu não tô tendo aula eu busco aproveitar o espaço da universidade, conhecer lugares que eu nunca conheci, ou andar de bicicleta lá. Tá em contato com as pessoas, conhecendo as bibliotecas, estudando”

(Entrevista Janaína, 2022). O bosque da reitoria, o anel viário, as bibliotecas, o “passar tempo sem fazer nada” com os amigos, são atividades de lazer que são citadas não só por Janaína, mas também por outros jovens. Nos contando sobre outras atividades de lazer na cidade, Janaína segue:

Eu tenho muitos hobbies que são mais individuais, gosto de bordar, jardinagem. Mas, hoje, por exemplo, estava no centro de bobeira, ia encontrar uma pessoa e não aconteceu. Aí tava passando pelo Parque Halfeld e vi que tinha uma exposição acontecendo num lugar, acho que é o Espaço Cidade. É o que eu mais gosto de fazer em Juiz de Fora, ir em exposições, assistir filmes seguidos de debate, ir a recitais também. Parques que eu não conheço. Por isso que eu reforço que eu estava incomodada em viver na cidade alta, porque eu tava muito distante disso. (Entrevista Janaína, 2022)

A percepção da jovem do espaço urbano de Juiz de Fora é bastante interessante. Ela identifica que a vida cultural que experimentou na cidade alta está muito interligada com a própria universidade e com os estudantes que lá residem. Entretanto, quando ela se mudou para bairros mais centrais é que pôde se relacionar mais profundamente com outros espaços de cultura da cidade, como exposições, museus e parques, além de ter maior facilidade de mobilidade para outros pontos, como a Zona Norte. Em sua fala, a jovem nos diz que o centro da cidade proporciona a ela o encontro com o inesperado, como a exposição que se refere, e também com o diferente, sujeitos outros que não necessariamente compartilham da experiência universitária. Isso possibilitou a ela construir outros laços de amizade e alargar a sua relação com Juiz de Fora. Janaína cita a utilização de espaços públicos e de uso coletivo como os seus principais momentos de lazer na cidade, e também o local privilegiado em que faz e nutre suas amizades. O que nos traz aos olhos a imbricada relação entre a sociabilidade juvenil e os espaços públicos e de uso coletivo. Construir amizades pressupõe o encontro e o convívio com o outro, embora isso possa se dar nos espaços privados e até mesmo virtuais, a vida coletiva e as experiências comuns dos grupos juvenis acontecem na universidade, em seus bosques, cantinas, Centros e Diretórios Acadêmicos, nos parques, nas praças, nas ruas. Dizendo das culturas de

lazer e tempo livre, Ana Karina Brenner, Juarez Dayrell e Paulo Carrano contribuem para nosso entendimento da relação entre espaço e sociabilidade juvenil:

Ainda que as amizades sejam relações de natureza privada entre sujeitos particulares em contextos de ações coletivas ou não, os espaços de convivência pública são indispensáveis para a criação de condições sociais favoráveis ao estabelecimento de redes de amizades. Sobre isso, é importante dizer que a amizade não é somente uma questão dependente da eleição livre nem da seleção por atração pessoal: a disponibilidade de amigos está fortemente referida à localização física e à inserção dos indivíduos na estrutura social. O ato de fazer amigos, portanto, é menos livre e resultante de pura escolha pessoal do que possa parecer (REQUENA, 1994). É nesse sentido que o poder público, ao criar condições favoráveis de ampla circulação dos jovens pelos espaços da cidade, pode estar, também, estimulando a constituição de redes sociais plurais e não territorializadas. O tempo da juventude é momento de transformações corporais e afetivas e de construção de identidades, no qual a turma de amigos cumpre papel significativo na construção de subjetividades positivas. (BRENNER et al, 2008: 40)

A sociabilidade secundária é essencial para a construção da experiência juvenil moderna. Como Foracchi (2018) aponta, a experiência comum com sujeitos que compartilham os mesmos valores e que se identificam mutuamente é extremamente relevante, sobretudo nesse momento especial da biografia do sujeito jovem. Os novos vínculos de amizade e identificação construídos após o ingresso na universidade são ainda mais importantes para os discentes que se mudaram para Juiz de Fora. Nessa relação com o desconhecido, aos poucos esses jovens vão tateando os novos espaços, tendo novos encontros e formando teias de relações com outros jovens em que se sentem acolhidos. Novas possibilidades de pertencimento e enraizamento são criadas.

Além daqueles que se mudam para Juiz de Fora, há os jovens oriundos de outras cidades que permanecem em suas casas e realizam movimento pendular diário para acompanharem as aulas. Nossa entrevistada Mariana é uma dessas jovens. Oriunda de Mar de Espanha, a cerca de 60km de Juiz de Fora, a jovem utiliza o transporte disponibilizado pela prefeitura para fazer esse traslado diário. Apesar de achar cansativo ir e voltar todos os dias, a jovem aponta que gosta de sua rotina de

estrada, que fez amigos no transporte e que é a forma que ela encontrou para conseguir continuar os estudos, já que se mudar para outra cidade seria um custo alto para a sua família. Mariana diz ser uma pessoa expansiva, que faz amigos com facilidade. Suas principais relações na faculdade são com as pessoas de sua turma e também os amigos que fez no transporte. Quando perguntada sobre as suas atividades de lazer, a jovem diz:

Quando eu vou pra faculdade e aula termina mais cedo eu saio com os meus amigos para lanchar em Juiz de Fora. Mas quando eu to aqui em casa, em Mar de Espanha, eu moro em um bairro um pouco longe do centro, então é difícil para mim sair. Eu acabo ficando em casa de final de semana. O que eu faço para me divertir? Ou estou lendo alguma coisa, gosto muito de ler, ou estou vendo alguma série asiática. (Entrevista Mariana, 2022)

O fato de fazer um curso noturno e ir e voltar todos os dias para Mar de Espanha faz com que a relação com a cidade de Juiz de Fora seja restrita aos espaços universitários e o entorno. Mesmo a participação de projetos da universidade, como os de Iniciação Científica (IC), fica comprometida, já que o tempo presencial que ela tem disponível no campus é dedicado às aulas. Além dos estudos, Mariana relata que ela e a família costumam ir a Juiz de Fora também para ter acesso a serviços de saúde mais complexos ou especializados.

Eu recebo auxílio transporte e alimentação. Eu sou uma pessoa que sou completamente apaixonada pelo RU. Eu falo que se o RU fosse homem eu casava com ele, porque ele é perfeito. [...] Com a bolsa de transporte eu fiz o bilhete único, e aí eu consigo comprar o passe para a minha cidade <sup>13</sup>. O que sobra eu ainda posso comprar outras coisas, livros. Então, nesse quesito eu sou bem ajudada pela faculdade. (Entrevista Mariana, 2022)

---

<sup>13</sup> A prefeitura de Mar de Espanha oferecia, no momento da entrevista, dois horários de ônibus para Juiz de Fora completamente gratuitos destinados aos estudantes. Os demais horários, há uma parceria entre a viação de ônibus e a prefeitura, na qual os estudantes arcam com o passe, que é  $\frac{1}{3}$  do valor da passagem, e a prefeitura cobre os outros  $\frac{2}{3}$ .

Tanto o pai quanto a mãe de Mariana trabalham em malharias na cidade de Mar de Espanha em situação de contratos precários, e às vezes mesmo sem vínculo empregatício. Por conta da baixa renda familiar, os auxílios financeiros das políticas de assistência estudantil recebidos pela jovem são muito importantes para a sua permanência. Mesmo que a sua experiência em Juiz de Fora seja muito centralizada nas atividades da UFJF, Mariana nos conta como esse movimento em direção a uma cidade maior significou o encontro com a diversidade de pessoas, histórias de vida, conhecimentos e possibilidades.

Eu não sei se você conhece alguém de cidade pequena, mas, morar em cidade pequena é você andar assim: vai ter sempre uma família muito rica que todo mundo baba ovo, vai ter sempre um conceito retrógrado e conservador. Então, morar em cidade pequena não te permite muitas vezes você olhar fora do horizonte. Quando eu cheguei na universidade e olhei que existia um mundo de possibilidade de pessoas, não importando se era preto, se era baixo, se era branco, se era alto, se era gordo, se era bi, se era trans, se era gay, se era lésbica, que existe lugar para todo mundo, eu comecei a enxergar que o mundo vai muito além da minha cidade. (Entrevista Mariana, 2022)

Na convivência com a diversidade que a Juiz de Fora representa para Mariana, a jovem diz: “abri minha cabeça”, “amadureci”, “foi a primeira vez que tive mais responsabilidades” e “vi outros horizontes”. A relação com os colegas, a influência dos movimentos e coletivos da universidade, as disciplinas, os professores e o acesso às discussões acadêmicas fazem com que a jovem tenha percebido uma ampliação de seu capital intelectual e cultural, sua formação política e social, da autonomia frente aos desafios da vida universitária e dos horizontes possíveis para si.

Há também aqueles entre os jovens entrevistados que são oriundos de Juiz de Fora e que continuaram morando com a família, como é o caso de Vicente e Viviane. Vicente, 22 anos, mora com a mãe e a irmã no bairro Monte Castelo, na Zona Norte de Juiz de Fora, e em sua fala afirma que a entrada na universidade o possibilitou conhecer novos espaços da cidade. Ele destaca que passou a frequentar o bairro São Pedro, região oeste da cidade, onde se localiza a UFJF. Além disso, o ingresso na universidade e a participação em vários projetos ligados direta ou indiretamente à ela o

proporcionou a interação com alunos de outros cursos, construindo uma rede de amigos de variados bairros da cidade.

Vicente tem um histórico de engajamento em muitos projetos dentro e fora da UFJF. Em sua fala, destacou a participação na equipe de competição da engenharia, em um cursinho popular como professor e coordenador durante a pandemia até o início do ano de 2022, além dos estágios remunerados que faz desde o segundo ano da faculdade. A participação nos projetos o possibilitou alargar a sua rede de amigos e contatos, o que se torna relevante na sua experiência universitária.

[No cursinho popular] Eu era coordenador lá cheguei a dar aula. Teve outras áreas do São Pedro que eu conheci por conta de ter entrado no projeto do cursinho. E acaba que como era um cursinho popular, eu conheci uma pessoa de cada área diferente, uma pessoa da história, uma pessoa da física, uma pessoa da geografia, deu para conhecer bastante gente.

Perguntado se o ingresso na universidade havia alterado os lugares que frequentava na cidade, Vicente responde:

Alterou bastante. Por exemplo, tendo que andar pelo São Pedro. Acabei conhecendo muita gente de outros cursos também, porque eu não me restringi apenas ao IAD<sup>14</sup>. Por exemplo, eu faço parte de uma equipe de competição da engenharia, e aí cada pessoal da engenharia é de um lugar da cidade. E aí eu comecei a andar com pessoas de outros cursos e a frequentar lugares novos, as casas dessas pessoas (Entrevista Vicente, 2022)

Vicente descreve sua rotina como acelerada, dividindo seu tempo entre o estágio remunerado, as aulas e os projetos que participa. Desde o primeiro ano de curso, além das disciplinas da faculdade, o discente está sempre desempenhando

---

<sup>14</sup> Instituto de Artes de Design da UFJF, onde acontece o curso do entrevistado.



alguma atividade remunerada, sejam os estágios na sua área ou o trabalho em uma fábrica como auxiliar de escritório durante o período de pandemia. Essa remuneração é complementada com os auxílios que recebe da universidade através do PNAES e é a renda que o permite prosseguir nos estudos. Mesmo morando com a família, Vicente arca com alguns custos de subsistência da casa, além de custos pessoais com lazer, saúde, estudos e transporte. O deslocamento diário entre esses diferentes pontos da cidade se dá através de ônibus ou de grupos de caronas. Esses grupos de WhatsApp são mobilizados pelos próprios alunos da universidade, e aqueles que têm carro oferecem caronas para traslados entre bairros da cidade e a UFJF por valores menores ou similares que a passagem de ônibus. Ainda sobre a utilização desses grupos, um ponto interessante é que Vicente diz que através deles pôde conhecer outros universitários de seu próprio bairro que o possibilitou criar novas relações com pessoas que moram nos arredores.

Mesmo que a rotina seja corrida, Vicente aponta que há momentos de lazer com os colegas, sobretudo com os amigos que fez na universidade. Essas experiências de lazer também ampliam sua relação com a cidade, na medida em que ele passa a frequentar novas regiões, que antes lhe eram estranhas e hoje fazem parte do seu cotidiano.

No meu bairro mesmo eu não faço muita coisa não. Passei a conhecer mais gente lá depois que eu entrei na faculdade, nos grupos de carona. [...] Mas, no meu bairro mesmo tem bares, jogar bola, mas não frequento muito meu bairro não. Quando eu saio pra beber, não bebo no meu bairro não. Pô, depois da UF a gente costuma parar no São Pedro, em qualquer bar que tem ali. Na Independência também. As vezes tem amigos que moram na Zona Norte e a gente vai pra lá, Barbosa Lage. São Mateus, Morro da Glória que é caminho, mas varia muito. (Entrevista Vicente, 2022)

Viviane, nossa entrevistada, também é oriunda de Juiz de Fora e continua morando com a mãe no bairro Retiro, região sudeste da cidade. Viviane cursou seu ensino médio na Escola Estadual Henrique Burnier, que ela classificou como sendo

próxima ao seu bairro. Na sua fala destaca-se que a sua mobilidade entre os espaços da cidade foi alterada pela entrada na universidade.

Durante o ensino médio eu transitava muito só entre essa região que eu moro e a Zona Norte, ou pelo Filgueiras, que é onde eu fazia curso. Ai, minhas amizades que eu fiz eram tudo desse entorno. Eu ficava mais focada nesses lugares. Eu não tinha costume de ir no São Pedro, no São Mateus. Quando eu entrei na universidade eu não sabia nem onde pegava o ônibus ou onde que o ônibus ia parar. E outros espaços também, tipo o Morro da Glória. Eu não frequentava esses espaços mais centrais mesmo. E agora com amigos da faculdade eu transito no Alto dos Passos, por exemplo. Eu aprendi a andar nesses espaços por agora. (Entrevista Viviane, 2022)

Além do São Pedro, bairro em que se localiza a UFJF, os entrevistados apontam em suas falas que outros bairros passam a ser frequentados, seja por atividades de lazer, consumo, estágios e etc. Antes seu perímetro de deslocamento e reconhecimento dos espaços da cidade se resumia ao seu bairro de moradia e o bairro da escola e/ou cursos, mas com a entrada na universidade esses jovens passaram a frequentar outros espaços da cidade. Chama atenção que esse movimento pela cidade desses jovens oriundos da periferia é também um caminho em direção aos bairros centrais. Vários dos bairros citados, como Alto dos Passos, São Mateus e Morro da Glória, fazem parte de regiões tidas como boêmias, que concentram bares, lanchonetes, restaurantes e praças que são frequentadas por jovens em busca de lazer. Esses são bairros centrais historicamente ocupados pelas classes médias juizforanas, mas as redes de amigos e a “vida universitária”, como sintetizado por Vicente, os convida a explorar e “aprender a andar” em novos lugares.

Com as falas dos jovens sobre seus trajetos e vivências na cidade a partir da entrada na universidade, percebemos que a política de cotas permite um redesenho de suas histórias, suas territorialidades e suas redes de relação. Tanto os jovens oriundos de Juiz de Fora quanto aqueles que vieram de outras cidades passam a experimentar outros espaços da cidade, aguçam sua percepção das desigualdades sociais na relação com o diferente, e enxergam novas oportunidades. Nesse movimento há

também a ampliação dos horizontes possíveis e suas aspirações de futuro, temática que nos aprofundaremos na próxima seção.

### **3.2. Novos Horizontes Possíveis: As cotas e os projetos de vida**

Nos afastando das concepções que negam aos jovens o papel de agentes do presente, quando os identificamos como sujeitos sociais afirmamos que eles são seres ativos que agem sobre o mundo. Nessa ação, que se insere em um conjunto de relações sociais, é que o sujeito se realiza como tal, em um contínuo processo de fazer-se (DAYRELL, 2003). Como sujeitos que são, os jovens possuem desejos, opiniões, preferências, refletem sobre suas vidas e seu lugar no mundo e planejam o seu futuro na relação com as possibilidades e condições que encontram no seu cotidiano.

A capacidade de estabelecer um objetivo futuro e planejar um encadeamento de ações para alcançá-lo é, sem dúvidas, comum a todos os homens e acontece em todas as fases da vida. Ainda assim, como vimos anteriormente, a juventude é um momento ao qual comumente atribuímos a necessidade do preparo, da qualificação e das escolhas sobre o futuro. Os jovens são estimulados e até mesmo pressionados a construir seus projetos de vida, para, quando adultos, terem sucesso profissional, financeiro, afetivo etc.

Como nos dizem Dib e Castro (2010: 4), “o projeto, seja ele individual ou coletivo, vai encontrar seu fundamento na forma como os indivíduos e a sociedade se relacionam com o tempo e o devir”. Na modernidade, o termo projeto consolidou-se como sinônimo de intenção, planejamento, objetivo. Nesse momento histórico, o projeto ganha relevância no processo de desenvolvimento da técnica, a fins do aumento da produtividade e controle do tempo do trabalho. Assim como Berger (1997), Castro e Dib (2010) apresentam que a ideia de se ter um projeto de vida na modernidade é tão fundamental que ela se confunde com a

própria noção de construção das identidades. Partindo de uma concepção de tempo linear, progressivo, cumulativo e previsível, o projeto de vida se torna um momento de planejamento racional do curso de vida. A partir dele os indivíduos elaboram uma estratégia que articulará um conjunto de ações táticas no presente voltadas a alcançar um objetivo futuro, traçando um movimento que deverá os localizar tão bem quanto possível na estratificação social. A trajetória biográfica dos sujeitos deve, então, ser o resultado da organização sequencial e linear de diferentes etapas projetadas previamente, para que eles possam, através de dedicação e merecimento, encontrarem a realização pessoal em todos os campos da vida, e, sobretudo, no campo profissional/financeiro. (DIB e CASTRO, 2010)

De acordo com Groppo (2017), as concepções tradicionais acerca da juventude orientadas pelo estrutural-funcionalismo tendem a destacar o caráter transitório da condição juvenil, já que essa fase da vida não interessaria tanto pelo o que ela é, mas pelo o que seus membros serão no futuro quando adultos. Além disso, a juventude seria um momento da vida privilegiado para o acontecimento de desvios e anormalidades. Tais desvios aconteceriam em decorrência de disfunções na socialização entre as gerações, na qual os jovens deveriam assimilar os valores e normas sociais já estabelecidos. Por isso, caberia aos adultos observar atentamente e tutelar os jovens para que eles possam se distanciar de comportamentos rebeldes ou insurgentes e passem a se dedicar para a preparação e a qualificação para o ingresso na maturidade. Reforçando o deslocamento do sentido da vida dos jovens para o futuro, o mundo adulto passa cada vez mais exigir desses sujeitos um projeto de vida que os coloque em movimento no hoje.

Entretanto, mais do que o simples traçar de uma estratégia, projetar o futuro é um processo de construção de identidade, de reflexão e de reconhecimento de si que irá direcionar ações intencionais sobre o real. Para Velho (1981), a existência de projetos individuais está relacionada a como diversas configurações sociais irão gerir a ambiguidade “totalização-fragmentação”. Isso quer dizer que há um campo de subjetivação na construção dos desejos e sonhos de cada indivíduo, que os torna singulares,

originais, individuais. Entretanto, esses mesmos desejos só se constituem como tal a partir das experiências socioculturais da pessoa, de um código e de interações que são por ela interpretadas. Assim, o projeto não é um fenômeno unicamente interno. Cada projeto individual de futuro é alicerçado na localização espaço-temporal do sujeito que projeta. Ele é formulado dentro de um campo de possibilidades, é circunscrito histórica, cultural e espacialmente, e se relaciona com a própria noção de indivíduo, das prioridades e paradigmas existentes. (VELHO, 1981)

Sendo assim, o jovem quando projeta conscientemente o seu futuro, o faz na negociação entre o que ele é, suas aspirações e as oportunidades que enxerga emergindo na sua realidade. Para muitos a educação é apresentada como a grande promessa de futuro.

Como apontado acima, a noção de projeto na Modernidade passa por uma ideia de racionalização do curso de vida, que seria pautado por um encadeamento linear de distintas etapas. Tal noção, inclusive, se relaciona com a própria lógica da meritocracia, que presume que, através do empenho e esforço individual orientado por um projeto bem definido, os indivíduos irão prosperar e alcançar sucesso na vida. Nesse sentido, é incutido no imaginário comum que os jovens devem, quanto antes possível, se engajar em um projeto de vida que os levem a uma boa inserção no mercado de trabalho, os garantindo uma vida confortável. A educação formal aparece para muitos como o caminho mais apropriado para a construção de um futuro melhor, já que o mundo adulto vive repetindo que “é preciso estudar para ser alguém na vida”. Nas falas de todos jovens entrevistados, percebemos que estar em um curso superior em uma universidade pública significa uma oportunidade de melhoria das condições de vida.

A qualidade do ensino e das condições de infraestrutura que encontraram na UFJF contrastam, muitas vezes, com o que experimentaram nas escolas públicas da rede básica. Ao longo de nossa entrevista, Vicente aponta algumas vezes como ficou impactado com a qualidade de ensino da universidade, e, sobretudo, da estrutura das salas de aula, bibliotecas e laboratórios.

Quando eu entrei na UF ficou muito mais presente na minha vida a estrutura para estudar. Eu lembro que quando eu tava no Central [E. E. Delfim Moreira] minha sala não tinha porta nem cortina, era um caos total para poder ter aula, poder estudar. E aí eu cheguei na faculdade e todas as salas tinham porta, e datashow. Então, assim, foi um negócio bem diferente. [...] Eu nem sabia que tinha circular<sup>15</sup> na UF, já tinha vindo na universidade, mas não sabia que tinha um ônibus para andar lá dentro. Então, a diferença de estrutura foi muito impactante, eu lembro. (Entrevista Vicente, 2022)

Diferentemente da escola, o preparo da universidade para receber os alunos nas salas de aula estimulou, segundo Vicente, seu engajamento nos estudos. Viviane também destaca as dificuldades encontradas na educação básica, notavelmente a alta rotatividade e a falta de professores, a inconsistência curricular e pouca infraestrutura de bibliotecas como limitadores do seu processo formativo na escola. Em contrapartida, em sua fala Viviane nos conta empolgada que durante o curso de Direito e as experiências de estágio no TJMG foi despertado nela o desejo de se aprofundar nos estudos, de se tornar uma pesquisadora da área, para que possa fundamentar a sua argumentação e compreender melhor as relações sociais que atravessam a sua prática profissional. Conteúdos ligados a filosofia e a sociologia, além dos específicos do Direito, são essenciais, segundo ela, para a sua formação como profissional e “ser humano”.

Eu acho que eu tenho contato com assuntos que eu me interesso muito. A maioria dos meus professores são ótimos professores, são pesquisadores da área, tem mestrado, doutorado. Então, me proporcionou ter esse contato com esses especialistas. Me proporcionou ter muito contato com... No meu ensino médio filosofia, sociologia, apesar de eu achar que tive bons professores, não possibilitou eu me desenvolver muito. Toda hora eu trocava de professor, todo ano parecia que a gente voltava para o mesmo lugar. Quando o professor não mudava no meio do período. Eu tive oportunidade, intelectualmente falando, de dar continuidade aos estudos. Porque no meu ensino médio era muito truncado, às vezes ele era muito interrompido, às vezes tinha greve, um professor não podia ir, eu tinha professor que sumia por muito tempo. [...] Eu tive mais contato com mais fontes para fundamentar as coisas que eu penso, que eu escrevo. (Entrevista Viviane, 2022)

A estrutura física das salas de aula e bibliotecas, o quadro de professores

---

<sup>15</sup> O entrevistado se refere ao ônibus gratuito disponibilizado pela UFJF para possibilitar a mobilidade da comunidade acadêmica dentro do campus entre os institutos, bibliotecas e o restaurante universitário.

pesquisadores, a organização dos currículos, as possibilidades da inserção em projetos de pesquisa, estágios e outros faz com que a experiência acadêmica desses jovens potencialize a sua relação com o conhecimento. Nesse caminho de ampliação de seu capital cultural, os jovens interagem com conhecimentos científicos socialmente produzidos e historicamente acumulados. Mais do que isso, eles ativamente (re)modelam seu entendimento de si e do mundo, se apropriando de novos signos e símbolos que os possibilitam a reinterpretação de seu papel social e suas possibilidades de futuro.

Martha aponta que, nos primeiros semestres de curso, percebeu desigualdades entre as experiências no ensino médio dos alunos que vieram de escolas públicas e daqueles que vieram de escolas particulares. Isso fez com que ela duvidasse de suas capacidades intelectuais de permanecer e concluir a graduação em medicina veterinária.

Como que você coloca um aluno de escola pública para competir com um aluno de escola particular? O ensino é muito diferente. Logo no primeiro semestre eu conheci pessoas que veio do Jesuítas, do Santa Catarina<sup>16</sup>. As pessoas vieram muito mais preparadas do que eu, então eu senti muita diferença. (Entrevista Martha, 2022)

Assustada com as distâncias que enxergou entre os colegas de curso, Martha tornou-se uma aluna dedicada organizando sua rotina para “correr atrás do prejuízo”. Nos primeiros meses, relata, “não foi fácil”, entretanto, aos poucos a jovem foi participando de vários projetos, ligas, monitorias, o que foi essencial para a construção de sua autoestima intelectual.

Pra você ver como é um processo. Eu achava que só quem fazia projeto na faculdade era gente muito inteligente. Mas, aí teve um momento que eu quis tentar. O primeiro projeto que eu tentei foi um Treinamento Profissional na área de peixe, [...] uma proteção ambiental voltada aos peixes. Depois eu participei de um projeto de extensão que foi a implementação de um programa em uma fazenda de caprinocultura com o objetivo de melhorar a qualidade do leite. [...] Depois que eu participei desse projeto de extensão eu

---

<sup>16</sup> Jesuítas e Santa Catarina são escolas privadas confessionais tradicionais da cidade de Juiz de Fora

falei: eu vou tentar. Foi aí que eu fui monitora de microbiologia, depois de inspeção de leite I e de leite II e agora eu sou monitora de inspeção de carnes I e II, E fiz Iniciação Científica também [...]. Mas, foi aí que eu fiz muitos projetos, participei de ligas [...] A faculdade, eu falo que é complicado trabalhar e estudar, ainda mais no meu curso que é integral. A gente precisa fazer algo além das disciplinas obrigatórias, para poder complementar a nossa formação, para poder se encontrar também. Quando eu comecei a participar desses projetos a minha cabeça mudou, minhas perspectivas profissionais, aí eu pensei: **eu sou capaz também** [grifo nosso]. (Entrevista Martha, 2022)

Hoje, Martha identifica que a entrada na universidade significou uma ampliação das possibilidades de futuro, ainda que para se graduar ela teve de enfrentar vários desafios de ordem material, social e intelectual. Esse processo de “amadurecimento” se deu, justamente, na lapidação de sua capacidade de lidar com as adversidades. Sobre o futuro, Martha se sente otimista, se vê atuando profissionalmente como médica veterinária, pensa em fazer concursos públicos e também ingressar no mestrado. Ela espera que os sacrifícios feitos por ela e pela família durante a graduação possam se reverter em uma boa colocação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, em uma boa renda: “Agora você tá formada, né? Você quer ganhar dinheiro. Porque desde 2016 a gente vive com o mínimo, com o mínimo mesmo. Não dá para esbanjar. A gente quer algo a mais” (Entrevista Martha, 2022)

Quando falam do futuro, os jovens de maneira geral se mostram otimistas, compreendem que a experiência universitária pode os colocar no mercado de trabalho em situação mais favorável do que a dos seus pais, por exemplo. O retorno financeiro é, sem sombra de dúvidas, uma grande preocupação para os jovens quando falamos de seus futuros. Entretanto, há em suas falas um forte desejo de realização que passa pela atribuição de sentido a sua prática profissional. Viviane nos diz que:

Eu me sinto otimista, mas as vezes eu me sinto insegura. Eu também me sinto desafiada que eu vou ter que ser boa, para eu não ser só uma pessoa que vai trabalhar com uma coisa qualquer. Eu fico pensando muito no futuro, e às vezes me incomoda pensar que talvez eu entre, sei lá. Eu tenho vontade de ir para o serviço público, mas me incomoda fazer uma coisa que eu não me identifico só para tirar estabilidade daquilo. (Entrevista Viviane, 2022)



A identificação com o exercício profissional e os impactos sociais que sua prática pode gerar é uma preocupação dos jovens. Janaína, por exemplo, diz que quer seguir com a carreira acadêmica, ingressando no mestrado, entretanto, quer que essa carreira acadêmica não a faça abandonar as possibilidades que a sala de aula lhe apresenta enquanto professora da rede básica. A jovem traz em suas falas que, como licenciada em letras, a estimula muito o papel social da educação e o fato de poder contribuir com a formação de outros jovens.

Eu tenho algumas ideias, mas não sei como vou colocar elas no mundo. Eu tenho uma formação muito específica na letras, eu não vejo outra carreira que não seja a acadêmica, bem estruturada. Quero já fazer o mestrado ano que vem. Mesmo que com mais calma, tenho interesse em fazer concurso público, lecionar mesmo, estar na sala de aula no ensino básico. É importante participar da formação dos jovens desse Brasil, então valorizo isso. (Entrevista Janaína, 2022)

Se é verdade que, na maior parte das vezes, os projetos de vida dos jovens são fortemente influenciados pelas suas famílias, quando tratamos dos jovens cotistas é quase impossível dissociar a sua trajetória educacional da história dos seus entes. Primeiramente, o próprio acesso ao ensino superior desses sujeitos se deu através da política de cotas, portanto, é pautado pelas desigualdades experienciadas historicamente pelos grupos sociais que eles e suas famílias se inserem. Ainda que esses sujeitos tenham tido a oportunidade de alcançar a política de cotas, isso não significa que o caminho se tornou automaticamente fácil ou garantido. A continuidade dos seus percursos formativos, geralmente, envolve inúmeros sacrifícios que as famílias fizeram e ainda fazem para que eles possam estudar.

Observamos nas falas de todos os jovens entrevistados que o papel de estímulo aos estudos que as famílias exerceram, destacadamente as mães, foi essencial para que esses jovens almejassem o ingresso no curso superior. Ainda que essa não fosse a realidade de seu núcleo familiar, de seus pais, desde muito

novos eles foram incentivados a desejar se formar em um curso de graduação como um meio de ascensão social. Esse incentivo se dá de inúmeras formas, tanto do ponto de vista narrativo quanto material. Destacamos abaixo a fala de Viviane por ela sintetizar, de alguma forma, a experiência compartilhada pelos demais jovens:

Desde muito cedo eu fui muito estimulada, eu ganhava livro mesmo antes de saber ler. Eu fiz curso de inglês, eu fiz todos os cursos que eu pude fazer. Olhando para as pessoas que moram no meu entorno, a maioria não teve essa mesma oportunidade. Então, eu acho que meu acesso seria bem mais difícil se eu não tivesse esse estímulo que eu tenho em casa. E até uma cobrança, às vezes. Todo mundo da minha família demonstra muito orgulho, eu recebi muito estímulo positivo da minha família para ingressar no curso superior. [...] Porque na minha família é meio que geral, nem todos tiveram a oportunidade de estudar, de terminar os estudos. E por isso eles conseguem enxergar tanto a falta que o estudo faz, e eu sou uma das primeiras pessoas da minha família a chegar na faculdade, na federal. (Entrevista Viviane, 2022)

O sentido da superação das dificuldades que foram historicamente vivenciadas, o sentimento de gratidão pelo esforço material dos pais e responsáveis para educá-los e o desejo de compartilhar com eles o possível sucesso profissional/financeiro advindo da conclusão do ensino superior se confundem com a história educacional dos jovens. O projeto do ensino superior para os cotistas não é apenas individual. É sobretudo um projeto coletivo. Dessa forma, as cotas não impactam somente os sujeitos que podem se beneficiar diretamente pelo ingresso na universidade, mas também assumem, de várias formas, um sentido de reparação histórica com as famílias desses jovens. Quando perguntada sobre o que significa a sua experiência da universidade para sua família, Viviane responde:

Significa mudança, né? Na linha que eu quero seguir profissionalmente, eu não consigo pensar em um parente meu que receba talvez a metade que um professor universitário, ou um juiz receba. É uma discrepância muito grande. Então, eu realmente penso que se um dia eu chegar nesses cargos, eu não consigo pensar em estar nesses cargos sem trazer algum tipo de transformação na vida da minha família, não só na vida da minha mãe, que seria a pessoa principal a se beneficiar se algo de bom acontecer comigo profissionalmente. Mas também todos os outros familiares próximos. Eu não consigo pensar que eu posso ter uma vida melhor e ir embora, e não pensar

mais neles, pensar que eu não seja responsável por eles. Eu penso na aposentadoria deles. (Entrevista Viviane, 2022)

Esse senso de responsabilidade pela família, faz com que os jovens tragam em suas falas uma vontade muito grande de se estabelecer profissionalmente de maneira rápida. Eles identificam estar aproveitando ao máximo as oportunidades que a universidade oferece e que estão tendo uma boa trajetória acadêmica, mas reconhecem que a sua origem social também poderá ser uma dificultadora na construção de suas carreiras. Viviane, por exemplo, está concluindo o curso de Direito e pensa em fazer concursos públicos. Todavia, ela aponta que para ser aprovado em um bom concurso é preciso que o candidato estude muito, e tenha tempo disponível o suficiente para isso. Como a jovem se vê na necessidade de começar a trabalhar rapidamente para poder manter a si e também ajudar a mãe, ela teme não ter tanto tempo para os estudos como outros candidatos terão.

Alguns trazem em seus projetos de futuro o desejo de compartilhar com as suas comunidades as experiências que tiveram no ensino superior, engajando-se em movimentos que visam ampliar o acesso dos jovens à educação superior. Vicente, por exemplo, já fez palestras na sua escola de origem sobre a sua experiência universitária e foi professor e coordenador de um cursinho popular. Janaína, muito sensível às desigualdades sociais que experienciou em Juiz de Fora, no momento da entrevista estava mobilizando um conjunto de amigos para atuar pontualmente em uma comunidade rural de Juiz de Fora em um projeto de reforço escolar. Ela diz:

Eu também tenho muitos projetos. Por exemplo, levar ensino, educação para comunidades rurais aqui de Juiz de Fora. Eu tive o prazer de conhecer comunidades ali para Monte Verde, é uma área mais rural aqui, muito afastada da cidade. Tipo duas horas de ônibus. Ali eu entrei em contato com pessoas que realmente não têm acesso a educação. Na pandemia as crianças sofreram muito, porque realmente não tinham internet em casa para ter ensino remoto. Aquilo me impactou de uma maneira muito forte. Então, eu queria mesmo ter um projeto lá, reunir educadores e fazer ali nem que seja um semestre, dois semestres para alfabetizar pessoas, para elas se apropriarem do conhecimento da língua, da literatura e de outros saberes. Que essa rede possa levar, de certa forma, formação crítica para pessoas que fazem parte da cidade, mas estão muito fechadinhas, em uma situação muito específica, e os projetos sociais não chegam lá por conta do contexto rural. (Entrevista Janaína, 2022)

Percebemos que a educação tem um lugar central em todas as narrativas dos jovens que colhemos em nossa pesquisa. Embora ela apareça nas muitas falas como um direito básico, eles percebem as contradições e desigualdades sociais em que estão inseridos. Compartilham com seus pais a ideia de que a educação é uma forma de mobilidade social e, também, lugar privilegiado de construção de conhecimento e de pensamento crítico. Em muitas falas aparece o desejo de que mais e mais jovens pretos, periféricos e pobres como eles possam compartilhar da experiência que tiveram no ensino superior. Por isso, todos os jovens entrevistados fazem uma defesa da política de cotas enquanto um mecanismo de democratização do ensino superior, como é o caso de Martha:

A política de cotas foi essencial, nunca deve acabar. Porque ela visa, como se diz, priorizar as pessoas que foram por muito tempo, durante a sociedade, fruto de desigualdade social. Então são as pessoas pretas, as pessoas pobres. Igual a gente conversa, antes a universidade não era lugar de pessoa pobre, não era. A universidade federal era lugar de pessoas que tinham o poder aquisitivo maior. Então, o fato da possibilidade da nossa entrada, foi uma conquista muito grande. Algo que ajuda muito pessoas da periferia, pessoas pretas, pardas, pobres. Muitas das vezes, é o nosso sonho, como foi o meu. (Entrevista Martha, 2022)

Há um reconhecimento pelos jovens que, embora a entrada na universidade não signifique a superação de todas as assimetrias e desigualdades sociais que atravessam suas trajetórias, ela foi uma oportunidade de ampliar consideravelmente suas possibilidades de futuro. Como exposto anteriormente, os projetos de vida, muito mais do que o encadeamento linear de táticas para se chegar a um objetivo, são também expressões das condições de aspirações socialmente viabilizadas para os jovens. Ao ingressar na universidade os jovens cotistas redesenham as histórias de suas famílias, enfrentam dificuldades materiais, culturais e sociais de adaptação à nova realidade. Eles passam a habitar novos espaços da cidade que, na relação com o diferente, os possibilitam entender a si e o mundo que vivem sob diferentes perspectivas. Esse processo complexo, que envolve estranhamento, sentimentos de

inadequação, construção de novas sociabilidades e redes de pertencimento, os permite alargar seu capital cultural e social, e sonhar com um futuro melhor para si e para os seus. Mais do que apenas sonhar com um futuro melhor, esses jovens se engajam diariamente na construção dele.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características que comumente atribuímos aos jovens se relacionam com o contexto histórico e social que vivemos. Aqui entendemos a juventude em uma perspectiva da diversidade, isto é, sem buscar critérios rígidos para sua definição, a entendemos como um momento particular da vida do sujeito que engloba uma complexa teia de relações socioespaciais. A condição juvenil desses sujeitos, por sua vez, será atravessada por uma série de mediações que compõem as suas realidades. Nos afastando de um tipo ideal de jovem, percebemos que a condição de classe, de raça, de gênero e as territorialidades dos jovens irão se interseccionar na constituição de cada experiência juvenil, que é ao mesmo tempo singular e compartilhada. Os jovens são sujeitos sociais que se constituem na relação consigo, com o outro e com o espaço que habitam. Em nossa pesquisa buscamos destacar a dimensão espacial da juventude, apontando que na construção de seus territórios usados os jovens irão se colocar na cidade, experimentarão e agirão sobre o mundo interpretando signos e símbolos, negociando diferenças e forjando-se como sujeitos.

Em nossa dissertação nos debruçamos sobre as trajetórias de jovens que ingressaram na Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Juiz de Fora, a partir da política de cotas. A questão que motiva a nossa investigação é compreender como esse ingresso irá impactar as histórias dos sujeitos, seus projetos de vida e, centralmente, suas espacialidades.

Se por um lado a juventude abarca um componente etário, que diz desse corpo jovem experimentando a sua própria corporeidade e o mundo dentro de um contorno geracional, ela também compreende um forte componente social. A muitos jovens é negado o direito de desfrutar da juventude, desse momento particular e intenso de experimentação, de convívio com os pares, de lapidação da consciência sobre o mundo e de preparo para o futuro. O ingresso prematuro na vida laboral dos filhos das camadas populares, geralmente em empregos precários em que se exige pouca qualificação, acaba por representar uma certa descontinuidade em suas juventudes. A

escolarização é um importante elemento da moratória social destinada aos jovens e, já de antemão, nas entrevistas percebemos que a entrada na universidade significou para eles um prolongamento da sua condição juvenil. Durante as suas experiências universitárias os jovens contaram com parcial subsistência de suas famílias, com bolsas de apoio da universidade, projetos de extensão, pesquisa e treinamento profissional remunerados e bolsas de estágios, que os possibilitaram condições materiais para seguirem com os estudos. Com isso, esses jovens puderam aproveitar parte significativa de seu tempo para o convívio com amigos, lazer, engajamento em movimentos, atividades culturais e formação acadêmica no intuito de prepararem-se para o ingresso no mercado de trabalho.

A entrada na universidade altera profundamente a trajetória desses jovens e a relação com a cidade tanto daqueles que são oriundos de Juiz de Fora, quanto dos que se mudaram para cursar a graduação. O grupo oriundo da cidade que permaneceu morando com os pais passou a frequentar outros pontos da cidade. Se antes seus cotidianos eram bastante circunscritos aos seus bairros periféricos, após o ingresso o início da faculdade as regiões centrais e a cidade alta, onde se localiza a UFJF, se tornam os lugares mais frequentados, seja para lazer, seja para o estudo e os estágios. Dos jovens oriundos de outras cidades, muitos precisaram se mudar para Juiz de Fora e outros realizam um movimento pendular diário. Aqueles que vieram de cidades menores em um primeiro momento se assustam com o tamanho de Juiz de Fora, a maior complexidade na mobilidade e as diferentes paisagens urbanas. Tanto eles quanto os oriundos de cidades maiores enxergam a vinda para Juiz de Fora como uma oportunidade de construção de um futuro melhor. Eles vão aos poucos se familiarizando com as paisagens, criando novas rotinas, atribuindo sentido aos novos espaços e se reconhecendo neles.

Seja quando Janaína nos diz da diferença que percebe entre os bairros da cidade, ou quando Martha constata que os colegas de sala que tinham feito o ensino médio em escolas particulares tinham acesso a conhecimentos que ela não teve, vemos que o ingresso na universidade possibilita o convívio com sujeitos de outros estratos sociais, o que aguça a percepção das desigualdades. Entretanto, essa mesma

convivência possibilita aos jovens a ampliação das suas redes de relação, acessar lugares que até então eram desconhecidos e fazer usos distintos da cidade. A tensão entre a sensação de inadequação e o vislumbrar da possibilidade de acessar novos equipamentos, círculos e símbolos aparece nas falas dos jovens, sobretudo quando dizem das experiências nos primeiros semestres do curso.

A partilha e a construção de conhecimento, que acontece nas interações com professores e colegas nas aulas e nos projetos em que se inserem, impactam fortemente os sujeitos. O acesso à universidade se traduz em um alargamento das experiências de si, momento em que os jovens revisitam e ressignificam suas trajetórias, redesenham o entendimento de seu lugar no mundo e a compreensão do próprio mundo. Todo esse conjunto de experiências socioespaciais fazem com que os jovens cotistas possam também traçar novos projetos de vida. Martha se emociona ao falar da experiência na universidade:

É difícil resumir em poucas palavras o que a UFJF significa pra mim, é basicamente tudo. É um lugar que eu nunca vou esquecer. É sensação de missão cumprida. Eu amo a UFJF, eu tenho muito orgulho de estudar na UFJF. É um ganho muito grande pra mim, profissional, hoje em dia eu saio com outra cabeça, eu sou outra pessoa completamente diferente, como ser humano também. A UFJF é tudo, estou muito feliz de estar me formando, e triste de sair daquele lugar. Mas, agora eu sei que eu sou capaz. [...] Estou otimista com o futuro, quero muitas coisas, mas realizei um sonho meu e da minha família. (Entrevista Martha, 2022)

Os jovens que fizeram parte desta pesquisa, em sua grande maioria, são da primeira geração de suas famílias a ingressarem no ensino superior. Para que isso fosse possível, todos apontam que o estímulo e o esforço de suas mães e pais foi fundamental. Ao olhar para o futuro, eles carregam consigo sonhos que não são apenas individuais, mas, coletivos. A sua realização é também a realização de suas mães, pais, avós e tios. A conclusão dessa jornada acadêmica para esses jovens em específico, e para os milhares de jovens sujeitos da política de cotas é um passo na direção da justiça social.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019

ALVES, L. M. Erik Erikson: os estágios psicossociais do desenvolvimento. **Ensaio e Notas**, 2020. Disponível em: <https://ensaiosnotas.com/2020/06/13/erik-erikson-os-estagios-psicossociais-do-desenvolvimento/> . Acesso em: 28 ago. 2021

AMORIM, Cassiano Caon. **O uso do território brasileiro e as instituições de ensino superior**. Tese Doutorado em Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

AMARAL, S. F. do. DINÂMICAS URBANO-REGIONAIS CONTEMPORÂNEAS: O caso de Juiz de Fora - MG. In: Anais XVIII ENANPUR, 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/http://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=808>> Acesso em 10 de agosto de 2023

ANDRADE. S dos S., MEYER D. E. Juventudes, moratória social e gênero: flutuações identitárias e(m) histórias narradas. In: **Educar em Revista**, Edição Especial n. 1, Editora UFPR, Curitiba, 2014, p. 85-99

ARAÚJO, J. de A. Movimento Negro e Intelectuais Negros(as): agentes mobilizadores das Políticas de Ações Afirmativas. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 14, n. 30, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3430>. Acesso em: 3 ago. 2023.

BERALDO, F. de C. A. **Política de Cotas na Universidade Federal de Juiz de Fora (2006-2012): Eficácia e Eficiência**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015.

BLASER, T. *et al.* "Raça", ressentimento e racismo: transformações na África do Sul in: **Cadernos Pagu** (35), julho-dezembro, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332010000200005>. Acesso em 17 de maio de 2023.

BOLESINA, I. GERVASONI, T. A. O direito fundamental à igualdade e o princípio da solidariedade como fundamento constitucional para as ações afirmativas. In: **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais**, v.2, n.1, Jan/Jun, 2016.

BOURDIEU, Pierre. "A juventude é apenas uma palavra". In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: DF, 2012.

BRENNER, A. *et al.* **Juventude Brasileira: Culturas do Lazer e do Tempo Livre**. In: Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Um olhar sobre o jovem no Brasil

/ Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz.– Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

CAVALCANTI, L. de S. Olhar Geográfico em Formação: jovens estudantes de geografia e desafios urbanos concretos. In: PAULA, F. M. et al (org). **Os jovens e suas espacialidades**. Goiânia: Ed. Espaço Acadêmico, 2016

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007-a

\_\_\_\_\_. **O Lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007-b

CASSAB, C. **(Re)construir utopias**: jovem, cidade e política. Tese de doutorado. Niterói, UFF, 2009.

\_\_\_\_\_. Refazendo percursos: considerações acerca das categorias jovem e juventude no Brasil. In: **Perspectiva**: Publicação da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões, Erechim, v. 34, n. 128, p. 39-51, dez. 2010

\_\_\_\_\_. **Jovens cotistas e suas mediações espaço-temporais na cidade**. Relatório científico. Juiz de Fora, 2021.

CATANI, A. M.; GILIOLI, R. de S. P. **Culturas juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: Ed. Unesp, 2008

DA SILVA, G. M. D., Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul in: **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/dWxr36GQ76SfDqs7gzYSCGy/?lang=pt>. Acesso em 17 de maio de 2023.

DAYRELL, J.. O jovem como sujeito social. In: O. Fávero, M. Sposito, P. Carrano, & R. Novaes (Orgs.), **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO; MEC; Anped, 2007

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. In: **Revista Brasileira de Educação**. N. 24: 40-52, set-dez, 2003.

DELGADO, I. G. **A Implantação do Sistema de Cotas na Universidade Federal de Juiz de Fora**. s/ data. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/18ak6bvxi8s4X8Tl5hHC4QONI91kBH/view>. Acesso em: 07 de junho de 2023

ERICKSON, E. H. **Sociedade y adolescencia**. 11.ed. México: Siglo Veinteuno, 1987

ERIKSON, E. H. **Infância e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972

FEIXA, C., LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. In: **Revista Sociedade e Estado** - Volume 25 Número 2 Maio / Agosto, 2010

FERES JÚNIOR, J. et al. **Ação afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p. Disponível em:

<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://books.scielo.org/id/2mvb/b/pdf/feres-9786599036477.pdf>

FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018

FRANCO, J. F. (2022). Atuação do Movimento Negro para Formulação de políticas Educacionais Afirmativas. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, 12(2), 243-257. <https://doi.org/10.11606/rgpp.v12i2.189190>

GROPPO, L. A. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017

\_\_\_\_\_. O Funcionalismo e a tese da Moratória Social na análise das rebeldias juvenis. In: Revista **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.14, n.26, p.37-50, 2009

\_\_\_\_\_. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. In: **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jul., 2015

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Primeira versão, 2006

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008

LEMPERT, R. Ação afirmativa nos Estados Unidos: breve síntese da jurisprudência e da pesquisa social científica in: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 17, nº 40, set/dez, 2015.

LIMONAD, E. Uma utopia com os pés no chão: algumas considerações sobre práticas espaciais transformadoras. In: **Novos Cadernos NAEA**. v. 21, n. 2, p. 79-92, maio-ago, 2018

MAGRONE, E. Resenha: as origens da Universidade de Juiz de Fora. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, Junho 2001. 199-201. Disponível em <<http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n33/n33a13.pdf>>.

MANNHEIM, K. **O problema da juventude na sociedade moderna**. In: BRITTO, S. (Org.). **Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968

MANNHEIN, K., O Problema Sociológico das Gerações. In: Foracchi, M. M. (org), **Karl Mannheim**: Sociologia, São Paulo, Ática, 1982, pp. 67-95

MARGULIS, M. *et al.* **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. “La juventud es más que una palabra”. In: Margulis, M. (org.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996, p. 25

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La construcción social de la condición de la juventud. In: CUBIDES, H. J.; TOSCANO, M. C. L.; VALDERRAMA, C. E. H. (Orgs.). **Viviendo a**

**toda: Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades.** Santafé de Bogotá: Paidós, 1998.

MASSEY, D. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008

MOEHLECKE, S., **Ação Afirmativa:** história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 117, 2002. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/http://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/fcc\_artigo\_2002\_SMoehlecke.pdf>

MOURA, A. B. A. P. de et al. Ordenamento Territorial de Juiz de Fora/MG: Uma Análise das Divisões Territoriais Urbanas. In: **Revista de Geografia – PPGEO** - UFJF. Juiz de Fora, v.7, n.1, (Jan-Jun) p.91-106, 2017.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. In: **Análise Social.** Vo. XXV, 1990. p. 139-165

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis.** Lisboa: Imprensa Nacional, 2003

PAULA, F. M. A. Juventudes e cidades: uma leitura espacial. In: PAULA, F. M. et al (org). **Os jovens e suas espacialidades.** Goiânia: Ed. Espaço Acadêmico, 2016

PEREGRINO, M. A fecundidade da noção de moratória (vital/social) para análise das relações entre juventude e educação no contexto de massificação dos processos educativos. In: **Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, 27., Caxambu, 2004. Anais... Caxambu: Anped, 2004

RODRIGUES, A. S. R. **A produção do espaço urbano de Juiz de Fora/MG: dinâmicas imobiliárias e novas centralidades.** Tese de Doutorado em Geografia, Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** Técnica, Razão e Emoção. 3ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2003

SIMÃO, M. P. Dos Espaços de Identidade aos Espaços de Visibilidade. In: Revista Juventude e Políticas Públicas, Vol. 1, 2014

**SISTEMA DE COTAS.** Site da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sem data. Disponível em: <<https://www.uerj.br/inclusao-e-permanencia/sistema-de-cotas/>>. Acesso em 15/05/2023

SOJA, E. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993.

TURRA NETO, N. Definir a Juventude como ato Político: na confluência entre orientações de tempo, idade e espaço. In: CAVALCANTI, L. et al (org). **A cidade e seus Jovens.** Ed. PUC Goiás, Goiânia, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Universitário. **RESOLUÇÃO N.º 16, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2004**, 2004. Disponível em:

<https://www2.ufjf.br/consu/wp-content/uploads/sites/33/2018/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-16-2004.pdf>. Acesso em: 07 de junho de 2023

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário. **RESOLUÇÃO Nº 05, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2005**, 2005. Disponível em:

<<https://www2.ufjf.br/consu/wp-content/uploads/sites/33/2018/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-05-2005.pdf>> Acesso em: 12 de junho de 2023

VELOSO, S. **Aprovação das cotas raciais na UnB completa 15 anos**; Site da Universidade Federal de Brasília, 2018. Disponível em:

<<https://noticias.unb.br/76-institucional/2319-aprovacao-das-cotas-raciais-na-unb-compl-eta-15-anos>> Acesso em 01/05/2023

VILAS-BÔAS, R.M. **Ações afirmativas e o princípio da igualdade**, Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. In: **Revista Sociedade e Estado** - Volume 25 Número 2 Maio / Agosto, 2010